



CADERNOS GESTÃO SOCIAL

ISSN: 1982-5447 | v.6 | n.2 | jul./dez. 2015





CADERNOS
GESTÃO SOCIAL

ISSN: 1982-5447 | v.6 | n.2 | jul./dez. 2015

Universidade Federal da Bahia

Reitora: Prof^ª. Dr^ª. Dora Leal Rosa

Escola de Administração/ UFBA

Diretor: Prof. Dr. Francisco Lima Cruz Teixeira

Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS

Coordenadora: Prof^ª. Dr^ª. Tânia Fischer

.....

EQUIPE EDITORIAL

Coordenação Editorial

Airton Cardoso Cançado (UFT)

Ariadne Scalfoni Rigo (UFBA)

Coordenação Executiva

Jeová Torres Silva Jr (UFCA)

Paula Chies Schommer (UDESC)

Rodrigo Maurício F. Soares (CIAGS/EA/UFBA)

Conselho Editorial

Airton Cardoso Cançado (UFT)

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio (PUC/MG)

Fernando de Souza Coelho (USP-MG)

Fernando Guilherme Tenório (EBAPE/FGV)

José Roberto Pereira (UFLA)

Ladislau Dowbor (PUC/SP)

Luciano Antônio Prates Junqueira (PUC/SP)

Mário Aquino Alves (FGV-SP)

Paula Chies Schommer (UDESC)

Rosa Maria Fischer (USP)

Rosana de Freitas Boullosa (CIAGS/UFBA)

Rosinha da Silva Machado Carrion (PPGA/UFRGS)

Suely Salgueiro Chacon (UFC/Cariri)

Tânia Fischer (CIAGS/UFBA)

Comitê Científico de Avaliadores

Airton Cardoso Cançado (UFT)

Ana Mercedes Sarria Icaza (UFRGS)

Carla Pasa Gomez (UFPE)

Edgilson Tavares de Araújo (UFRB)

Eduardo Vivian da Cunha (UFC)

Eloisa Helena de Sousa Cabral (UNA)

Fábio Bittencourt Meira (UFRGS)

Francisco Ricardo Duarte (UNIVASF)

Genauto Carvalho de França Filho (UFBA)

Gildásio Santana Júnior (UESB)

Graziella Maria Comini (USP)

João Luiz Passador (USP)

José Antônio Gomes de Pinho (UFBA)

José Roberto Pereira (UFLA)

Juan Leandro Munt (UNRC-Argentina)

Lamounier Erthal Villela (UFRRJ)

Magnus Luiz Emmendoerfer (UFV)

Marco Antônio Teixeira (EAESP-FGV)

Maria Ceci Misoczky (UFRGS)

Maria Elisabete Pereira dos Santos (UFBA)

Maria Suzana de Souza Moura (UFBA)

Patrícia Maria Emerenciano de Mendonça (CEAPG/

EAESP-FGV)

Paula Chies Schommer (UDESC)

Rezilda Rodrigues Oliveira (UFPE)

Rogério Teixeira Masih (UFC)

Rosana de Freitas Boullosa (UFBA)

Rosimeri Carvalho da Silva (UFRGS)

Suely Salgueiro Chacon (UFC)

Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias (USP)

Valeria Giannella Alves (UFC)

Washington José de Souza (UFRN)

Assistência no Open Journal Systems

Fernanda Rodrigues da Silva (UFT)

Helga Midori Iwamoto (UFT)

Ives Romero Tavares do Nascimento (EA/UFBA)

Diagramação

Sandra Regina Rodrigues (UFT)

Revisão da Língua Portuguesa

Flávio Alves da Silva (UFT)

SUMÁRIO

Editorial	
<i>Equipe Editorial</i>	130-131
1 O Papel das moedas sociais nas feiras de economia solidária e seu papel no desenvolvimento regional.	133-146
<i>Alane Amorim Barbosa Dias (UFRB), Fabiane Correia da Cunha (UFRB), Tiago Vinícius Conceição Araújo (UFRB)</i>	
2 A importância das moedas sociais nas feiras de economia solidária: um estudo de caso.	147-160
<i>Fabiane Correia da Cunha (UFRB), Alane Amorim Barbosa Dias (UFRB)</i>	
3 Moedas Sociais vinte anos depois: reflexões críticas e pistas para o futuro, a partir da experiência da Argentina	161-182
<i>Heloísa Primavera (Universidad de Buenos Aires)</i>	
4 Sustentabilidade de uma moeda social com base em a Gestão Estratégica de seu respaldo. Reciprocidade, redistribuição e mercado na "cooperativa y banco de horas Olga Cossetini"	183-202
<i>Ricardo Orzi (Universidad Abierta Interamericana - UAI)</i>	
5 Configurações e usos das moedas sociais no banco comunitário Dendêsol (Fortaleza- Ceará - Brasil)	203-222
<i>Victoria Régia Arrais de Paiva (UFCA)</i>	
6 Consolidando uma rede de colaboração solidária na Bahia: o caso da Redemoinho	223-233
<i>Diogo Ferreira de Almeida Rego e Ariádne Scalfoni Rigo (UFBA)</i>	
POLÍTICA EDITORIAL	234-239
Orientações Gerais para Submissão	
Normas para Apresentação	
Política de Privacidade	

TABLE OF CONTENTS

Editorial		
	Equipe Editorial	130-131
1	The role of social solidarity economy coins in trade fairs and its role in regional development <i>Alane Amorim Barbosa Dias (UFRB) , Fabiane Correia da Cunha (UFRB), Tiago Vinícius Conceição Araújo (UFRB)</i>	133-146
2	The importance coins of the social solidarity economy shows: a case study <i>Fabiane Correia da Cunha (UFRB), Alane Amorim Barbosa Dias (UFRB)</i>	147-160
3	On social currencies twenty years later: some critics and clues to a common future, from the Argentinean experience. <i>Heloísa Primavera (Universidad de Buenos Aires)</i>	161-182
4	Sustainability of a social currency sustained in the strategic management of its baking technology. Reciprocity, redistribution and market in the 'cooperative and hours bank olga cossettini' (1998-2014) <i>Ricardo Orzi (Universidad Abierta Interamericana - UAI)</i>	183-202
5	Configurations and uses of Social Currencies in Community Bank Dendêsol (Fortaleza, Ceará, Brazil) <i>Victoria Régia Arrais de Paiva (UFCA)</i>	203-222
6	Consolidating a Solidarity Collaboration Network in Bahia: The Case of RedeMoinho <i>Diogo Ferreira de Almeida Rego e Ariádne Scalfoni Rigo (UFBA)</i>	223-233
	EDITORIAL POLICY	234-239
	Submission Guidelines	
	Appearance Standards	
	Privacy Policy	

ÍNDICE

Editorial	130-131
<i>Equipe Editorial</i>	
1 El papel de monedas social en economía solidaria ferias y su papel en el desarrollo regional <i>Alane Amorim Barbosa Dias (UFRB) , Fabiane Correia da Cunha (UFRB), Tiago Vinícius Conceição Araújo (UFRB)</i>	133-146
2 A importância das moedas sociais nas feiras de economia solidária: um estudo de caso. <i>Fabiane Correia da Cunha (UFRB), Alane Amorim Barbosa Dias (UFRB)</i>	147-160
3 Monedas sociales veinte años después: reflexiones críticas y pistas para el futuro a partir de la experiencia de Argentina. <i>Heloisa Primavera (Universidad de Buenos Aires)</i>	161-182
4 La sustentabilidad de una moneda social a partir la gestión estratégica de su respaldo. Reciprocidad, redistribución y mercado en la 'Cooperativa y Banco de Horas Olga Cossettini' (1998-2014). <i>Ricardo Orzi (Universidad Abierta Interamericana - UAI)</i>	183-202
5 Configurations y usos de las Monedas Sociales en el Banco Comunitario DendêSol (Fortaleza, Ceará, Brasil) <i>Victoria Régia Arrais de Paiva (UFCA)</i>	203-222
6 La consolidación de una Red de Colaboración Solidaria en Bahía: el caso de la RedeMoinho <i>Diogo Ferreira de Almeida Rego e Ariádne Scalfoni Rigo (UFBA)</i>	223-233
POLÍTICA EDITORIAL	234-239
Instrucciones para el Envío	
Normas para la Presentación	
Política de Privacidad	

Editorial

Caros leitores

Este número especial dos Cadernos Gestão Social é composto por artigos apresentados na III Conferência Internacional sobre Moedas Complementares e Sociais sob o tema “Moeda social nas economias social e solidária: inovações e desenvolvimento”. Coordenada pela professora Ariádne Scalfoni Rigo (NPGA/EAUFBFA) com o apoio incondicional da equipe da Incubadora Tecnológica em Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial (ITES) e do Instituto Banco Palmas coordenado por João Joaquim de Melo Neto Segundo, a III Conferência foi realizada em outubro de 2015, na Escola de Administração da UFBA.

A primeira Conferência Internacional sobre Moedas Complementares e Sociais sob temática “Trinta anos de moedas comunitárias e complementares: o que vem depois?”, aconteceu por iniciativa do departamento de Economia da Université Lumière – Lyon 2. Esta primeira versão da conferência foi idealizada e coordenada pelo professor Jérôme Blanc, quem tem se dedicado ao estudo dos diversos tipos de uso de moedas complementares e sociais desde 1998. O sucesso, os debates e os encaminhamentos que ocorreram em Lyon, em fevereiro de 2011, estimularam a continuidade das discussões e também da segunda versão da conferência. A II Conferência foi coordenada pela professora Georgina Gómez e capitaneada pelo International Institute of Social Studies (ISS), da Erasmus University, em junho de 2013.

A organização da III Conferência contou com a participação direta dos pesquisadores Jérôme Blanc (agora professor na Science Po de Lyon, França), Georgina Gómez (ISS, Universidade Erasmus Rotterdam), Makoto Nishibe (Universidade de Hokkaido, Japão) e Rolf Schröder (pesquisador em Social and Complementary Currencies, Alemanha). Os trabalhos puderam ser apresentados na forma de artigos científicos ou relatos de experiências, privilegiando a diversidade do campo. Os 41 trabalhos apresentados se dividiram em torno de 4 eixos principais: Moedas sociais e complementares para fins de desenvolvimento (12 trabalhos); impacto e resultados das moedas sociais e complementares (8 trabalhos); diferenças contextuais e lições das experiências (9 trabalhos); tipologias, modelos e inovação (12 trabalhos). Apesar de contar com a participação de apenas 120 participantes, diante das restrições orçamentárias e a crise em que vários países no mundo vivenciaram, 15 países foram representados na versão brasileira da conferência, dentre os quais: Hungria, Bulgária, Japão, Colômbia, México, Argentina, Equador, França, Portugal, Reino Unido, Itália, Austrália e outros.

Este número especial dos Cadernos Gestão Social privilegia artigos de atores sociais e pesquisadores latino americanos. Tratam-se de artigos sobre a relação das moedas sociais e complementares com a prática da Economia Solidárias no Brasil e na América Latina, buscando diferenciá-las de iniciativas do uso de moedas sociais de outras partes do mundo, notadamente na Europa.

O artigo de Alane Amorim Barbosa Dias, Fabiane da Cunha e Tiago Araújo descreve o papel das moedas sociais nos espaços de economia solidária ao apresentar as feiras e sua contribuição para o desenvolvimento regional. Nestes espaços, sistemas locais são desenvolvidos e se caracterizam pela utilização das moedas sociais criadas e gerenciadas pelos grupos para facilitar a circulação de produtos e serviços entre eles.

O segundo artigo, também de Fabiane Correia da Cunha e Alane Amorim Barbosa Dias, ressalta que as feiras de Economia Solidária são uma alternativa para a socialização das práticas de produção, prestação de serviços e dinamização do consumo consciente, apresentando o uso das moedas sociais neste espaço social.

O artigo de Heloisa Primavera trata sobre diferentes tipos de iniciativas de moedas sociais durante as duas últimas décadas apresentando reflexões críticas, nos meios massivos de comunicação, em organizações da sociedade civil e na internet, a partir da experiência da Argentina.

Henrique Pavan Beiro de Souza e Ramón Vicente Garcia Fernández realizam uma discussão teórica para analisar o papel das moedas sociais no processo de desenvolvimento socioeconômico. No texto em questão os autores discutem como as moedas sociais podem empoderar indivíduos e comunidades, criando um substrato de confiança, coesão e de capital social que permite potencializar também os aspectos materiais do desenvolvimento.

Contrastando com os clubes de troca em Buenos Aires e suas moedas complementares, apresentar experiências de moedas complementares do México é o objetivo do artigo de María Eugenia Santana Echeagaray. Para a autora, grupos e comunidades, principalmente urbanos, são vistos como refúgios de esperança e de resistência, ao mesmo tempo em que constroem alternativas para a satisfação de necessidades intangíveis como, por exemplo, a identidade com causas comuns, reciprocidade, confiança, apoio e afeto.

O artigo de Ricardo Orzi, intitulado “Sustentabilidade de uma Moeda Social com Base em a Gestão Estratégica de Seu Respaldo”, visa analisar como, através de um uso original da tecnologia monetária do respaldo na sua moeda social – através da criação “compromissos de trabalho” e uma gestão inovadora de doações – esta experiência possa franquear situações micro, meso e macro diferentes e tem ido recriando-se institucionalmente, persistindo em sua meta de melhorar as condições de vida da população mais pobre da cidade de “Capilla del Monte”.

O artigo de Méndez Fuentes et. al., descreve a experiência do Tianguis Alternativo de Magdalena Mixihuca no território de Venustiano Carranza no México. As moedas comunitárias denominadas Cacaos e Mixihucas, favorecem o intercâmbio de produtos e serviços com maior frequência e a articulação com a agricultura urbana e peri-urbana.

O texto de Victoria Régia Arrais de Paiva apresenta a experiência do Banco Comunitário DendêSol criado em 2011 pela Associação de Mulheres DendêSol. Tal relato propõe reflexões sobre as características e distinções dessas experiências organizadas na perspectiva das finanças solidárias em relação ao microcrédito; sobre a inserção das mulheres; e sobre as suas potencialidades, limites e desafios.

Fechando este número, o relato de Diogo Rêgo e Ariádne Scalfoni Rigo apresenta a história da RedeMoinho – Comércio Justo e Solidário. O texto começa abordando o seu surgimento e segue narrando a sua trajetória e estratégias construídas ao longo de sua trajetória. Por fim, trata sobre suas conquistas e desafios.

Desejamos uma ótima leitura

Ariádne Scalfoni Rigo

Jaqueline Braga
Equipe Editorial.



O PAPEL DAS MOEDAS SOCIAIS NAS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

The role of social solidarity economy coins in trade
fairs and its role in regional development

El papel de monedas social en economía solidaria
ferias y su papel en el desarrollo regional

Alane Amorim Barbosa Dias(UFRB)*
Fabiane Correia da Cunha (UFRB) **
Tiago Vinícios Conceição Araújo (UFRB)***

*Graduanda em Tecnologia em Gestão de Cooperativas. Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
E-mail: alane.a@hotmail.com

**Graduanda em Tecnologia em Gestão de Cooperativas. Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
E-mail: fabiane_correia@hotmail.com

***Graduando em Cinema e Audiovisual. Centro de Artes, Humanas e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
E-mail: tiagoviniconceicao@gmail.com

RESUMO

A economia solidaria é um movimento popular para construir um modelo de desenvolvimento solidário, sustentável, de inclusão social e cidadania. Cresce à medida que o capitalismo gera crises, tendo em vista a distribuição de riqueza focada na valorização do ser humano. As moedas sociais contribuem para o desenvol-

vimento de grupos organizados por atividades econômicas para integrá-los no mercado de trabalho e tornar suas atividades autossustentáveis, promover e difundir os conceitos de associativismo, solidariedade, autogestão, desenvolvimento sustentável e de valorização das pessoas e do trabalho, proporcionando a criação e a manutenção de oportunidades de trabalho e a geração e distribuição de renda. As feiras da economia soli-

dária que utilizam as moedas sociais como ponte de transição, visam desenvolvimento econômico dos sujeitos de baixa renda envolvidos com as organizações de economia solidária, e tendo como meta o fortalecimento dos espaços de economia solidária e o fomento às finanças solidárias. Os projetos de economia solidária visam à promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável e a superação da extrema pobreza através da geração de trabalho e renda em iniciativas solidárias. Para a realização desse trabalho foi necessária, uma pesquisa bibliográfica em documentos públicos e consulta a internet na busca de fontes e autores que abordaram essas temáticas. No entanto, o objetivo deste artigo é descrever o papel das moedas sociais nos espaços de economia solidária, a citar as feiras e sua contribuição para o desenvolvimento regional, onde as feiras são utilizadas como uma das alternativas para a propagação de produção, prestação de serviços e dinamização do consumo consciente. Além disso, objetivam desenvolver os sistemas locais, que se caracterizam pela utilização das moedas sociais que são criadas e geridas pelos grupos para facilitar a circulação de produtos e serviços entre eles.

Palavras-chave: Economia Solidária. Moedas Sociais. Feiras e Desenvolvimento.

ABSTRACT

The solidarity economy is a grassroots movement to build a supportive development model, sustainable social inclusion and citizenship. It grows as capitalism creates crises, in view of the wealth distribution focused on valuing human life. Social currencies contribute to the development groups organized by economic activities to integrate them into the labor market and make its self-sustaining activities, promoting and spreading the concepts of association, solidarity, self-management, sustainable development and exploitation of people and the work, providing the creation and maintenance of job opportunities and the generation and distribution of income.

The fairs solidarity economy using social currencies as a transition bridge aimed at economic development of the subjects of low income involved with the social economy organizations, and with the goal of strengthening the solidarity economy spaces and promoting the solidarity finance. The solidarity economy projects aimed at promoting local development and sustainable territorial and overcoming extreme poverty by generating jobs and income in joint initiatives. To carry out this work was necessary, a bibliographic research in public documents and the Internet query in the search for sources and authors that have addressed these issues. However, the purpose of this article is to describe the role of social currency in solidary economy spaces, quoting the trade and its contribution to regional development, where the fairs are used as an alternative to the spread of production, services and promotion of consumer awareness. Also, it aims to develop local systems, which are characterized by the use of social currency that are created and managed by groups to facilitate the movement of goods and services between them.

Keywords: Solidarity Economy. Social Currencies. Fairs and Development.

RESUMEN

La economía solidaria es un movimiento de base para construir un modelo de solidaridad, el desarrollo sostenible, la inclusión social y la ciudadanía. Crece el capitalismo crea las crisis, con el objetivo de distribución de la riqueza se centró en la valoración de la vida humana. monedas sociales contribuyen a los grupos de desarrollo organizados por las actividades económicas de integrarlos en el mercado laboral y realizar sus actividades de autogestión, promover y difundir los conceptos de asociación, la solidaridad, la autogestión, el desarrollo sostenible y la explotación de las personas y el trabajo, proporcionando la creación y el mantenimiento de las oportunidades de empleo y la generación y distribución de ingresos.

Las ferias de economía solidaria utilizando monedas sociales como un puente de transición, dirigidas al desarrollo económico de los sujetos de bajos ingresos involucrado con las organizaciones de la economía social, y con el objetivo de fortalecer los espacios de economía solidaria y la promoción de la finanzas solidarias. Los proyectos de economía solidaria dirigidas a promover el desarrollo local y territorial sostenible y la superación de la pobreza extrema mediante la generación de empleo e ingresos en las iniciativas conjuntas. Para la realización de este trabajo fue necesario, una investigación bibliográfica sobre documentos públicos y la consulta de Internet en la búsqueda de fuentes y autores que han abordado estos temas. Sin embargo, el propósito de este artículo es describir el papel de las monedas sociales en los espacios de economía solidaria, citando el comercio y su contribución al desarrollo regional, donde se utilizan las ferias como una alternativa a la propagación de la producción, los servicios y la promoción del consumo consciente. Además, se pretende desarrollar sistemas locales, que se caracterizan por el uso de la moneda social que se ha creado y gestionado por grupos para facilitar la circulación de bienes y servicios entre ellos.

Palabras clave: Economía solidaria. Monedas sociales. Las ferias comerciales e Desarrollo.

1. INTRODUÇÃO

Entende-se a Economia Solidária como uma nova forma de consumir, produzir, vender e trocar desde as necessidades básicas de consumo ao considerado mais supérfluo. Nessa nova idealização de economia idealiza-se a quebra do ciclo entre exploradores e explorados e a produção de riquezas através da destruição da natureza. Os pilares que sustentam a economia solidária se desenvolvem através das relações de cooperação, fortalecimento de grupos e comunidades não prevalecendo à relação de patrão e empregado, visando à propagação do bem de todos a partir

da premissa de satisfazer as necessidades individuais pensando no conjunto.

A Economia Solidária trabalha com as experiências na recuperação de empresas que entram em processo de falência e passam pelo processo de recuperação através dos trabalhadores que assumem as unidades e passam a ter o controle de todos os processos de produção. A economia solidária é, sobretudo, a criação de espaços de comercialização que integrem produtos locais, saudáveis e com disponibilidade de selos próprios. Para que acesse todos esses benefícios, a economia solidária precisa de reconhecimento, tanto por parte dos participantes de tais empreendimentos, quanto pela criação de políticas públicas de apoio. Essa se baseia no fato de que as diferenças do capitalismo criam espaços para o desenvolvimento de organizações econômicas cuja visão é oposta ao modo de produção dominante.

A economia solidária se baseia no fato de que as diferenças do capitalismo criam espaços para o desenvolvimento de organizações econômicas cuja visão é oposta ao modo de produção dominante. A produção capitalista comporta o desenvolvimento de outros modos de produção, pois esta é incapaz de inserir em si toda a demanda da população, produzindo desigualdade crescente. A desigualdade e a competição resultam da forma como se organizam as atividades econômicas. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual e liberdade individual.

A economia solidária traz consigo o ideal de liberdade e a conquista por espaços onde reinava as grandes corporações industriais. Constitui assim, um espaço de venda e troca, onde o comércio justo engloba as ações de sustentabilidade, de inserção social e produção saudável, mais que isso, suas iniciativas são voltadas para o alcance de um desenvolvimento que tem como principal componente as diversas formas de solidariedade coletiva.

A Economia solidária é um movimento social que luta pela mudança da sociedade, por uma

forma diferente de desenvolvimento, tornando-o solidário e sustentável. É um desenvolvimento para as pessoas e construído pela população a partir dos valores de solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental, dos direitos humanos, da cidadania e com políticas públicas.

As feiras organizadas por muitas das vezes por associações e cooperativas, que são espaços de ajuda mútua, também manifesta o ideal da economia solidária. As feiras tem o intuito de acomodar as organizações de diversos serviços em um ambiente com práticas econômicas solidárias para o desenvolvimento de uma comunidade local. A Feira abre espaço para que as pessoas se desenvolvam como sujeitos de mudança na busca por alternativa para o desemprego e concentração de renda, pois cooperam entre si para gerar benefícios para todos.

A Economia Solidária surge no início da década de 80 como forma de manutenção de empresas em crises falimentar. Surgem como nova forma de regulação da sociedade - serviço de proximidade ou serviços solidários, emergindo com a problemática de uma exclusão social crescente.

Podendo ser vista como movimento de renovação a economia solidária é um novo relacionamento entre a economia e a sociedade, significando reconhecer outra possibilidade de sustentação das formas de vida em sociedade, partindo de duas noções básicas: iniciativa e solidariedade.

Sendo marcada por caráter assistencialista, a economia solidária não luta contra a globalização ou capitalismo. Cresce à medida que o capitalismo gera crises, tendo em vista a distribuição de riqueza focada na valorização do ser humano.

Quanto aos procedimentos técnicos a metodologia a ser adotada consistirá na pesquisa bibliográfica, buscando explorar a temática proposta, através dos conjuntos de materiais que contém informações analisadas por outros autores sobre o tratamento dado ao movimento da economia solidária. Quanto à coleta de dados serão utilizadas fontes secundárias (livros, sites, artigos, dissertações). O tratamento desses da-

dos se utilizará do método qualitativo porque visa trazer questões que expliquem a realidade. Esta pesquisa será limitada, pois serão demonstrados os resultados em duas vertentes: a economia solidária e as moedas sociais nesse movimento.

O artigo está dividido em seis partes incluindo esta introdução. Na segunda parte é realizada uma breve revisão da literatura da economia solidária no Brasil. A terceira parte aborda as feiras de economia solidária e a moeda social. Na quarta parte é apresentada a metodologia utilizada para realização do trabalho, a quinta parte aborda a relação das moedas sociais e o desenvolvimento, e a sexta parte compreende as considerações finais.

2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A Economia Solidária é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento através do solidário e sustentável. É um desenvolvimento para as pessoas e por estas, através dos valores de solidariedade, democracia, cooperação, preservação ambiental, direitos humanos, cidadania e políticas públicas.

Esse novo tipo de economia surge no início da década de 80 como forma de manutenção de empresas em crise falimentar. Desenvolve-se como nova forma de regulação da sociedade - serviço de proximidade ou serviços solidários, emergindo com a problemática de uma exclusão social crescente.

Historicamente, a Economia Solidária se originou em meio ao processo da Revolução Industrial do século XIX, a qual mantinha forte ligação com o sistema cooperativista. Segundo Chaves e Pinto (2007), as primeiras experiências voltadas para uma gestão solidária e coletiva aconteceram no seio do Pensamento Cooperativista com os Socialistas Utópicos, principalmente com Robert Owen, que foi o grande responsável por defender os trabalhadores de New Lanark da exploração capitalista, proporcionando-lhes um trabalho organizado nas grandes indústrias têx-

teis da Inglaterra. A partir dessa experiência muitas outras foram criadas por ele, graças à defesa econômica dos trabalhadores ligados a gestão democrática.

O surgimento das primeiras cooperativas dá início ao movimento da Economia Solidária como reação dos trabalhadores ao desemprego que foi causado pela elevação do capitalismo industrial, o que levou a concentração das desigualdades sociais.

[...] Processos produtivos intensivos em capital fazem desaparecer postos de trabalho sem que, “criativamente”, venham a repô-los, o que significa produzir déficits de lugares ocupáveis na estrutura social. Ao mesmo tempo, a perspectiva de redução de custos da produção em meio concorrencial conduz as empresas a não só desempregarem, mas a precarizarem o trabalho, concentrando os ganhos de produtividade em suas mãos. (PINTO, 2004, p. 9).

O surgimento do movimento da economia Solidária na Europa dá-se através do advento do Cooperativismo. Seus vestígios se desenvolvem através das teorias dos socialistas utópicos onde, entre os mais notáveis precursores, merecem destaque os seguintes: Peter Corneliszoon Plockboy, John Bellers, Robert Marcus Owen, François Marie Charles Fourier, Phelippe Josephh Benjamins Buchez e Louis Blanc.

As primeiras ideias associadas ao cooperativismo vieram da Inglaterra e teve como pioneiro Peter Corneliszoon Plockboy que fundamentava sua proposta “[...] na tradição popular, na moral cristã e na ideia libertadora do homem alicerçada na igualdade e destino comum [...]” (VALADARES, 2005, p. 13). Através dessa, buscava-se a formação de um espaço que integrasse vários grupos sociais alicerçados nos ideais comuns.

Considerado um dos precursores de grande relevância para as primeiras ideias cooperativistas de trabalho, John Bellers se baseava na criação de uma associação que tinha como base as satisfações das necessidades dos mais pobres

por meio da eliminação das indústrias capitalistas.

Considerado o pioneiro do socialismo inglês, Robert Owen foi contra todas as condições exploratórias de trabalho no período em que viveu o crescimento industrial.

Outro precursor de suma importância foi Charles Fourier, sendo este responsável pela realização de um projeto de organização social, chamado Falanstérios, não muito diferente do programa de seu antecedente Robert Owen. Considerava que a solução dos problemas sociais estava na construção de diferentes grupos com os mesmos interesses comuns, não apenas os operários.

Outras contribuições relevantes advêm de Buchez e Blanc. Phelippe Buchez preconizou o movimento das cooperativas operárias de produção industrial, sendo o primeiro a usar o termo “capital social” em suas experiências. Louis Blanc idealizou as cooperativas de produção de trabalhadores de grandes indústrias, diferente do seu antecedente Philippe Buchez que se preocupava com os pequenos trabalhadores artesãos.

As contribuições dos utópicos para o desenvolvimento da teoria que envolve a Doutrina da Economia Solidária se embasam através do crescente desemprego e a exploração das indústrias com os empregados. Esse desemprego oriundo das grandes massas capitalistas trouxe consigo aspectos negativos para a vida social como o direcionamento dos cidadãos para o lócus do empobrecimento e da perda das suas identidades, sendo que, uma das formas de combate a esta crise - o Movimento Sindical, se desestruturou, agravando ainda mais as desigualdades.

Diante do movimento da economia solidária, todos vêm a entender essa doutrina como a ponte que facilitando o escoamento de produtos e o intercâmbio contínuo entre as comunidades. Diante desse aspecto, ao longo dos anos foram sendo designados vários conceitos para esse movimento, entretanto todos giram ao redor da solidariedade. Um dos autores mais atuantes nesta área define como: “[...] outro modo de produção,

cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.” (SINGER: 2002 p. 10).

A Campanha da Fraternidade Ecumênica (2010), fala que a Economia Solidária é um movimento social que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

A origem da economia solidária no Brasil está ligada a realização de intensas lutas de trabalhadores organizados contra a exploração do trabalho e o modelo capitalista de organização das relações sociais dos indivíduos. Nesse caso, as pessoas eram submetidas às formas mais desumanas de trabalho, visto que, a busca pelo aumento de capital afetou drasticamente a estrutura do emprego assalariado. As consequências disso dizem respeito, antes de tudo, a um enfraquecimento dos vínculos sociais, representados pelos direitos e pelas identidades, forjados a partir da condição assalariada.

Segundo Lechat (2015)

No Brasil, para a economia solidária tornar-se uma problemática, ela teve que aparecer como um setor próprio e digno de interesse específico. Essa decisão é, a nosso ver, de ordem teórico-político-ideológica. O que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso, e ainda o é em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Uma prova disto é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária, ou cooperativismo popular. (LECHAT, 2015 p.6)

O desemprego e subemprego, ao assumi-

rem um aspecto funcional ao atual padrão de crescimento, se traduzem em uma miríade de formas precárias e vulneráveis de trabalho ou mesmo de sobrevivência. Nesse ambiente, a insegurança e a falta de horizontes marcam o comportamento individual, enquanto socialmente assiste-se a perda de coesão social (PINTO, 2004, p. 8).

Para Singer (2002), na Economia Solidária, o principal fator de motivação não é o lucro, como nas sociedades capitalistas embasadas pela competição, ao contrário, o que se pretende é a formação de indivíduos trabalhando de maneira coletiva já que é possível organizar outra economia, ou seja, um modo de produção solidário.

Silva (2010) descreve que, o fenômeno em questão ainda é muito recente no país, e o define como uma organização social que envolve trabalhadores permitindo-lhes melhores condições de vida além de contribuir para o fortalecimento do local em que se encontram, seja por meio de empreendimentos solidários ou da própria articulação de redes entre esses diferentes organismos sociais.

Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, nos primeiros vestígios do capitalismo, o trabalho assalariado levou as pessoas a um grau tão grande de exploração, que foi preciso à união das mesmas em sindicatos ou movimentos cooperativos que resultassem em uma forma de defesa e apropriação dos direitos de trabalhos assalariados e uma alternativa de alcance da autogestão. Por isso, pode-se considerar que tal perda de coesão social passou a ser reativada através dos movimentos organizados em associações, que tinha como papel o engajamento das pessoas para o enfretamento do poder advindo até então do capitalismo.

Assim, a economia solidária surge

[...] como nova alternativa para geração de renda, inclusão e fortalecimento social como resposta importante não só de trabalhadores como das comunidades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. Esta

nova prática de produção privilegia o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras. (CHAVES E PINTO, 2007, p. 61).

Em suma, a Economia Solidária no Brasil é vista como uma Política e estratégia de desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda e inclusão social. Essa serve como um motor de transformação dos excluídos em agentes produtores e emancipados, utilizando a transformação da realidade das populações excluídas em outra economia, tomando como base a valorização do ser humano.

3. FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS MOEDAS SOCIAIS

As Feiras se definem como locais públicos onde pessoas expõem e vendem mercadorias. Elas se originam a partir do século IX, especificamente na Europa, visando suprir a população local com artigos de primeira necessidade. No Brasil, os primeiros indícios de feiras ocorrem no ano de 1914 na cidade de São Paulo. Historicamente afirma-se que no Oriente Médio 500 a.C já se praticava tal atividade. Segundo Nagel et. Al (2007, p.52) “a feira livre floresceu na Europa durante a Idade Média e teve papel fundamental no desenvolvimento das cidades e no chamado renascimento comercial observado durante o século XIII [...]”.

Segundo Sato (2007), feira em sua etimologia significa festa, onde na Idade Média o agrupamento que decorria reflete as feiras regionais da atualidade, sendo este um espaço utilizado para comércio, trabalho e lazer. Nesse ambiente, as relações de trabalho se misturam aos laços familiares, de amizade e de vizinhança, onde a necessidade de convivência em sua maioria englobam situações precárias de trabalho e proteção social. Além de um equilíbrio entre as relações de competitividade e cooperação que constroem regras de convivência específica ao ambiente.

Valendo-se da prerrogativa de ser uma atividade itinerante e de acontecer no espaço público, a feira [...] caracteriza-se por estruturar-se numa ampla rede de relações sociais que mescla diversas gramáticas sociais e vale-se de regras tácticas. A dinâmica dá-se por meio de relações de cooperação e de competição. A amplitude dessa rede alarga-se para diversos lugares além daqueles nas quais as feiras livres se instalam e se corporifica no chão do cotidiano por meio de conversas entre vizinhos de banca, no burburinho e nos debates mais amplos (SATO, 2007 p. 101).

Seguindo o contexto e conceito no qual foram criadas, as feiras na atualidade abrangem diversas características e tipologias, dentre elas se destacam as feiras livre e as feiras de Economia Solidária.

Por se constituírem em uma atividade geradora de renda, as feiras livres são importantes para a manutenção de famílias e para a proliferação de outros comércios, que principalmente, nos dias de feira, ganham amplitude de interações sociais, políticas, culturais e econômicas. São consideradas também, como um lugar onde ocorrem inúmeras atividades paralelas, movimento intenso de pessoas, de conversas, de encontros, de manifestações populares, enfim um local de contínuas interações sociais e um espaço utilizado para comercialização e consequente sobrevivência de toda uma população [...] (SILVA, 2015).

Já as Feiras de Economia Solidária atuam como ponte entre o mercado e os produtores dos Empreendimentos da Economia Solidaria. Essa “[...] tem como objetivo o fomento às práticas sustentáveis que promovam o realinhamento e o fortalecimento do desenvolvimento local e educação inclusiva” (IFSC, 2015). Nesses espaços acontecem exposições e comercialização das organizações de economia solidária, sendo esse local não apenas um ambiente comercial, mas também um espaço interativo para trocas soli-

dárias, informações artístico-social e estímulo do consumo ético, justo e solidário. As práticas solidárias operam por meio da participação, da cooperação, da democracia e da autogestão, ou seja, sob as formas de colaboração solidária. Dentre as experiências bem sucedidas no campo solidário, se encontra as feiras de Economia Solidária que ocorrem principalmente no sul do Brasil, região em que as ações associativas e cooperativistas se mostram bastante atuantes.

As Feiras são consideradas também como redes de colaboração solidária assim como afirma Schnorr (2004):

As Redes de Colaboração Solidária, do ponto de vista econômico, representa uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONGs etc.) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, autossustentável, antagônico ao capitalismo (SCHNORR, 2004, p. 248).

No ambiente das feiras de economia solidária o que vem a prevalecer são as trocas. Relações praticadas desde os tempos primitivos por homens e mulheres, onde ao longo dos anos ganhou mais consistência e um valor monetário (quando trata-se da sociedade puramente capitalista) para se concretizar.

Para o sucesso das Feiras e desenvolvimento das redes de colaboração solidária, utilizam-se as moedas sociais. As moedas, segundo o Banco Central (2008), são em primeira instância, sociais. Ou seja, é um instrumento para que as sociedades façam trocas mais eficientes. Elas possuem função de unidade valorativa, onde circularem livremente em uma comunidade servindo como forma de pagamento.

As moedas sociais se assemelham ao escambo, recurso utilizado a décadas passadas que se definem como troca de mercadorias por trabalho, porém surgem como alternativa a esse, possuindo características próprias. Além do viés eco-

nômico, a moeda cumpre um importante papel social ao aumentar os laços de cooperação entre os moradores, uma vez que tais novos modelos são criados e administrados pelos próprios, que atuam segundo a vontade política da comunidade.

Foi nos momentos de recessão econômica deste século que os principais casos de moeda alternativa apareceram. [...]. Mas é a partir da década de 80 que surge uma gama significativa de moedas paralelas às nacionais, que atuam de forma complementar ao sistema. Algumas delas apresentam notadamente casos em que o próprio Estado é o emissor, sendo entendidas aqui como estratégia do sistema visando facilitar transações de bens, serviços e outras atividades comerciais. (NUNES, 2015)

As moedas sociais são consideradas como um instrumento de desenvolvimento local e inclusão social destinada a beneficiar o mercado de trabalho dos grupos que participam da economia da localidade. Seu uso é restrito, e a sua circulação beneficia a redistribuição dos recursos na esfera da própria comunidade. O aumento da quantidade de moeda social corresponde ao aumento das transações realizadas pelos participantes da economia local. Sempre observando o lastro (para cada moeda social uma moeda oficial do mesmo valor).

As moedas sociais são moedas criadas e administradas pelos seus usuários, não possui vínculo com a moeda nacional de circulação e se baseia na confiança entre os usuários que participam de um agrupamento por afinidade e decisão própria. “Esta moeda não tem valor até que se comece a trocar o produto pelo produto [...] não está ligada nenhuma taxa de juros, por isso não interessa a ninguém guardá-la, mas trocá-la continuamente por bens e serviços que venham responder às nossas necessidades” (FORA DO EIXO, 2015, p. 6).

O objetivo da moeda social é contribuir para o desenvolvimento do social na economia, tendo como base pilares de desenvolvimento que

a difere da moeda local, visando reposicionar a economia e os serviços às finalidades sociais e os valores à esfera social-cultural. Ela possui normas que deve ser seguida pelos grupos que possuem os mesmos valores. Segundo Rigo (2013), “a moeda é entendida como um instrumento de troca, incapaz de afetar as relações entre as coisas e as pessoas que participam do conjunto dessas trocas [...]”, porém para que esta relação prevaleça é necessário que o grupo siga alguns valores que regem as experiências das moedas sociais, são eles: a democracia participativa, continuidade e confiança, que visam promover o bem-estar.

Em seu sentido literal a moeda social se define como

a moeda é reconhecida como uma instituição social complexa, representativa de um poder prático de transformação social, que tem o potencial para viabilizar a criação de novos papéis e oportunidades redefinindo as relações sociais e instituições existentes, inclusive no que se refere a mudanças nas hierarquias sociais herdadas que, embora não tenham sido negociadas no presente, determinam a ordem corrente da sociedade e dos sistemas financeiros, onde se observam extremas e rígidas diferenças de distribuição de renda monetária com consequências práticas que podem ser observadas em termos de distribuição da liberdade (ou do poder prático de reformular hierarquias) e de distribuição da capacidade de fruição de direitos fundamentais [...]. (FREIRE, 2011 p.31) (grifo do autor).

De fato, a moeda social é um artefato de suma importância no movimento da economia solidária. Sendo essa destinada a beneficiar o mercado local, contribui para o desenvolvimento. Apesar de seu uso ser restrito, a moeda social contribui para a redistribuição de recursos na comunidade, diminuindo a centralização do poder capitalista e propagando a inclusão social.

4. METODOLOGIA

O modelo de análise adotado concentra-se na verificação do tratamento dado a importância das moedas sociais nas Feiras de Economia Solidária e seu papel no desenvolvimento. O método utilizado no trabalho foi o método indutivo, pois se partiu do pressuposto que o conhecimento e as experiências são fontes para o melhor entendimento dos empreendimentos da economia solidária. Analisou-se no trabalho a síntese da origem das moedas sociais e sua contribuição para o desenvolvimento, bem como os seus conceitos e princípios, proporcionando assim, um entendimento prévio do objeto a ser pesquisado. Segundo Gil (2010, p. 10-11), esse método “[...] parte-se da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer. A seguir, procura-se compará-lo com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles [...]”.

A finalidade da pesquisa foi obter conhecimentos suficientes para a produção de novos conhecimentos visando também solução de problemas futuros. Quanto ao método de abordagem neste trabalho a pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois essa tem como objetivo trazer informações do tema abordado de forma descritiva trazendo aspectos explicativos da realidade. Quanto a sua natureza, a pesquisa se caracteriza como básica buscando produzir novos conhecimentos com base em teorias já desenvolvidas (GIL, 2010).

Quanto aos procedimentos técnicos a metodologia adotada consistiu na pesquisa bibliográfica, buscando explorar a temática proposta, através dos conjuntos de materiais que contém informações analisadas por outros autores a respeito da importância da moeda social nas feiras de Economia Solidária, bem como cartilhas disponíveis na Internet que descrevem o passo a passo para a construção de uma feira solidária. Dessa forma foi possível obter informações sobre a situação atual do tema pesquisado; conhecer publicações existentes sobre o tema e os aspectos que já foram abordados; bem como verificar

as opiniões similares e diferentes a respeito do tema.

5. MOEDAS SOCIAIS NA PROPAGAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Alguns autores lembram que a moeda social enquanto estratégia para o desenvolvimento possui duas vertentes. A primeira vertente, entende que a moeda social nasce da necessidade de um circulante local para contribuir com a geração de renda e melhorar a produção e o consumo. O objetivo da moeda é estimular a produção de bens que estimulem o consumo local.

A segunda, vê na moeda um instrumento para continuar desenvolvendo a comunidade, difundir a economia local e estabelecer as responsabilidades compartilhadas. Ela proporciona o desenvolvimento porque circula dentro de um município, aspecto esse que é importante para a criação da identidade local.

O fundamento lógico é que a introdução de moedas sociais em âmbito local, por sua circulação restrita e com objetivos específicos formulados por seus participantes, deixam implícitos impactos econômicos positivos como o aumento do poder de compra e a inclusão dos indivíduos excluídos do processo econômico (KOHLENER, 2013, p. 12).

As feiras de Economia Solidária nascem justamente dessa visão, ou seja, tem seu objetivo relacionado diretamente à geração de trabalho, renda, produção e consumo. Apoiam-se em um espaço onde quem não tem recursos financeiros (dinheiro), tem poder de compra a partir da troca de produtos ou serviços pela moeda social. Assim, essas feiras derivam da intenção de reunir uma nova alternativa de circulação monetária como estratégia de desenvolvimento local, através de espaços solidários nos quais a demanda dos serviços é pactuada com os usuários e entre os usuários e a moeda de troca. Além disso, atuam pelo princípio da reciprocidade que objetiva estimular

a circulação de bens e serviços nas comunidades e a perpetuar as relações entre as pessoas com base na solidariedade e na justiça social.

As moedas sociais, por sua vez, surgem como um instrumento alternativo para dinamizar a economia local/regional e para viabilizar a inclusão dos marginalizados socioeconomicamente. A reflexão converge na direção de que, tanto as experiências que aumentam a base monetária local, quanto as que aceleram a velocidade de circulação da moeda, potencializam os efeitos diretos, indiretos e induzidos na economia local, por estimular a produção de bens e serviços e a geração de renda [...]. (KOHLENER, 2013, p. 12).

Ainda de acordo com Kohler (2013), a moeda social não tem a intenção de substituir a moeda oficial, uma vez que suas características não se aproximam do poder liberatório do dinheiro nacional, pois só pode ser utilizada entre os participantes do projeto social em que ela está atuando. Portanto, a introdução da moeda social busca potencializar os recursos de uma determinada economia local, e isso pode se refletir diretamente no mercado de trabalho, na produção e na distribuição de renda. Os fatores de produção tendem a ser direcionados para atender as necessidades de grupos de pessoas.

“A moeda social é uma estratégia suficientemente poderosa, que pode ser utilizada por outras iniciativas da Economia Solidária e desta combinação poderão aparecer respostas muito criativas e eficientes para enfrentar a exclusão social” (REDLASES, 2015).

As moedas sociais promovem desenvolvimento através da melhora de condições de vida, troca de produtos, serviços e saberes, inclusão social e reinvenção da economia, circulação de dinheiro local, crédito barato, aumento de monopólio, diminuição do desemprego, aumento de cuidados ambientais, solidariedade, valorização de serviços não remunerados, aumento da capitalização dos empreendimentos locais e diminuição

ção dos custos fixos locais financeiros.

6. CONCLUSÃO

Inicialmente tratamos a economia solidária como a criação de movimentos que vão ao encontro com a luta social, integrando os valores de solidariedade, democracia, cooperação, respeito ao meio ambiente, direito humanos e cidadania. Mas não só isto, a economia solidária é, sobretudo, a criação de espaços de comercialização que integrem produtos locais, saudáveis e com disponibilidade de selos próprios.

Laville (2009) trata da Economia Solidária como um movimento de intervenção coletiva na medida em que, as relações de trabalho vão de encontro a uma ação ampla sobre a sociedade e, faz menção a duas grandes bases para esses empreendimentos: a auto-organização e o trabalho democrático.

A produção capitalista comporta o desenvolvimento de outros modos de produção, pois esta é incapaz de inserir em si toda a demanda da população, produzindo desigualdade crescente, verdadeira desigualdade entre ganhadores e perdedores.

Percebe-se que a economia admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas. A economia é uma construção sócio-histórica, sempre tem que haver uma relação, seja solidária ou capitalista.

As experiências cooperativas, embora se constituíssem em meio às tentativas e falhas, contribuíram em muito para a concretização da formação da economia solidária. Destacam-se aqui os Pioneiros de Rochdale que conseguiram formular os primeiros princípios da organização das cooperativas, estabelecendo um sistema completo de funcionamento, além de influenciar a criação de cooperativas na Inglaterra e em outros países, além de clube de trocas e outras formas de consumo.

As iniciativas por parte do Governo e o apoio de alguns órgãos de fomento têm contribuído significativamente para o reconhecimento

das ações da economia solidária, não só isto, a própria sociedade vai assumindo e se apoderando aos poucos do movimento social que elas fazem parte, tornando palpável os ideais propostos pelo movimento. A moeda social, analisando sua amplitude de atuação como moeda, não é percebida como concorrente a moeda nacional. Para que chegasse a tal amplitude, seria necessário uma maior influência do movimento, fornecendo base e ideais libertadores que suprissem a doutrina econômica atuante.

REFERENCIAS

AMORIM, Rizoneide Souza. **Como Organizar Feiras de Economia Solidária**. Disponível em: < http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B-35FA90012B4B9F5F2B1913/prog_org_feira_cartilhacomorganizarfeiras.pdf> Acesso em: 17/08/2015

CAMPANHA DA FRATERNIDADE ECUMÊNICA. **Economia solidária: outra economia a serviço da vida acontece**. Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC. Disponível em: < <http://www.adital.com.br/arquivos/economia%20solid%C3%A1ria%20-%20cartilha%20-%2025%2002%202010.pdf>>. Acesso em 13/09/2015.

CHAVES, Daniela Freitas. PINTO, Iléia Maria de Jesus. **Economia solidária como alternativa de desenvolvimento**. T & C Amazônia: 2007. 8 p.

FORA DO EIXO. **Cartilha monte sua moeda**. Disponível em: < <http://foradoeixo.org.br/files/2013/08/Cartilha-Monte-sua-moeda.pdf>> Acesso em 27/09/2015.

FREIRE, Marusa Vasconcelos. **moedas sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil**. Disponível em: < <http://www2.cultura.gov.br/economiacriativa/wp-content/uploads/2012/12/FREIRE-MARUSA-TRABALHO>>

-CONCORRENTE-COM-RESUMO.pdf>. Acesso em 25/09/2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6. Ed. – 3. Reimp. – São Paulo.

IFSC. **Programa mulheres sim diretrizes para feira de economia solidária**. Disponível em: < <http://www.ifsc.edu.br/arquivos/extensao/ANEXO%2002%20-%20DIRETRIZES%20PARA%20O%20PROJETO%20DE%20EXTENSAO%20FEIRA%20ECONOMIA%20SOLIDARIA.pdf> >. Acesso em: 17/08/2015.

KOHLER, Romualdo; OLIVEIRA, Marcos Prestes. **A Moeda Social como Instrumento Econômico para Potencializar o desenvolvimento Local/Regional**. Santa Cruz do Sul: VI Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional, 2013. 19 p.

LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: um movimento internacional**. Revista Crítica de Ciências Sociais. 2009. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf>. Acesso em: 13/09/2015.

LECHAT, Noelle Marie Paule. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil**. Disponível em: < http://www.escolanet.com.br/teleduc/arquivos/6/apoio/15/raizes_histor.doc>. Acesso em: 20/09/2015.

NAGEL, Bernard; GONÇALVES, Daniel; RANGEL, Pedro; PEÇANHA, Thiago. **Os bastidores de uma feira livre**. Disponível em: < <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/media/13%20-%20os%20bastidores%20de%20uma%20feira%20livre.pdf> > Acesso em: 26/09/2015.

NUNES, Ruth Espínola Soriano de Souza. **A nova economia das redes solidárias**. Disponível em: < http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/ruth_redesolidarias.pdf>. Acesso em: 27/09/2015.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária: um elogio à associação em tempo de crise**. [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004. 213 p.

REDLASES. **Moeda e democracia: manual para compreender a fazer**. Disponível em: http://www.institutocarakura.org.br/arquivosSGC/DOWN_193718cartilha_ms_e_democracia.pdf . Acesso em: 28/09/2015

RIGO, Ariádne Scalfoni. **Experiências Distintas Compartilhando Sentidos: as Moedas Sociais no Brasil e na França** Disponível em: < http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_APB1835.pdf> . Acesso em 27/09/2015

SATO, Leny. **Processo cotidiano de organização do trabalho na feira livre**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea13.pdf> >. Acesso em: 27/09/2015.

SCHNORR, Giselle Moura. **As redes de colaboração solidária para o ... Aprendizado solidário**. Disponível em: < http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Redes/redes%20de%20colaboracao%20solidaria.pdf > Acesso em: 17/08/2015.

SILVA, Andréia Vieira. **Economia solidária: uma estratégia política de desenvolvimento**. João Pessoa: Universidade Federal do Paraíba, 2010. 147 p.

SILVA, Daciane de Oliveira. **Dinâmica espacial da feira livre de cruz das almas**: uma leitura a partir das proposições de gestão e planejamento municipal. Disponível em: < <http://periodicos.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/3635/3322>> Acesso em: 26/09/2015.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.



A IMPORTÂNCIA DAS MOEDAS SOCIAIS NAS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DE CASO

The importance coins of the social solidarity
economy shows: a case study

Fabiane Correia da Cunha (UFRB)*
Alane Amorim Barbosa Dias (UFRB)**

*Graduanda em Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
E-mail: fabiane_correia@hotmail.com

**Graduanda em Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
E-mail: alane.a@hotmail.com

RESUMO

A Economia Solidária nasce na atualidade como uma alternativa viável ao modelo capitalista de produção e consumo e vem se fortalecendo no decorrer dos anos com a construção de redes solidárias, as quais buscam propiciar a difusão de cadeias produtivas integradas de trabalhadores. Dentre as experiências bem sucedidas neste cam-

po, se encontra as feiras de Economia Solidária, que são uma das alternativas para a socialização das práticas de produção, prestação de serviços e dinamização do consumo consciente. Além disso, estas visam intensificar os sistemas locais de intercâmbio, que se caracterizam pela utilização das moedas sociais de circulação, criada e gerida pelos grupos para facilitar a troca de produtos e serviços entre eles. Dessa forma, este artigo obje-

tiva analisar a importância das moedas sociais nas feiras de Economia Solidária, tendo como estudo de caso a Feira Acadêmica de Economia Solidária (FAESOL) que ocorreu na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) durante 3 (três) edições, entre os anos de 2012, 2013 e 2014. Trata-se de um estudo descritivo, realizado a partir da vivência de monitoria na FAESOL. Neste período, a pesquisadora se mostrou atuante na construção da feira participando de todas as atividades e, por isso realizou algumas anotações referentes à organização da mesma. Ainda foi utilizado levantamento bibliográfico, com consultas a artigos, cartilhas que tratam da temática em questão. Por fim, entre os resultados alcançados durante a feira solidária destacam-se: a relevância dos temas abordados, voltados para a Economia Solidária, Associativismo/Cooperativismo; a troca de experiências, contribuindo para o estímulo a práticas de consumo sustentável e solidário; a valorização da cultura local; o clube de troca de livros, que além de ser um sucesso, possibilitou que os livros tivessem um destino socialmente viável e; a possibilidade de renda para os expositores que comercializavam suas mercadorias.

Palavras-chave: Economia Solidária. FAESOL. Moedas Sociais.

ABSTRACT

The Solidarity Economy is born today as a viable alternative to the capitalist model of production and consumption and has been strengthened over the years by building solidarity networks, which seek to encourage the dissemination of integrated production chains of workers. Among the successful experiences in this field, is the Solidarity Economy fairs, which are an alternative to the socialization of production practices, service delivery and promotion of consumer awareness. In addition, they aim to intensify local exchange systems, which are characterized by the use of social currency circulation, created and managed by groups to facilitate the

exchange of goods and services between them. Thus, this article aims to analyze the importance of social currencies in Solidarity Economy fairs, taking as a case study the Academic Fair Solidarity Economy (FAESOL) at the Federal University of Bahia Reconcavo (UFRB) for three (3) editions between the years of 2012, 2013 and 2014. This is a descriptive study, conducted from the monitoring experience in FAESOL. During this period, the researcher proved active in building the fair participating in all activities and therefore made some notes regarding the organization of the same. Also it was used literature with consultations articles, booklets dealing with the subject in question. Finally, the results achieved during the joint fair are: the relevance of the topics covered, facing the Solidarity Economy, Associations / Cooperatives; the exchange of experiences, helping to stimulate the sustainable and united consumption practices; the appreciation of the local culture; the book exchange club, which besides being a success, enabled the books they had a fate and socially viable; the possibility of income for the exhibitors who traded their goods.

Keywords: Solidarity Economy. FAESOL. Social Currencies.

1. INTRODUÇÃO

A Economia Solidária surge como uma alternativa de trabalho contra o sistema capitalista excludente, desigual e massificador. Suas ações são evidenciadas cotidianamente por trabalhadores informais, biscateiros ou pequenos empreendedores, que evidenciam neste movimento uma fonte de emprego e renda capaz de suprir suas necessidades.

Esta nova fonte de economia contribui para a vida de milhões de trabalhadores no Brasil, garantindo maior circulação de bens humanos e propagação da justiça social. Diante disso, percebe-se que a dimensão da Economia Solidária incorpora as práticas de cidadania, de cooperação

e solidariedade.

Dentre as experiências que envolvem as ações dessa economia, se encontram as feiras solidárias, que se caracterizam como um espaço em que produtores e consumidores se encontram para realizar a compra e venda de produtos e serviços sem intermediários, com a utilização da moeda social. Além disso, é um espaço onde se pode desencadear a troca de conhecimentos e fortalecer os laços de amizade.

As pessoas ou grupos que participam de uma feira solidária, incluindo os empreendimentos da Economia Solidária, colocam a disposição seus serviços e produtos para comercialização, porém para que esses produtos possam circular, é necessária a utilização de uma moeda social que é criada e gerida pelos próprios organizadores do evento. Essa moeda é diferente do dinheiro oficial porque tem caráter solidário e não pode ser acumulada ou poupada com finalidade de riqueza.

Com esses mesmos propósitos, surge a FAESOL, que foi idealizada por alunos do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da UFRB na cidade de Cruz das Almas – BA. A ideia de se construir uma feira solidária se iniciou quando alguns alunos participaram de um curso de extensão universitária na própria universidade em 2012, denominado “Práticas em Economia Solidária: Como Organizar Feiras Solidárias?”. Neste encontro ouve a participação de diversos representantes da Economia Solidária na Bahia, que trocaram suas experiências com os alunos, fazendo com que os mesmos saíssem do curso com o propósito de se criar a feira. Assim, a moeda social também foi circulada durante a FAESOL, sendo esta utilizada somente para troca de livros entre os participantes, o que gerou uma reciprocidade e interação entre os indivíduos.

Diante desta experiência bem-sucedida, o presente trabalho tem como objetivo analisar a importância das moedas sociais nas feiras de Economia Solidária, tendo como estudo de caso a FAESOL que já contempla 3 (três) edições, realizadas entre os anos de 2012, 2013 e 2014.

Este artigo está dividido em 5 (cinco) capí-

tulos, distribuídos da seguinte forma: o primeiro engloba a revisão bibliográfica, incluindo as origens e definições da Economia Solidária no Brasil, como funciona uma feira solidária, o papel da moeda social e sua importância nos clubes de troca; o segundo traz a metodologia utilizada para construção do trabalho; o terceiro mostra os resultados e as discussões obtidas; o quarto capítulo traz as conclusões e, o quinto as referências bibliográficas.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Na contramão do cenário de exclusão que o capitalismo desenfreado provocou no mundo, sabe-se da existência de movimentos populares que desempenham práticas econômicas associativas com objetivos políticos e emancipatórios. Grande parte delas, é tida como uma resposta as dificuldades que os indivíduos encontram em ingressar no mercado formal de trabalho.

A Economia Solidária nasce no Brasil em meio às intensas lutas de trabalhadores organizados que lutavam contra a exploração do trabalho e o modelo capitalista de produção e consumo. Neste período, os indivíduos foram submetidos às formas mais desumanas de trabalho, isto porque as grandes empresas visando buscar o aumento de capital intensificaram as jornadas de trabalho e substituiu a mão-de-obra humana pelas máquinas, o que ocasionou a demissão em massa.

As consequências disso dizem respeito, antes de tudo, a um enfraquecimento dos vínculos sociais representados pelos direitos e pelas identidades forjados a partir da condição assalariada. O desemprego e subemprego, ao assumirem um aspecto funcional ao atual padrão de crescimento, se traduzem em uma miríade de formas precárias e vulneráveis de trabalho ou mesmo de sobrevivência. Nesse ambiente, a insegurança e a falta de horizontes marcam o comportamento individual, enquanto socialmente

assiste-se a perda de coesão social. (PINTO, 2004, p. 8).

A Economia Solidária não é uma invenção atual. Pode-se afirmar que no Brasil uma das primeiras experiências são os povos indígenas, que tinham a cultura da economia com base na partilha e na solidariedade (BERTUCCI et al., 2010).

A Economia Solidária começa a desenvolver-se, no Brasil, a partir da última década do século passado. Está em sua origem o renascimento dos movimentos sociais, no acaso do regime militar, que se prolongou até 1985. Estes movimentos foram colhidos pela imensa crise social, desencadeada por políticas neoliberais de abertura do mercado internos às importações, de juros elevados e ausência de desenvolvimento, este último sacrificado no altar da estabilidade dos preços (SINGER, 2002 apud SILVA, 2010, p. 44).

Diante deste cenário, entende-se que no Brasil o movimento da Economia Solidária surge como resposta dos trabalhadores aos novos formatos de exploração da força de trabalho. Nas áreas rurais, a Economia Solidária vem sendo trabalhada como modelo organizativo das atividades advindas dos assentamentos da reformas agrária, por meio da agricultura familiar, do artesanato, da pesca extrativista, da apicultura, entre outras. As comunidades de povos tradicionais (quilombolas, indígenas e ribeirinhos), vêm compreendendo cada vez mais a Economia Solidária como estratégia de promoção ao desenvolvimento social (BERTUCCI et al., 2010).

Diversas são as denominações dadas a Economia Solidária. Singer (2002, p. 10), a define como “[...] outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.”

Já Laville (1994) diz que a Economia Solidária tem como característica a realização do fator humano que favorece as relações sociais através da reciprocidade e da solidariedade. Diferente de outras formas de economia, ela não objetiva o lu-

cro tampouco a aproximação do Estado em seus ideários, como ocorre nos movimentos capitalistas de produção.

A Economia Solidária visa, sobretudo, a autogestão, uma vez que não existe a presença do patrão nem do empregado, pois todos os membros do empreendimento (associações, cooperativas, Organizações Não-Governamentais, entre outros) desenvolvem ao mesmo tempo a função de trabalhadores e donos (BERTUCCI et al., 2010).

As várias definições dadas à Economia Solidária se tornam mais evidentes em suas realizações práticas. Assim, as experiências que são desencadeadas por esse movimento são diversas e remontam raízes de modelos diferenciados de gestão democrática, como aquelas presentes no Pensamento Cooperativista, principalmente com Robert Owen (1771-1859), que também lutou contra as explorações de trabalho capitalista criando com alternativa, a limitação da jornada de trabalho em sua indústria têxtil e outros benefícios para os empregados, além disso, suas experiências repercutiram significativamente no mundo e foram copiadas por vários outros pensadores do sistema cooperativista.

Ainda vale lembrar que, atualmente no Brasil, essas iniciativas de expansão deste modelo de economia ganharam outras dimensões, como os clubes de troca, empreendimentos autogestionários, cooperativas, feiras populares entre outros, como veremos no tópico a seguir.

2.2 FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Todo trabalho humano apresenta resultados que precisam ser compartilhados com a sociedade para garantir o consumo que precisamos ter em nossa vida. Infelizmente esta realidade se aproxima apenas de uma pequena camada social. Mas, ao invés de ficarem esperando por ajuda do governo, algumas pessoas se tornam proativas, a ponto de provocar a sua própria mudança social, de maneira justa e igualitária. Com estas experiências, fica claro que é necessário mudar a lógica imposta por esse sistema injusto. A partir deste

dado instante, a força para a construção de uma nova economia é despertada.

As feiras promovidas pelos grupos de trocas são uma prova de que é possível (re)unir produtores e consumidores com o objetivo de recriar formas de comercialização e também de socialização mais justas. Por isso, atualmente, tantos grupos promovem feiras. Eles já perceberam que a forma como hoje está organizado o sistema econômico não é a única possível. (SOUZA, 2005, p. 8).

Souza (2005) ainda lembra que, as experiências com as feiras de Economia Solidária, também conhecida como “clubes de troca” ou “mutirões”, se realizam em locais propícios para a comercialização solidária. A feira é considerada um grande momento para tal feito. Neste espaço as pessoas e os grupos se reúnem para trocar seus produtos e serviços de maneira mais justa e consciente.

A organização de feiras de economia solidária é uma das alternativas para a socialização das experiências de produção, a prestação de serviço e o exercício do consumo solidário da comunidade. Podem proporcionar um rico intercâmbio de experiências entre produtores, prestadores de serviços e consumidores. Portanto, não significam apenas a comercialização de produtos, sendo um exercício político e ético de construção de uma economia pautada no ser humano, e não na mercadoria. Trata-se, pois, de ativar um canal de comercialização voltado à realização de vendas, sem descuidar dos demais aspectos, sem os quais a feira deixa de ser um evento de economia solidária. (MANCINI, 2003, p. 154).

Nos circuitos de trocas solidárias são intercambiados bens acumulados ou bens produzidos, além de saberes e serviços. As feiras são os espaços em que geralmente ocorrem essas trocas, as quais se realizam periodicamente quando os empreendimentos da Economia Solidária expõem

os produtos e serviços, efetuando-se as trocas. Quando não é possível realizar o intercâmbio direto entre os grupos, para facilitar as trocas se utiliza uma moeda social entre os sócios. Nessas feiras não apenas existe o intercâmbio das mercadorias, mas há o convívio de pessoas que se tornam amigos e trocam conhecimentos. Para participar plenamente de uma feira é necessário levar em consideração os princípios da Economia Solidária. Mas existem também as trocas pontuais que são realizadas entre vizinhos, amigos ou entre participantes do mesmo clube de trocas (LISBOA e FAUSTINO, 2009, p. 2).

Entretanto, deve-se levar em conta que não é só de feira que vive os grupos de troca, antes e depois da feira acontecem diversas coisas. Algumas cartilhas alertam que para viabilizar as atividades de uma Feira de Economia Solidária é necessário realizar um planejamento que leve em consideração a construção de um trabalho coletivo e que vá de encontro com os objetivos sociais do evento. Para isto, recomendam a formação de comissões de trabalho, as quais têm como objetivo dar auxílio coletivo as atividades que irão ser desenvolvidas.

I. Comissão de Organização: de acordo com Amorim (2006) esta comissão deve ser dividida em:

- Secretaria: formada por pessoas responsáveis pela mobilização, inscrição e toda administração do evento. Ainda é necessário que os envolvidos nesta comissão tenham disponibilidade de telefones, computadores e outros materiais específicos para esta tarefa.

- Organização de Rodada de Negócios: esta equipe é responsável por planejar uma listagem de empreendimentos solidários que queiram participar da feira. O papel desses empreendimentos é o de negociar seus produtos e serviços uns com os outros, no que se referem ao melhor preço, condições de pagamento, qualidade, etc.

- Organização de Trocas Solidárias: também conhecido como Clube de Trocas, o pessoal responsável deve viabilizar um espaço dentro da feira onde as pessoas possam trocar seus produ-

tos entre si, utilizando a moeda social.

- Organização de Cadeias Produtivas: a equipe de trabalho deverá realizar um mapeamento dos empreendimentos que participarão da feira tendo como critério, a organização dos mesmos em cadeias produtivas. Isto poderá contribuir para a criação de redes de produção, comercialização e consumo.

- Organização de Comércio Ético, Justo e Solidário: esta comissão é designada para selecionar cuidadosamente os empreendimentos que irão participar da feira, além de garantir a presença de diferentes segmentos econômicos.

II. Comissão de Infraestrutura: a responsabilidade dessa comissão é a de assegurar a implantação dos espaços em que a feira irá funcionar. Dentre os itens da infraestrutura que deve ser levado em consideração para viabilizar o evento, vale citar: o espaço para realização da feira; serviço de iluminação/energia; serviço hidráulico; serviço sanitário; barracas, estandes, tendas e auditórios; espaço para os empreendimentos; espaço para secretaria; espaço institucional; espaço para realização de atividades formativas, com oficinas, seminários e palestras; espaço para realização de eventos culturais; espaço para rodada de negócios e trocas solidárias; espaço para armazenamento de produtos; hospedagem e transporte; alimentação e kit de material.

III. Comissão de Cultura: o pessoal designado para esta comissão deve ter em mente que as atividades culturais programadas para a feira devem ser feitas com grupos que tenham algum envolvimento com a Economia Solidária e, devem levar em consideração a cultura local.

IV. Comissão de Formação: este grupo é responsável por desenvolver as atividades de formação e capacitação em Economia Solidária no decorrer da feira. Dentre as atividades previstas, é interessante se atentar para as oficinas temáticas, seminários ou palestras, espaços de leitura e troca de experiências entre as organizações soli-

dárias participantes.

V. Comissão de Comunicação: a equipe deve ser designada pela articulação, mobilização e divulgação da feira, seja por meio de panfletos ou em rádios comunitárias.

VI. Coordenação da Feira: esta equipe de trabalho deve ser formada por um representante de cada comissão de modo a possibilitar a coletividade da Feira de Economia Solidária.

Diante do exposto, é cabível dizer que as feiras de Economia Solidária têm como objetivo principal, criar alternativas de consumo, que valorize o trabalho de cada membro, por meio da construção coletiva da justiça social e da solidariedade.

2.3 O PAPEL DA MOEDA SOCIAL NAS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Desde o início de nossa vida e no decorrer de boa parte dela, a troca ou escambo é utilizada, mesmo sem nossa percepção. Este fato acontece, por exemplo, nos primeiros momentos em que intercambiamos o ar, por meio da respiração e mantemos relação com o ambiente em que vivemos isto porque, a qualidade do ambiente interfere na nossa qualidade de vida e em nossa saúde. Dessa forma, nossas trocas precisam ser realizadas com qualidade, uma vez que estamos nos referindo aos laços que construiremos enquanto se está trocando.

Como um meio para facilitar as trocas, surge a moeda (o dinheiro), palavra originária do nome da deusa romana Juno Moneta. Com o passar do tempo a moeda foi ganhando outras características, como a capacidade de ser especulada e acumulada, por exemplo. A maneira como utilizamos a moeda reflete nosso comportamento como seres humanos, nossos medos, nossos apegos e esperanças [...]. (LISBOA e FAUSTINO, 2009, p. 3).

As mesmas autoras afirmam que, nos dias atuais, existe uma enorme quantidade de dinheiro circulando, porém este dinheiro se concentra na mão de poucos, provocando inúmeras desigualdades entre os seres humanos. Ainda acrescentam que uma das funções da moeda é evitar justamente a troca direta, uma vez que sabe-se que no mercado formal as trocas são realizadas através da moeda oficial (dinheiro), sem darmos conta da existência de outra pessoa, que naquele momento está no caixa nos atendendo. Por este motivo, o dinheiro, que é uma invenção da humanidade, deveria ter como finalidade facilitar nosso cotidiano e permitir uma economia mais saudável. O dinheiro continua sendo necessário, mas ele é fruto também, de trabalhos árduos que na maioria dos casos envolvem exploração.

Souza (2005) diz que, o escambo se trona uma prática corriqueira nas trocas de produtos ou serviços, no entanto, a grande maioria utiliza trocas indiretas para intermediar os fluxos locais por meio das moedas sociais, sendo executadas comunitariamente de maneira participativa, democrática e solidária.

As trocas feitas através da moeda social são uma alternativa concebida, distribuída e gerida pelos próprios usuários que, ao intensificar suas funções como meio de circulação, contribui para aprofundar nossas relações de colaboração. A moeda social tem uma relação mais transparente e direta com a própria riqueza, nos permitindo ver que esta advém do trabalho. Como a moeda social não se torna a finalidade do to econômico, nem busca servir como reserva de valor, nem mede apenas o valor de troca ou valor de uso, ela caba por revelar o incomensurável valor de vínculo entre as pessoas. Uma diferença [...] entre a moeda social e o dinheiro oficial, é que qualquer um pode fazer o uso dela na medida em que tenha algo para oferecer, como um produto ou serviço, dentro do espaço onde ela circula, no qual sua aceitação é voluntária [...]. (LISBOA e FAUSTINO, 2009, p. 6).

No que se referem às definições da moeda social, diversos autores colocam seus pontos de vistas sobre sua finalidade. Para Soares (2006), a moeda social é uma forma de moeda paralela criada e administrada por seus próprios inventores. Ela não tem nenhum vínculo com a moeda nacional e sua circulação se dá por meio da confiança e adesão voluntária dos seus usuários. As pessoas que participam das experiências envolvendo as trocas das moedas a assumem como um exercício de vontade. Portanto, ela deve ser percebida sob o ponto de vista normativo, da qual participa quem congrega dos mesmos valores. De formal geral, a moeda social possui dois significados recorrentes: o primeiro como meio de troca, capaz de gerar melhores condições de vida para os participantes e, o segundo como uma alternativa de recriação da economia, reconstruída em moldes participativos e integrativos.

A autora anterior lembra que, quando um grupo utiliza a moeda social ele se mostra autônomo sobre a emissão daquilo que servirá como troca, nesse caso não existirá a participação do Estado ou de qualquer outra instituição fora da própria feira para pôr em prática os princípios e compromissos assumidos, só a confiança mútua tem poder de atuar nas relações assim firmadas.

De acordo com Amorim (2006), as moedas sociais são instrumentos de confiança que pode ser usado por uma única pessoa ou grupos de pessoas que exercem funções de unidade valorativa, que pode circular livremente em feiras de Economia Solidária ou em outros clubes de troca e é aceita como forma de pagamento, porém não pode ser utilizada como instrumento de entesouramento de riquezas produzidas pelos indivíduos em sociedade.

O uso generalizado da moeda social como uma espécie de circulante em um determinado local, possibilita romper com os laços de pobreza que é decorrente da escassez de moeda nacional que intimida a circulação de riqueza (MAGALHÃES, 2005 apud LISBOA e FAUSTINO, 2009).

Para Soares (2006) a moeda social ainda apresenta características bem particulares, como

citadas abaixo:

- Democracia participativa: se caracteriza como a transparência administrativa do usuário com a moeda social;

- Continuidade: a moeda social tem como um de seus objetivos a continuidade, ou seja, em uma próxima oportunidade será capaz de equacionar as demandas e ofertas pendentes.

- Confiança: o grupo que participa das feiras ou clubes, aos poucos vai despertando a confiança em relação à utilização da moeda como objeto de troca por produtos ou serviços.

- A moeda enquanto um serviço público que contribui para a circulação de mercadorias: por meio da moeda solidária não há a existência de cobrança de juros, como ocorre com o dinheiro tradicional.

- A atividade econômica enquanto provedora de bem-estar: a moeda não deve ser utilizada com intenção de lucro, no sentido de ganhar a custos do esforço das pessoas.

Por fim, acredita-se que a aceitação da moeda social vai até onde o grau de confiança dos membros alcançarem, quando os grupos são menores, por exemplo, é mais fácil planejar as questões administrativas da mesma. Por outro lado, quando as experiências são maiores, superam facilmente as necessidades materiais que cada participante tem.

2.4 TROCAS SOLIDÁRIAS MEDIADAS PELA MOEDA SOCIAL

As trocas solidárias funcionam em um espaço dentro das feiras onde as pessoas trocam entre si produtos ou serviços sem a utilização do dinheiro de uma maneira solidária que gera a cooperação em vez de competição, levando em consideração a ideia de consumo justo e ético.

Diversos registros históricos apontam que os primeiros grupos de trocas solidárias do século XX ocorreram no Canadá, mais precisamente na cidade de Vancouver em 1983, com a criação dos Sistemas Locais de Trocas Comerciais. Os moradores desta região sofriam com a diminuição da

indústria de madeira, tida como a principal atividade econômica. A partir daí, a maioria dos empregadores desapareceram e o poder aquisitivo caiu drasticamente na cidade, houve incentivo para criação de um sistema de trocas que contribuissem com a qualidade de vida dos moradores (NUNES, 2005).

De acordo com a Primavera (2001), a Argentina sediou o seu primeiro clube de trocas na cidade de Bernal localizada na Província de Buenos Aires em 1995, com um total de 20 (vinte) pessoas, que trocavam entre si seus produtos e serviços. Com o passar dos anos, foram incluídos o “vale”, “bônus” ou “crédito” (denominações dadas a moeda social), para facilitar as operações realizadas pelos grupos. Em pouco tempo (mais precisamente na década de 1998) outros países da América Latina se viam frente a este novo modelo solidário: Brasil, Uruguai, Equador, Perú, Bolívia, Colômbia, Honduras, El Salvador, México e Chile. Em cada um desses países as trocas solidárias aconteciam em condições particulares com a tendência de descentralização e autonomia antes que a criação de suas moedas de troca.

No caso do Brasil, essas iniciativas se tornaram modelos importantes para a difusão da prática no país. Dessa forma, nasceram as interações com o Programa de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul, as discussões com o Fórum de Cooperativismo Popular no Estado do Rio de Janeiro e o Banco Palmas em Fortaleza com seus programas de difusão da Economia Solidária (PRIMAVERA, 2001).

As pessoas que participam do evento, incluindo os empreendimentos solidários, oferecem seus serviços e produtos para comercialização. E como dito anteriormente, para que esses produtos possam circular na feira, o uso do dinheiro é dispensável. Vale lembrar ainda que, em se tratando dos bens oferecidos pelos empreendedores, são de sua absoluta responsabilidade, assumindo qualquer problema com eles encontrado.

Ainda segundo Primavera (2001) existem duas limitações para as trocas solidárias acontecerem. A primeira seria a ideia de que, nem sem-

pre que precisa de algo pode oferecer alguma coisa em troca aos mesmos indivíduos que produz aquilo que ela necessita. A segunda limitação parte do princípio de que nem sempre os valores dos produtos ou serviços de uma feira solidária são equivalentes, o que dificultaria as transações. Para minimizar este problema apareceu a tão discutida moeda social.

No movimento das trocas solidárias também são encontradas experiências de troca direta, muito oportuna para substituir a competição pela cooperação, por meio das trocas de bens, serviços e saberes, sem a utilização da moeda. Quando a moeda é retirada para estimular a troca direta, se reforçam os laços de amizade e confiança, além de se tornar um espaço onde as pessoas passam a se conhecer melhor, nasce novos amigos, a solidariedade flui naturalmente e se faz presente à auto-estima entre os grupos (LISBOA e FAUSTINO, 2009).

Entende-se que a Economia Solidária, por meio da prática da troca direta, age como uma estratégia inovadora em relação a economia convencional, uma vez que gera um sistema de cooperação, um sistema mais humano e sustentável. “Constroem-se relações humanas e econômicas onde prevalece um tempo em que o valor está nas pessoas e no trabalho delas [...]” (LISBOA e FAUSTINO, 2009, p. 8).

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, realizado a partir da vivência de monitoria nas 3 (três) edições da FAESOL, que ocorreram entre os anos de 2012, 2013 e 2014. Neste período, a pesquisadora se mostrou atuante na construção da feira, participando de todas as atividades e, por isso realizou algumas anotações referentes à organização da mesma: construção das comissões (formação, mobilização, comunicação, infraestrutura, cultural, captação de recursos e coordenação geral); datas, horários e local da feira; participação de expositores, participação dos alunos de graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas e

docentes do mesmo curso.

Este trabalho ainda utilizou levantamento bibliográfico. Foram consultados artigos a respeito da importância da moeda social nas feiras de Economia Solidária, bem como cartilhas disponíveis na Internet que descrevem o passo-a-passo para a construção de uma feira solidária.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A FEIRA ACADÊMICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UFRB - FAESOL

A FAESOL surgiu durante um encontro entre os alunos graduandos do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da UFRB que estavam participando de um curso de extensão, cuja denominação foi “Práticas em Economia Solidária: como organizar feiras solidárias?”. Este foi realizado no ano de 2012 e contou com a participação de representantes do Fórum Baiano de Economia Solidária e do Centro Público de Economia Solidária. Tendo em vista a troca de saberes e experiências no decorrer do evento, os alunos decidiram montar sua própria feira, onde poderiam colocar em prática todo conteúdo assimilado.

A FAESOL já está na sua terceira edição, que ocorreram no decorrer de 2012, 2013 e 2014 e desde o começo de sua existência é gerida como dito anteriormente, por estudantes do presente curso. Sua gestão ocorre obedecendo aos princípios democráticos e é passada de veteranos para ingressantes a cada ano, onde ambos se reúnem para promover a feira. Além disso, a mesma é aberta a comunidade externa da universidade, estudantes e professores de outros e do próprio curso que estejam interessados em apoiar a Economia Solidária por meio das atividades realizadas nos dias de execução do evento.

A feira também se caracteriza como um espaço de propagação da cultura local, uma vez que diversos expositores da região do Recôncavo da Bahia são convidados a expor seus produtos e serviços para comercialização. Dessa forma, também dialogam com outros empreendimentos

presentes na tentativa de negociar o melhor preço de suas mercadorias e trocaram entre si. Este espaço que a FAESOL oferece também é capaz de difundir o comércio justo, ético, solidário e sustentável, isto porque, muitos indivíduos inseridos nos empreendimentos convidados têm em sua atividade, a única fonte de geração de renda.

Os primeiros dias da FAESOL sempre eram marcados pela montagem da infraestrutura, acolhimento dos expositores e recepção do público. Entre o segundo e terceiro dia, aconteciam o clube de troca de livros, as oficinas, as palestras e os mini-cursos. Já nos encerramentos, sempre aconteciam grandes celebrações marcado por apresentações artísticas e culturais da região, além de desfiles com as roupas e acessórios que as artesãs disponibilizavam para a venda e com isso atrair a atenção dos interessados.

Cada fase de acontecimento da feira trouxe um aprendizado, nela pudemos interagir com os visitantes e fortalecer os laços de amizade já criados. Porém, algumas dificuldades surgiram durante a feira como: a falta de patrocinadores; a greve dos professores em 2013, que trouxeram complicações na organização e; dificuldades em relação ao apoio institucional.

4.2 OBJETIVOS DA FAESOL

O principal objetivo da FAESOL é o de difundir a Economia Solidária e promover a interação entre a comunidade acadêmica da UFRB, os artesãos, os empreendimentos econômicos solidários e os produtores orgânicos da região do Recôncavo da Bahia. Dessa forma, a feira tem função social, uma vez que promove a interação entre produtores e consumidores, além de ser um espaço de propagação da cultura local com apresentações e manifestações artísticas.

4.3 AS COMISSÕES DE TRABALHO DA FAESOL

Durante o período em que a FAESOL foi

realizada, os alunos do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas se organizavam em comissões de trabalho para buscar apoio e viabilizar a feira. Dentre essas comissões, podemos citar:

a) Coordenação Geral: formada por apenas 1 (um) representante de cada comissão de trabalho. Tinha como responsabilidade discutir o andamento das atividades propostas para realização da FAESOL.

b) Comissão de Formação: se responsabilizava pela organização das oficinas, mini-cursos e palestras. Essa comissão de trabalho também era designada para desenvolver o designer da moeda social, que foram diferentes em todos os anos.

c) Comissão de Mobilização: ficaria submetida em convidar com os expositores e empreendedores do Recôncavo da Bahia para que viessem marcar presença na FAESOL, por meio da comercialização de seus produtos e serviços.

d) Comissão de Comunicação: equipe de trabalho responsável pela divulgação do evento, utilizando como ferramenta as redes sociais, a criação de panfletos e cartazes, além da divulgação nas salas de aula e nos pavilhões de professores da própria universidade.

e) Comissão de Infraestrutura: coube agilizar a estrutura física da feira, ou seja, viabilizar toldos, cadeiras, barracas, decorações, almoço, água e lanche para os organizadores e empreendimentos participantes.

f) Comissão Cultural: cuidava de planejar desfiles com os produtos dos expositores, trazerem atrações musicais e sorteios de brindes aos participantes.

g) Comissão de Captação de Recursos: era designada para buscar parceiros que ajudassem financeiramente ou materialmente o evento.

4.4 A MOEDA SOCIAL DA FAESOL

A ideia de se inserir a moeda social na FAESOL partiu da premissa de que a organização do evento considerava que esta seria um instrumento de mediação muito importante para as trocas. Circulando dentro da feira, se tornou uma facilitadora,

tadora para as trocas que aconteceram exclusivamente com os livros. A moeda visou ser um meio de intermediar as trocas solidárias e foi aceita dentro da feira, como um instrumento do comércio justo.

Acredita-se que o maior destaque da FAESOL foi justamente o clube de troca de livros que aconteceram nas 3 (três) edições. Esta experiência foi muito interessante porque despertava o interesse dos alunos e visitantes da comunidade externa a trazerem os livros novos ou usados, mas que estivessem em boas condições de uso. Os livros eram em sua grande maioria, de romances, poemas, poesias e histórias de ficção. Esse clube funcionava por meio da moeda social que foi mudando de designer com o passar dos anos.

O clube funcionava da seguinte forma: a Comissão de Comunicação era responsável por divulgar as instruções da troca de livros no site do evento e nas redes sociais meses antes do evento acontecer; logo após, pelo menos 8 (oito) alunos do curso que se inscreveram na monitoria se reuniam e se revezavam nos turnos (manhã, tarde e noite) dentro dos pavilhões de aulas da UFRB para arrecadar os livros que eram doados pela comunidade acadêmica e pela comunidade externa; para cada livro doado, as pessoas recebiam uma moeda social que era denominada de “1SOL” ; no dia da feira, poderiam trazer a moeda social e trocar por qualquer outro livro de seu interesse. Os livros que sobravam depois que o evento tinha um destino também considerado social e solidário, ou seja, era encaminhado para a Biblioteca Municipal da cidade na tentativa de repassar voluntariamente para outras pessoas, porém sem o uso da moeda.

O objetivo do clube de troca de livros foi o de além de implementar a feira com a moeda social, buscaram-se situar a prática das trocas dentro das finanças solidárias, contribuindo para a vivência em diferentes modelos de trocas, a qual tem suas metodologias específicas. Dessa forma esse clube contribuiu para o surgimento da figura dos prossumidores, que são os participantes que são ao mesmo tempo produtores e consumido-

res, além de promover a cooperação e o fortalecimento das relações comunitárias.

Partindo da premissa da importância que a moeda social teve na feira, acreditamos também que ela não serviu apenas para trocar mercadorias, mas provocar nos participantes uma visão crítica a respeito de que outro tipo de dinheiro pode ser usado para realização de compras, porém este tem um fim justo e solidário diferente do dinheiro impregnado no sistema capitalista que desperta a ganância, a sede de apropriação e até mesmo a própria riqueza que não incorpora a justiça social. Além disso, podemos constatar que além das trocas realizadas propriamente com a moeda social (Figura 1), ouve também outro tipo de troca, isto é, a troca de saberes evidenciados nas rodas de conversa e nos estandes dos empreendimentos visitados pelos participantes.

Figura 1 - Moeda social no ano de 2014



Fonte: FEIRA ACADÊMICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2014².

Por fim, a moeda utilizada na FAESOL permitiu a convivência entre pessoas que necessariamente não se conheciam, caracteristicamente presente em feiras de Economia Solidária. Dessa maneira, foi criado um sistema econômico local, que complementa a economia oficial, gerando um intercâmbio de um produto (livros) que costumam ser encontrados no mercado formal ou quase nem todos tem acesso, porque é vendido a um preço não tão acessível. A moeda serviu para dar maior força à troca, permitindo que esta pudesse ser trocada por livros de diferentes tipos.

5. CONCLUSÃO

As feiras de Economia Solidária se caracterizam como uma nova maneira de adquirir produtos e serviço é um espaço onde podemos trocar algum pertence por outro qualquer por meio da moeda social, que possui um valor independente.

É uma alternativa onde se vivencia na prática a Economia Solidária, uma vez que a troca mediada pela moeda social passa pela confiança mútua, a responsabilidade de cada indivíduo com o social, a cooperação e a solidariedade. Se no mercado capitalista a crise da moeda oficial enfraquece o desenvolvimento local, na Economia Solidária além de superar a problemática da liquidez, permite o empedramento e a independência socioeconômica das comunidades que na maioria dos casos, se articulam em redes para facilitar o intercâmbio de produtos e serviços.

Um dos objetivos da troca solidária intermediada pela moeda é o caráter de re-humanização, ou seja, quando os grupos ou as pessoas se relacionam diretamente para estabelecer uma relação de negociação de mercadoria, os laços de confiança surgem ligados a justiça social das ações.

Se tratando da FAESOL, foi um projeto piloto que buscou experimentar um formato de organização com foco coletivo, o qual foi criado num espaço de interação entre discentes, docentes e a comunidade externa. E, sendo construída pelos próprios alunos de um curso de graduação, a feira contribuiu para o desenvolvimento dos princípios da Economia Solidária e para a própria formação acadêmica dos futuros profissionais.

Para concluir, dentre os resultados alcançados durante a FAESOL destacam-se: a relevância dos temas abordados, voltados para a Economia Solidária, Associativismo/Cooperativismo; a troca de experiências, contribuindo para o estímulo a práticas de consumo sustentável e solidário; a valorização da cultura local; o clube de troca de livros, que além de ser um sucesso, possibilitou que os livros tivessem um destino socialmente

justo; a possibilidade de renda para os expositores que comercializavam suas mercadorias. Além disso, o envolvimento dos alunos de Tecnologia em Gestão de Cooperativas fez toda a diferença, pois a linha de atuação do evento fez parte da nossa formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Rizeide Souza. **Como Organizar Feiras de Economia Solidária**. Brasília: Cartilha 1, Série Feiras de Economia Solidária/Programa Nacional de Fomento as Feira de Economia Solidária, 2006. 18 p.

BERTUCCI, A.; LIMA, C.; TYGEL, D.; NAGEM, F.; AMORIM, R.; SOUZA, R. P.; KIRSCH, R.; SILVA, S. **Economia Solidária: outra economia a serviço da vida acontece**. Campanha da Fraternidade Ecu-
mênica, 2010. 1-46 p.

FEIRA ACADÊMICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Moeda Social**. Disponível em: < <http://faesol.wix.com/ecosol>>. Acesso em: 10 de set. de 2015.

LAVILLE, Jean-Louis (dir.) **L'économie solidaire**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994. 100 p.

LISBOA, Armando de Melo; FAUSTINO, Andrea Viana. **Trocas Solidárias Moeda e Espiritualidade**. Florianópolis: Jornada Catarinense de Economia Popular Solidária, 2000. 14 p.

MAGALHÃES, Sandra. **O poder Circulante Local: a moeda social no Conjunto Palmeira**. Fortaleza: Banco Palmas, 2005. 77 p.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes de Colaboração Solidária**. Servilha: Encontro Internacional de Ecônomas Salesianas, 2005. 17 p.

NUNES, Ruth Espínola Soriano de Souza. **As Trocas Solidárias e as Práticas de Criação de Moeda Local**. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativa para o Cone Sul - PACS, 2005. 11-23 p

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia Solidária: um elogio à associação em tempos de crise**. Tese

de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 2004. 213 p.

PRIMAVERA, Heloisa. **Como Organizar uma Rede de Trocas Solidárias**. Porto Alegre: PRORENDA/RS, 2011. 27 p.

SILVA, A. V. **Economia Solidária: uma estratégia política de desenvolvimento**. Tese de Doutorado. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Paraíba, 2010. 147 p.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.

SOARES, Claudia Lucia Bisaggio. **Moeda Social: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo**. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade de Santa Catarina, 2006. 252 p.

SOUZA, Maria Marcia Buss. **Tecendo Grupos de Trocas**. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativa para o Cone Sul - PACS, 2005. 24-34 p.

¹ Embora o designer da moeda social fosse mudando com o passar dos anos, ela sempre recebia a denominação de "1Sol".

² <http://faesol.wix.com/ecosol>



**MOEDAS SOCIAIS VINTE ANOS DEPOIS:
REFLEXÕES CRÍTICAS E PISTAS PARA
O FUTURO, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA
DA ARGENTINA**

**On social currencies twenty years later: some
critics and clues to a common future, from the
Argentinean experience**

**Monedas sociales veinte años después: reflexiones
críticas y pistas para el futuro a partir de la
experiencia de Argentina**

Heloisa Primavera *

* Master en Ciencias Sociales por la Universidad de São Paulo, Brasil. Actualmente cursa el Doctorado en Pensamiento Complejo de la Universidad Edgar Morin, México. Vive en Argentina desde los años '70, es profesora de la Universidad de Buenos Aires y de numerosas universidades argentinas y del exterior. Co-fundadora de la Red Latinoamericana de Socioeconomía Solidaria, creó el Grupo de estudios sobre Monedas Sociales en el marco de la Alianza para un mundo responsable, plural y solidario. www.redlases.org www.alliance21.org . Email: heloisa.primavera@gmail.com

RESUMO

Nesse artigo são apresentadas reflexões críticas sobre diferentes tipos de iniciativas de moedas sociais durante as duas últimas décadas, seu acompanhamento pela academia, nos meios massivos de comunicação, em organizações da sociedade civil e na internet. É abordado o processo evolutivo que vai desde os autogestionados clubes de troca na Argentina até os bancos comunitários de desenvolvimento do Brasil, converti-

dos em política pública. Trata-se de avaliar o impacto das iniciativas que persistem na atualidade e definir novas perspectivas possíveis, a partir da perspectiva da transdisciplina, segundo Morin y Nicolescu.

Palavras-chave: Moeda social e Pensamento complexo. Transdisciplina e Epistemologia. Protótipo e Viralização.

ABSTRACT

A critical analysis on different initiatives of social currencies taken place in the two last decades is presented, as well as its follow-up by the academy, non government organizations, mass media and its presence in the internet. A particular approach is done to the evolution of self-managing "barter clubs" model in Argentina, into the format of development community banks in Brazil, where they became a public policy. An attempt to evaluate the impact of different current initiatives is considered, from the transdisciplinary view, as proposed by Morin and Nicolescu.

Key words: Social currency and Complex thinking. Transdisciplinarity and Epistemology. Prototype and Viral growth.

RESUMEN

Se presentan reflexiones críticas acerca de distintas iniciativas de monedas sociales en las dos últimas décadas, su seguimiento por la academia, en los medios masivos, en organizaciones de la sociedad civil y en la internet. Se aborda el proceso evolutivo de los autogestionados clubes de trueque de Argentina a los Bancos Comunitarios de Desarrollo de Brasil, convertidos en política pública. Se busca evaluar el impacto de las iniciativas en la actualidad y definir perspectivas posibles, desde la perspectiva de la transdisciplina, según Morin y Nicolescu.

Palabras clave: Moneda social y pensamiento complejo. Transdisciplina y epistemología. Prototipo y viralización.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Por qué situarnos dos décadas atrás:

Si bien con frecuencia hemos colocado nuestro punto de partida de consideración de las monedas sociales en las iniciativas de los LET'S,

impulsados por Michael Linton en Canadá, a partir de 1982 (Primavera, 2000), en esta oportunidad hemos decidido hacerlo a partir de la experiencia de las redes de clubes de trueque en Argentina, porque entendemos que ella sigue siendo la que tuvo mayor impacto social desde entonces y está lejos de haber sido agotada la comprensión de su dinámica de expansión. Por alguna (comprensible) razón, la mayor parte de las investigaciones y relatos periodísticos se concentró en su "fracaso" y en una equívoca relación con el "corralito" impuesto a la circulación de dinero a fines del año 2001, inmediatamente antes de la crisis.

Como se ha dicho una y otra vez (Primavera, 1999), el primer Club del Trueque en Argentina nació el 1° de Mayo de 1995, es decir, hace exactamente dos décadas. Pese al enorme e incesante caudal de investigaciones que se han hecho sobre las distintas dimensiones del "club del trueque" (que nunca fue club ni de trueque, sino que tal denominación fue utilizada como estrategia de ocultamiento de su carácter disruptivo) entendemos que esa experiencia no ha sido suficientemente explorada en lo que se refiere a las condiciones que hicieron posibles su viralización en los primeros años, si nos permitimos el término, cuestión no menor para investigadores, activistas y tomadores de decisión a todo nivel. La experiencia ha sido casi siempre estudiada, muy cerca de la crisis o a partir de su decrecimiento, tan explosivo como su expansión, dejando de lado la complejidad de las condiciones de crecimiento que tuvieron varias etapas de desarrollo en los primeros años.

Esta consideración pretende situarse, no en el corazón de la historia pasada y pisada sino, fundamentalmente, en lo que estimamos una comprensión que, quizás, no ha sido tenida en cuenta por muchos investigadores, que llegaron "tarde" al análisis del fenómeno, puesto que la mayor parte de los estudios se hizo luego de la crisis del 2002, cuando las iniciativas entraron bruscamente en declinación y prácticamente se extinguieron poco tiempo después.

Con raras excepciones, como es el caso de los trabajos de North (2007) y Gómez (2008), la mayor parte de las investigaciones se hizo sobre universos geográficos y períodos de tiempo relativamente reducidos, dejando de lado la reconstrucción de las etapas iniciales, que permitieran ir más allá del conocimiento de mecanismos de crecimiento de las iniciativas regionales, que las dotaban de singularidad, autonomía y resiliencia. Con frecuencia, se encuentran descripciones fenoménicas alejadas de una etnografía más fina que permitiría extender conclusiones a universos más amplios y arriesgar extrapolaciones a distintos contextos.

Guarismos provistos por organizaciones privadas que utilizaron muestras distribuidas a lo largo y ancho del país (Gallup, 2002), en consonancia con nuestro conocimiento directo de gran parte de las mismas, nos permiten recordar que entre fines del año 2000 y mediados del 2002, las transacciones con las monedas sociales denominadas "créditos", se encontraban distribuidas en alrededor de 10.000 grupos (nodos o clubes de trueque) de distinta magnitud, tuvieron impacto en la vida de alrededor de 1.000.000 de jefes/as de hogar, es decir, triplicarían como mínimo el número de afectados por esa economía complementaria emergencial. Se estima que esos números alcanzaron entonces a un 10% de la población total del país y 30% de su población económicamente activa (Primavera, 2006). Esa es la razón por la cual entendemos que el análisis debe ser hecho a partir de la experiencia argentina, que fue transferida a Brasil y allí transformada hasta convertirse en política pública.

2. ¿QUÉ ES ESA COSA LLAMADA "MONEDA SOCIAL"?

En las últimas dos décadas, se ha experimentado mucho con monedas locales complementarias a las monedas oficiales, que en algún momento se ha dado en denominar monedas so-

ciales. Ellas se han difundido a los 5 continentes, con resultados desiguales, algunos prometedores y en expansión, otras han decaído o permanecido rituales, casi folclóricas, con frecuencia más preocupadas hacia dentro de sus comunidades de interés, que hacia fuera y hacia el futuro, como el presente parece demandar dada la persistencia de las crisis del sistema financiero.

Aun así, se puede decir con seguridad que hoy existe alrededor de las monedas sociales una comunidad - virtual, heterogénea y distribuida - que no existía hace 20 años. La expresión "moneda social" cuando buscada en la internet arroja resultados entre 109.000 en 0,37seg en singular; "monedas sociales" en plural, 40.000 en 0.44seg; "monedas locales": 284 000 resultados (0,44 seg); "monedas complementarias": 16 800 resultados (0,47seg); "cuasi-monedas": 16 300 resultados (0,42 seg) y "monedas paralelas": 2 620 resultados (0,35 seg). Todo ello ocurrió en el efímero momento de las 12.08pm (GMT -3) el 17.03.2015.

Lo que queremos significar con ello es que hasta 1999 se hablaba de monedas complementarias, paralelas o locales (Blanc, 1999) pero las monedas sociales y las cuasi-monedas eran desconocidas.

Esa constatación es pertinente para retomar la experiencia argentina, puesto que la primera referencia a moneda social en la literatura, en nuestro conocimiento, pertenece a la ponencia "La moneda social de la Red Global del Trueque en Argentina: barajar y dar de nuevo en el juego social", presentada en el Seminario Internacional sobre "Globalización de los mercados financieros y sus efectos en los países emergentes" (Primavera, 1999) (Primavera, 2000)

Lejos de tratarse de una demanda de reconocimiento de la "maternidad" del concepto, apuntamos aquí, esencialmente, a la constatación de la necesidad - no siempre reconocida - y el poder de uso de nuevos significados otorgados a viejas palabras, como motor de innovación en prácticas sociales que, con frecuencia, las inves-

tigaciones académicas más ocultan que iluminan: moneda social y estado red están entre ellas, como veremos más adelante.

Consideramos, así, que han pasado veinte años para que las "monedas sociales" ganaran su lugar al Sol, puesto que el evento de Salvador es el tercero de la serie Conferencias Internacionales sobre Monedas Sociales y Complementarias.

Si aceptamos como legítima la necesidad de reinventar o re-significar conceptos para estar a la altura de los desafíos de nuestro tiempo, a dos décadas del inicio de la experiencia argentina, podemos preguntarnos cuando menos:

¿Qué otros han surgido con tal magnitud? ¿Por qué no se han multiplicado según las expectativas de sus promotores? ¿Qué otros podrían proponerse hoy con el avance tecnológico que se dio en ese campo? ¿En qué espacios? ¿En qué contextos? ¿Cómo se podrían capitalizar las experiencias anteriores para incrementar su impacto sobre la economía real? ¿Es ello posible y/o siempre deseable? ¿Hacia dónde estamos apuntando hoy académicos y activistas? ¿Con qué otros rumbos podríamos comprometernos?

Por ello, consideramos oportuno hacer un balance de lo avanzado en la creación de monedas sociales, sus mecanismos de evolución en distintos contextos, sus logros y sus obstáculos, su potencial no explorado aún.

3. ¿CUÁLES HAN SIDO LOS DESARROLLOS DE MONEDAS SOCIALES MÁS EXITOSOS Y DURADEROS?

Además de una breve descripción del caso de Argentina, nos referiremos sobre todo a experiencias recientes de monedas sociales en Brasil, España, Francia y Alemania, como representativas de modelos que ofrecen posibilidades de comparación con el marco teórico elegido. Ante todo, nos parece relevante situar la experiencia argentina en el contexto de América Latina: la

creación y expansión de las monedas sociales se dio durante el proceso generalizado conocido como ajuste estructural, impuesto por el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional para cobrar las deudas externas de los países de la región. Provocó, por ello, una fuerte respuesta proactiva de los sectores medios y populares, alejados de la economía especulativa y tendientes a recomponer sus economías de subsistencia en las nuevas condiciones.

En la cadena social, los fondos no podían más que ser provistos por esos sectores, para incrementar la recaudación destinada a pagar (los intereses y los intereses de los intereses de) la deuda contraída mayormente por el sector privado y luego transferida al sector público: fue la única "estatización" que permaneció en los años '90. Todo lo demás se desreguló, se descentralizó y se privatizó.

3.1. Club del trueque y sus redes: el caso de Argentina.

Era evidente que la situación de iliquidez resultaría la regla antes que la excepción, pese a las "conquistas democráticas" que fueron las salidas de las dictaduras militares, económicamente fracasadas y, por ello, políticamente derrotadas. Por ello, también, es comprensible que la "diversificación monetaria" empezara por el propio estado, en el caso de Argentina por los estados provinciales, para hacer frente a sus nuevas responsabilidades en materia de obras y servicios públicos. Así es como se comprende la llegada de las "cuasi-monedas" o bonos provinciales, con los cuales el estado provincial solucionaba en parte las economías regionales, pagando a los empleados públicos con sus monedas propias.

Ese hecho no es trivial, sino que puede haber contribuido a legitimar la pluralidad monetaria en el imaginario social. Insistimos en él porque entendemos que no ha sido estudiado con la profundidad que se merece para explicar el fenómeno.

no de crecimiento casi exponencial que tendrían luego las redes de trueque con monedas sociales. Así, once años antes de la aparición del primer "club del trueque" en Argentina, aparecieron las primeras cuasi-monedas: "dineros descentralizados" implementados por el mismo estado en crisis de liquidez (estado provincial, pero estado al fin), los pioneros "bonos" de la Provincia de Salta. La Ley 6228 dictada en 1984, emitió bonos para cancelación de la deuda pública por el valor del equivalente a 1,5 millón de dólares, con la duración de 3 años y dio origen al fenómeno de las cuasi-monedas en Argentina. Estos funcionaron como moneda corriente en las respectivas provincias, contribuyendo a disminuir la conflictividad social y sólo desaparecieron cuando el Fondo Monetario Internacional los prohibió de plano en el año 2002.

Se seguirían luego otras provincias copiando el ejemplo y aparecerían bonos de cancelación de deuda en 19 de las 24 provincias del país en los años que se siguieron. Hasta hubo un proyecto de bono federal para evitar que la salida de la convertibilidad peso-dólar americano provocara la implosión de la economía. Si bien no hay estudios consolidados para todas las provincias y el fenómeno en su integralidad, un interesante análisis puede ser encontrado en Schvarzer y Finkelshtein (2003) para una mejor comprensión del impacto y dimensiones de las cuasi-monedas en la economía argentina de fines de los años '90(2).

Como hemos sostenido antes, las redes de trueque de Argentina son un caso paradigmático, aun poco conocido en profundidad pero digno de mención por las cifras que alcanzó, ya que sus usuarios alcanzaron un número muy significativo de personas, alrededor de 35% de la población económicamente activa del país. Al final de los años '90, la iniciativa congregaba la atención de investigadores y curiosos, periodistas en búsqueda de noticias que se sorprendían al encontrar en los comercios locales carteles con inscripciones que informaban: "Aceptamos pesos, dólares, bonos provinciales y créditos", (North 2007) siendo

estos últimos las monedas de los clubes de trueque vigentes a partir de 1996.

El conocimiento de las micro-condiciones históricas que dieron origen al fenómeno, que incluyen las motivaciones personales particulares de los involucrados nos permiten identificar la existencia de al menos dos tendencias simultáneas: por un lado, había bonos públicos en circulación en muchas provincias de origen y, por otro, se encontraban en pleno desarrollo sistemas de marketing de multinivel de empresas multinacionales, donde se formaban redes de consumidores y comercializadores que transferían (siempre hacia arriba!) pequeñas proporciones de la renta derivada de la venta de cada miembro de la red a sus contactos personales directos. Así fue como los que serían fundadores del primer club del trueque de Argentina, entusiasmados con esa estrategia neo-capitalista, decidieron innovar y hacerla con producción local y diversificada: en vez de ganar en la venta a su red con productos importados, creyeron que era posible hacerlo con productos y servicios de la capacidad ociosa de producir y consumir del creciente número de desempleados que el ajuste estructural iba dejando fuera del mercado de trabajo formal. Sólo faltaba el modo de operacionalizar las transacciones. Para ello se usó, de entrada, una simple planilla de cálculo, que con el crecimiento de los grupos se hizo insuficiente y transformó las operaciones en engorrosas. Durante un breve período, para concretar los intercambios multirrecíprocos, se utilizaron cheques nominales con identificación de "productor" y "consumidor" (para evitar los términos de comprador y vendedor que ocasionarían tasación impositiva de las operaciones). Pero muy pronto, a mediados de 1996 aparecieron los primeros "vales" que funcionaron como "moneda" y que se denominaron "créditos" por el grupo fundador, para caracterizar la confianza en que se basaba el sistema.

Durante el primer año, las operaciones estuvieron centralizadas en el grupo fundador. Los "créditos" utilizados no eran, sensu stricto, lo que

denominaríamos luego moneda social (Primavera, 1999), porque éstas, por definición, deben ser *elegidas, diseñadas, distribuidas y controladas* por los usuarios y no por sus "representantes"... o proveedores. Se trataba, entonces, de monedas locales complementarias, aceptadas por los usuarios. Se aceptaban miembros por invitación de otros miembros conocidos, los cuales debían hacer un corto proceso de capacitación para incorporarse al sistema. Con el crecimiento de los grupos y la expansión geográfica, se hizo necesario organizar las operaciones en zonas y muy pronto aparecieron las diferentes tendencias al interior del grupo total:

- grupos de finalidad netamente *empresarial*, donde el beneficio de algunos era el foco principal; en estos se comercializaba todo lo que se encontraba a disposición de las participantes, muchas veces productos de sus pequeños negocios quebrados;

- grupos de finalidad claramente *social y política*, donde se impulsaba la democracia participativa y la equidad en la distribución de la riqueza, con énfasis en la producción artesanal, en el reciclado como filosofía productiva y la incorporación de saberes como servicios a medida del cliente;

- y aquellos grupos que se creían "*neutrales*" y adoptaban normas de unos y otros, según su conveniencia.

Algo que empezó como un proyecto de "negocios rentables para pocos" - inspirado en las prácticas de pluralidad monetaria pré-existentes y una estrategia de multiplicación del capitalismo tardío - se volvió un proyecto político y social para muchos: cuasi-monedas provinciales y marketing de multinivel para la formación de redes de prosumidores fueron las dos fuentes de inspiración presentes en la historia del primer club de trueque, que luego se transformaría en la Red Global del Trueque Solidario. En nuestro entender, esa combinación de fuertes pulsiones individualistas y creativas, aliadas a un contexto social de aban-

dono del estado protector, no son suficientemente tenidas en cuenta en la mayor parte de los análisis de las experiencias concretas, resultando en un desaprovechamiento de la profundidad del fenómeno de viralización del caso argentino.

No hubo necesidad de un gran entrenamiento técnico ni político para la construcción de las múltiples redes a lo largo del país: la crisis del empleo y la necesidad de subsistencia llevaron a un formidable proceso de auto-organización y *apropiación cruzada*, según propone Flores (2000), que podía completarse con el cultivo del emprendedurismo, la solidaridad y las prácticas de radicalización de la democracia. Tal era el objetivo de los programas de capacitación que proponían algunos grupos. Con el tiempo transcurrido, nuestras observaciones sugieren que una clave para comprender el crecimiento exponencial de las iniciativas parece haber sido la *facilidad de apropiación del sistema* original (Heath, 2007). Luego del establecimiento de varios programas de capacitación en las redes de trueque, que empezaban a ganar terreno a lo largo y a lo ancho del país, se enseñaban las condiciones básicas para organizar el mercado y producir monedas locales de alcance restringido. Se invitaba a que las personas que querían expandir su "negocio" fueran a otros grupos ("nodos" de la incipiente red) con producción propia, no con "monedas locales"; inclusive se incitaba a que concurrieran con producción de terceros, que así circulaba en mayores territorios.

Fue a fines de 1996 que se produjo el primer contacto del colectivo LIS (Laboratorio para la Innovación Social), apoyado por una investigación de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires, que nucleaba varias organizaciones que trabajaban en la formación de una red de Intercambio de saberes - RedISA - inspirada en la iniciativa francesa llevada a cabo por Marc y Claire Heber-Suffren (Joly y Silvestre, 2004), conocida a partir de su aplicación en Brasil. La dificultad encontrada con esa innovadora estrategia era que, una vez intercambiados los

saberes, los grupos se disolvían. Como el foco del trabajo era la inclusión de poblaciones en situación de riesgo (jóvenes en situación de adicción a drogas, chicos en de la calle, desempleados y ancianos), el tema de la *construcción vincular* era esencial para la permanencia en el tiempo de los grupos.

Un club del trueque o "nodo" de la red del trueque, de presencia regular semanal, que atendía a necesidades variadas, con oferta permanente de productos y servicios, parecía solucionar ese obstáculo, además de "desestigmatizar" a los participantes que pasaban a integrarse anónimamente como prosumidores: productores y consumidores, marcando claramente ambas responsabilidades con el grupo. Se trataba de poner en marcha un pequeño mercado solidario y no acumular créditos, que no eran más que papeles sin valor en la economía formal.

En la medida que la red empezó a crecer en forma organizada y descentralizada, se disolvió el poder de emisión y control del grupo fundador y, con la posibilidad de participación de todos los miembros en la gestión del mercado (no sólo en la emisión/control de monedas) las monedas locales complementarias se fueron transformando paulatinamente en *monedas sociales*. Los llamados "clubes de trueque", denominados "nodos" a partir del crecimiento de las redes, empezaron a manejarse en forma descentralizada, emitiendo inicialmente cada uno sus propias monedas y articulándose luego en regiones democráticamente gobernadas a través de asambleas mensuales, con representantes de todo el país. Más información sobre esa etapa inicial puede ser encontrada en el libro "Reinventando el Mercado: la experiencia de la Red Global del Trueque en Argentina" (www.redlases.org/biblioteca/reinventando_el_mercadolibro3.hp.pdf) En el Anexo I, al final de estas reflexiones se encuentra un guión básico para organizar un "club de trueque" de modelo argentino, que fue sin duda el prototipo con mayor capacidad de *viralización* hasta el momento.

En una breve periodización del desarrollo

de las redes de trueque en Argentina que muestra su evolución, los aspectos cuantitativos más relevantes son:

- 1995 -1997: de 23 personas en Bernal, provincia de Buenos Aires, se pasa a unos 30.000 miembros distribuidos en nueve provincias del país; es importante señalar aquí que la nueva "masa monetaria" en créditos se constituía con "préstamos" que no debían ser pagos porque eran parte de la creación del nuevo mercado. O sea, se trató de la cuestión de fondo que hemos señalado anteriormente: se desafió el criterio (absurdo pero vigente) de que el mercado debe hacerse en función de la disponibilidad de dinero y no de la ecuación necesidades colectivas/capacidad de producción y distribución. Pura intuición y lógica del sentido común. En un primer momento el préstamo inicial era de 20 créditos (equivalente a 20 pesos/dólares estadounidenses), luego éste pasó a 50 créditos/pesos/dólares.

- 1998-2001: según proyección de la totalidad de bonos emitidos por el conjunto de entidades emisoras, el fenómeno alcanza a unas 100.000 personas. En 1999, proponemos que los créditos sean denominados "moneda social", dado su carácter emancipatorio político, más allá de su utilización como instrumento financiero compensatorio de la escasez de dinero (Primavera, 1999). Recién a partir de fines del año 2000, la RGT (Red Global del Trueque) y la RTS (Red del Trueque Solidario), las dos redes más importantes se separarían, por imposibilidad de convivencia de modelos. La publicación de nuestro artículo "Los clubes de trueque deben preservar el sentido solidario" en el diario Clarín (Sección Opinión, 24.04.2002) es evidencia del reconocimiento de la necesidad de reflexión sobre las distintas formas existentes, hasta entonces poco diferenciadas entre ellas (3) .

- 2002-2004: a mediados de 2002, la encuestadora internacional Gallup estima en 6 millones las personas que practicaron y/o practican el trueque en alguno de los sistemas vigentes en Argentina; en septiembre de 2003, los núme-

ros habían caído estrepitosamente, en un 85 – 95% en todo el país y en todas las redes.

- 2012: estudios más recientes muestran que alrededor de unos 50.000 participantes permanecían nucleados en grupos pequeños o medianos, sin que hayan vuelto a aparecer las grandes redes centralizadas de la década anterior (4).

Más allá de las cifras, que impresionan por no haber sido alcanzadas desde entonces, teniendo en cuenta que la población total del país era entonces de 36 millones, es importante reconocer aspectos cualitativos frecuentemente obviados en la mayoría de los estudios académicos o notas periodísticas. Si bien esas cifras invitan fuertemente a relacionar la crisis del sistema de trueque con la crisis institucional global de diciembre de 2001, en realidad, el conocimiento de los aspectos políticos y organizativos de las redes de trueque la sitúa exactamente un año antes: es en diciembre de 2000 que la SEPYME (Secretaría de la Pequeña y Mediana Empresa) del Ministerio de Economía nacional firma un convenio-marco con el grupo fundador, reconociéndolo - equivocadamente - como legítimo difusor de un sistema de "franquicia social" para todo el país. A partir de ahí, empiezan a derrumbarse las bases democráticas de la gestión descentralizada que las redes habían tenido hasta entonces a nivel nacional, durante más de cinco años. Pese a reconocer el error, pocos meses de trabajo de la red "global" fueron suficientes para que mecanismos de hiper-emisión, venta y luego falsificación de los créditos que se pretendían "nacionales", imposibles de controlar, minaran la confianza de los participantes en todo el país y más allá. Hasta ese momento ya había una acumulación importante de apoyos a nivel de gobiernos provinciales y locales, además de iniciativas del Congreso Nacional (Galizzi, 2002) para reglamentar el funcionamiento de los clubes de trueque y la emisión, distribución y control de esa "moneda social". Pero la crisis de 2001-2 terminó de hundir el experimento más importante en las últimas décadas de monedas sociales exitosamente gestionadas por las comu-

nidades.

Aunque muchas regiones y clubes tenían moneda social propia, se rompió el hechizo: de las miles existentes, pocas iniciativas resistieron. Aparentemente, un elemento común a las que persisten es el tamaño reducido de los grupos, la resistencia a formar redes y el estilo de gestión asociado a la confianza, en personas identificadas como honestas y eficientes, con sus variantes en cada lugar. Hoy se estima en unas cincuenta mil personas las que siguen operando en los clubes de trueque, sobre todo en la región de la Gran Buenos Aires.

El fenómeno menos visible y por ello menos abordado en la mayoría de las investigaciones, pero tal vez el más importante para el crecimiento de las redes de trueque, fue el tipo de organización autogestiva de las asambleas regulares, semanales en los nodos (clubes de trueque), quincenales en las regiones y luego mensuales en las asambleas interzonales a nivel nacional, en las que se buscaba pautar permanentemente, de abajo hacia arriba, con delegados elegidos periódicamente, el funcionamiento de la red en todos sus aspectos: tipos de roles, aprobación de sistemas de capacitación, control de calidad y precio de productos y servicios, relaciones con otras organizaciones públicas o privadas, además del control cruzado de emisión y distribución de las monedas. Ese fenómeno fue resaltado por North (2007) en una minuciosa investigación de campo previa a la crisis del 2001. Si bien hay aportes interesantes en los trabajos de Powell (2002), Hintze (2003), Coraggio (2001) y North (2007), ninguno de ellos abarcó, en tiempo y espacio suficientes para una comprensión más profunda, la complejidad del fenómeno de las redes de trueque en Argentina. Consideramos que aun existe una deuda académica con el tema y está en curso una investigación desde el pensamiento complejo y la transdisciplina, que no lo agota en sus aspectos económicos, políticos, culturales o de gestión aislados, sino que trata de integrarlos a la luz de nuevos marcos interpretativos.

Si su caída era previsible luego de la crisis institucional del país a fines del 2001, provocada por el seguimiento riguroso del nuevo "ajuste estructural" fijado por el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional, nos parece menos comprendida la primera parte de su desarrollo: la expansión casi exponencial de su desarrollo en el período 1995-2001.

Pese a que los trabajos de Gómez (2008, 2009) incluyen una aproximación más integral del fenómeno, entendemos que un estudio de reconstrucción de los procesos micropolíticos y etnográficos, desde el pensamiento complejo y la transdisciplina, llevaría a una comprensión más acabada que permitiría avanzar sobre las dificultades de manutención en el tiempo de iniciativas tan autónomas y necesarias. Tales dificultades han ocurrido demasiado a menudo en la mayor parte de los países a los que se trasladó (¿casi mecánicamente?) el modelo: los grupos crecen poco o no crecen, desaparecen al cabo de un tiempo o se mantienen pequeños con el esfuerzo de pocas personas que colocan demasiada energía en algo que, por sus beneficios, debería fluir naturalmente.

3.2. Del Club del Trueque de Argentina al e-Dinheiro en Brasil

Una vez expuesto el desarrollo del trueque en Argentina, resulta interesante rescatar el proceso de difusión a otros países de la región, donde hubo al menos dos tipos de situación: se dio, o bien el desarrollo a partir de cero, con grupos sin ninguna trayectoria ni inserción previa en movimientos sociales, por el simple interés de conocer una experiencia novedosa y útil; en estos casos, se produjo una significativa apertura de los participantes a nuevas actividades, relacionadas a las nuevas economías y preocupaciones de mayor trascendencia social, como las situaciones de desempleo, la protección al medio ambiente, la agricultura orgánica, etc. O, al contrario, se produjo una articulación a iniciativas con cierto capital social previo, como fue el caso de Brasil, específicamente

en el espacio de la naciente Economía Solidaria, particularmente con los movimientos de Comercio Justo y Consumo Ético y Responsable.

Gracias a la presencia sostenida de grupos promotores en otros países (más activistas que académicos, por cierto) y las frecuentes visitas a Argentina de interesados en replicar el fenómeno en sus lugares de origen, el modelo se difundió rápidamente a Uruguay, Brasil, Chile, Perú, Ecuador, Colombia, Honduras, El Salvador, Bolivia, Cuba, Paraguay y Venezuela. En algunos de esos países ya se conocían sistemas similares, pero la eficacia y sencillez de administración del modelo argentino lo hizo instalarse con facilidad y reemplazar - durante algún tiempo, al menos - los sistemas pre-existentes. Sin embargo, luego de la crisis del sistema en Argentina, los demás entraron en decrecimiento, con excepción de algunas iniciativas en Brasil, que se mantuvieron o evolucionaron hacia otras formas.

Éste es un aspecto llamativo porque remite a las condiciones de sostenibilidad de las innovaciones: aparecen (¿como en la naturaleza?) multiplicidad de formas derivadas de un prototipo inicial, en el caso el CTA (Club de Trueque de Argentina).

En Brasil, 17 años después de la introducción del prototipo CTA, podemos encontrar al menos 4 familias derivadas, cada una adaptada a su contexto de creación y entorno evolutivo:

- grupos de intercambio caracterizados como "clubes de trueque": en general se trata de unidades de pequeño número de participantes, focalizados en las economías domésticas y sin relación de dependencia con entidades gubernamentales; se estima en unas doscientas experiencias distintas, entre las cuales podemos incluir el pionero "bônus" de Sao Paulo (1998) y el grandino, moneda social propuesta para el trueque de libros, en la Universidad Federal de Rio Grande(5) , entre muchos otros.

- grupos de promoción de la "idea" de moneda social en eventos de corta duración, como

los festivales de jóvenes, las distintas versiones del Foro Social Mundial ("future" y "Txai"), la moneda social "mate" de la Feria de Cooperativismo de Santa Maria (6) y el "grao"(7) como experiencia puesta en marcha en universidades.

- grupos de producción cultural que operan con comodidad en los dos mercados, con moneda oficial y con moneda social, llevando la iniciativa a la construcción de una contracultura activa, no sólo protestataria, usando varios tipos de moneda social, pero aspirando a un modelo de convivencia radicalmente distinto: se trata de la comunidad FDE - "Fora do Eixo" (Fuera del Eje) bien analizada por Ravazoni (2014) en su obra "Os Novos Bárbaros: a Aventura Política do Fora do Eixo." La economía no está en el centro, luego la moneda social es un mero instrumento (<http://cubocard.blogspot.com>), usado cuando necesario, pero si hubiese algún foco hegemónico lo ubicaríamos hoy más claramente en la construcción activa del estado-red... como derecho y responsabilidad en la construcción de la política pública (8) . En los últimos dos años el "fenómeno" FDE ha sido particularmente estudiado en una investigación hecha en Brasil y España, con énfasis en la puesta en marcha de NINJA (Narrativas Independientes, Jornalismo e Ação) como red descentralizada de media independiente, actuante en más de 150 ciudades de Brasil (9). Contradiendo su vocación original, en la actualidad su acción política se ha desplazado hacia el "interior" del eje hegemónico, con la construcción de casas colectivas en Brasília, São Paulo y Rio de Janeiro. Una Universidad Libre y un Banco de las Culturas han sido inaugurados y movilizan las redes sociales en temáticas muy diversas, buscando compartir la riqueza abundante de la sociedad del conocimiento. Indudablemente, esas acciones son políticas y por lo tanto económicas, aunque las monedas sociales sean sólo una de sus múltiples herramientas. Los colectivos están integrados por jóvenes de Brasil y otros países de América Latina.

- grupos derivados del Banco Palmas en co-gestión con la SENAES y el Instituto Banco Palmas,

que alcanza hoy a 117 iniciativas autónomas pero coordinadas entre ellas, que se distribuyen en todas las regiones del país y se caracterizan como una red de Bancos Comunitarios de Desarrollo (BCD)(10) , sin duda el prototipo más vinculado a la inclusión financiera de los sectores más desfavorecidos de la sociedad. En los últimos años han sido lanzados proyectos de moneda social en colaboración con los gobiernos locales, como el caso la moneda social Mumbuca (11) , en el municipio de Maricá, estado de Rio de Janeiro y la más reciente innovación es la moneda electrónica e-dinheiro (que en portugués también significa ES DINERO) (12).

Dentro del mismo grupo de bancos comunitarios, criado en la región más pobre del país, cabe destacar el Programa Neurobanco, desarrollado en su región más rica, los estados de Paraná y Santa Catarina, muy fuertemente orientado al desarrollo económico como motor de la inclusión social, con presencia y adhesión de la Municipalidad de Curitiba . Esa enumeración no pretende profundizar ninguno de los modelos en vigencia, sino simplemente visibilizar los distintos procesos de evolución, como veremos más adelante. Históricamente, la llegada a Brasil de la moneda social prototipo CTA puede ser ubicada en la creación del primer "club de trocas" de la ciudad de São Paulo, en 1998 y que aun persiste, siendo una iniciativa de referencia, modelo de autogestión popular, sin intervención del poder público y con bajo nivel de organización. Persiste. Su moneda se denomina "bônus" y convive pacíficamente con muchas otras, pese a no estar respaldada en la moneda oficial. Ello se debe a que la mayor parte de monedas sociales en Brasil optó por la paridad 1:1 con la moneda social Real. Posteriormente, se difundió a otras capitales, como Rio de Janeiro, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, entre otras ciudades y en 2004 tuvo lugar el Primer Encuentro Nacional de Grupos de Trueque, apoyado por el gobierno nacional. Si bien no hay estadísticas recientes, se estima en más de 200 las monedas sociales que existieron o existen y apoyaron en ese país los sistemas de trueque organizados, au-

togestionados, conducidos por organizaciones de la comunidad y/o universidades.

En el año 2000, hemos presentado el modelo en la reunión de conformación de la Red Brasileña de Economía Solidaria, en la ciudad de Mendes (RJ) y en esa oportunidad conocimos al incipiente "Banco Palmas", que acabada de lanzar un singular sistema de microcrédito instrumentado en un barrio carenciado de la periferia de la ciudad de Fortaleza, estado de Ceará, uno de los más pobres del Noreste del país. Pocos meses más tarde, concurriríamos a asesorar el funcionamiento de la pionera moneda "Palmares", implantada con más entusiasmo de los conductores que de la población local. Dos años más tarde, a fines de 2002, con financiación de la organización holandesa STRO(14) pudimos contribuir con el desarrollo del Proyecto Fomento, que instaló la moneda social "Palmas" para la construcción de un modesto edificio destinado a ofrecer capacitación en Economía Solidaria en el barrio.

Es importante resaltar aquí que, en términos teóricos, ello significó a penas una duplicación transitoria y efímera de la masa monetaria original, lo cual sigue siendo una característica de muchos sistemas de moneda social vigentes. En el sistema argentino, como no había respaldo en moneda oficial, sino todo lo contrario, se trataba de evitar toda correspondencia entre ambas, la masa monetaria disponible era variable y se ajustaba a las necesidades del "mercado local" casi instantáneamente, según el diagnóstico y decisión consensuada del grupo, es decir, del conjunto de socios presentes en la feria. Algo así como un "ajuste instantáneo" para satisfacer las necesidades y posibilidades del mercado. De igual forma, cuando había exceso de circulante se proponían mecanismos de retirada de circulación de las monedas sociales, como por ejemplo, a partir de la venta equitativa de materias primas que se encontraban en depósito o comprometidas a futuro. Con esa especie de intuición económica generadora de bienestar y no de apetitos acumulativos, siempre había suficiente liquidez, nunca de más

ni de menos. El ejemplo más acabado fue el de la Red Mar y Sierras, que quiso ser emulado por otras redes y no siempre se logró(15). Volveremos sobre el tema más adelante, porque ahí está quizás el nudo gordiano de la cuestión. O uno de ellos, no suficientemente atendido por las observaciones hasta el presente, por falta de categorías teóricas válidas para la situación: no se toca la oferta monetaria como algo pasible de cambio!

El modelo Palmares/Palma evolucionó y, contradiciendo la tendencia inicial del CTA en el cual no había respaldo en moneda oficial sino derecho universal al crédito inicial, decidió respaldarse en la moneda oficial y asumir el riesgo de dar préstamos en moneda oficial (con interés) y en moneda social (sin interés), permitiendo el pago en moneda social de préstamos dados en moneda oficial, lo que implicó adoptar un diseño particular para que ello se pudiera hacer. Se hicieron convenios con comerciantes locales y con proveedores de servicios básicos como la gasolina, el gas de cocina y el transporte público. Esa asociación micro-crédito / moneda social, en condiciones de un consolidado capital social, llevaron la iniciativa a ganar en 2006 el premio a la Innovación Social otorgado por la Fundación Banco del Brasil. El apoyo del gobierno nacional, a través de la Secretaría Nacional de Economía Solidaria del Ministerio del Trabajo y Empleo, llevaría pronto a la conformación de una Red Nacional de Bancos Comunitarios de Desarrollo para replicar el sistema a las demás regiones del país (16), presente en 2015 en 117 iniciativas.

Por otro lado, en Noviembre de 2009, durante el Foro de Inclusión Social y Microfinanzas, el Banco Central de Brasil revirtió una tendencia mundial al firmar un convenio con el gobierno nacional y el Instituto Banco Palmas para apoyar la creación de bancos comunitarios. Vale la pena resaltar ese hecho inédito, que marca una osada tendencia innovadora, de reconocimiento de la falencia del sistema monetario vigente para tratar el tema de la exclusión social y el compromiso con propuestas alternativas (17). A partir de

ese apoyo, creativa y extensamente justificado por Vasconcelos Freire (2011) en su tesis doctoral "Moedas Sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil", entendemos que se produce un hito en la producción académica sobre monedas sociales, porque está equilibradamente basado en el rigor de la investigación asociado al compromiso con la producción de condiciones estables para el desarrollo de políticas públicas de inclusión financiera y social, condición no siempre presente en los análisis académicos. Dicho de otra manera, Brasil parece ser hasta el momento, el único país donde el Banco Central acepta y promueve las monedas sociales como instrumento de inclusión social y el gobierno brasileño las incluye como iniciativa de Economía Solidaria que es, hace más de doce años, política de estado (18) .

3.3. Algunos casos recientes de monedas sociales en la Unión Europea

Al lado de las experiencias de Argentina y Brasil que acabamos de describir con algún criterio histórico y evolutivo, nos parece útil introducir ahora iniciativas similares vigentes en Europa, entendiendo que su comparación nos puede brindar elementos para un primer análisis comparativo y adentrarnos en las propuestas :

1. En Francia, el Proyecto SOL cumplió en el período 2004-2008 su primer ciclo de implementación, financiado por el Programa Equal de la Unión Europea(19) . Inspirado en la obra de Patrick Viveret (2008) publicada a partir de su Informe de Misión sobre "Reconsiderar la Riqueza", el programa ha evolucionado y continuado hasta el presente, logrando asociar exitosamente la utilización de monedas complementarias locales a finalidades sociales. El punto de partida del segundo ciclo, lanzado en 2011, puede ser considerado el proyecto apoyado por la municipalidad de Toulouse, donde el Sol-violette ha introducido una sofisticada tecnología de tarjeta inteligente

conectada a Internet, que permite dotar de trazabilidad y confiabilidad al sistema . Las experiencias son diversas pero mantienen el común la idea de apropiación ciudadana de la moneda, que se ha multiplicado en diez regiones de Francia y en algunas es aceptada como pago de servicios públicos: sol-violette, bous'sol, stuck, eusko, galleco, sol-olympé, sol-si, gonette, peche et cigogne. Se busca establecer mecanismos de cooperación entre empresas de la Economía Social y Solidaria, además de comprometer a la ciudadanía en actividades sociales y de entreaayuda(21) .

2. En Alemania, el sistema Regio ha sido desarrollado por distintas organizaciones no gubernamentales y alcanza una veintena de monedas regionales, con soporte material y autonomía regional, utilizando en muchos casos un sistema de interés negativo ("demurrage") que los hacen promotores de la reactivación de las economías locales(22) . El pionero Chiemgauer fue creado en 2003, y alcanzó en su lugar de origen unos 3000 participantes y 650 tiendas que aceptan la moneda local para fomentar el comercio local. El prototipo ha sido inspirador de numerosas iniciativas en el Reino Unido, en particular en aquellas comunidades vinculadas al movimiento de comunidades en transición(23) . En todos los casos aquí mencionados, se trata de un mecanismo donde la moneda social está respaldada en moneda oficial, con la particularidad de involucrar distintos objetivos, según los intereses del grupo promotor (comercio local, permacultura, consumo orgánico, gobernanza local, etc.).

3. En España, han florecido más de 70 iniciativas en los últimos 10 años y un estudio reciente publicado por Hughes (2015) da cuenta de la multiplicidad y variedad de experiencias que se están intentando, entre las cuales se destacan, entre otras, la moneda Demos en las Islas Canarias, la Turuta de Vilanova i la Geltrú (Catalunya), el Puma de Sevilla, el Boniato de Madrid, el Ekhi de Bilbao, etc. La propuesta más radical, sin dudas, es la FairCoin de la Cooperativa Integral de Catalunya (CIC) por su propósito de establecer una coopera-

tiva a nivel mundial, que utilice una moneda electrónica fuera de los estados y los bancos (24). Las que se encuentran en funcionamiento, en su gran mayoría, proponen monedas locales respaldadas en euros, con lo cual estaríamos en la misma situación de los bancos comunitarios brasileños, las monedas Sol y el mismo Chiemgauer.

4. Por último, pero no menos importante, por la duración de la iniciativa, debemos citar la moneda WIR (significa Nosotros en alemán), en Suiza, creada en 1934 como cooperativa formada por un grupo de pequeñas empresas locales, en pleno período de la peor crisis del siglo pasado. Atiende en la actualidad sus 60.000 usuarios, las pequeñas y medianas empresas de ese país, permitiéndoles hacer transacciones entre ellas sin uso de la moneda oficial. A los pocos años el sistema evolucionó hacia un banco que ofrece sus servicios en las dos monedas, francos suizos y moneda WIR, por la que no se pagan intereses. Una nota de color es que el Wir logró el reconocimiento del Banco Mundial como unidad: \$W ! Recientes estudios econométricos sugieren un efecto anticíclico del uso de esa moneda, es decir, cuando disminuye la oferta en francos suizos, se incrementa el uso del Wir y vice-versa. Stodder (2007) lo considera responsable por la robustez de la economía del país (www.wir.ch). En la actualidad, anticipando una profundización de la crisis financiera del 2008, varias organizaciones estudian la posibilidad de implantarlo en Catalunya y la Bretaña francesa (25).

Lo que nos interesa en ese paneo anterior es señalar que el propósito de la gran mayoría de monedas sociales en uso, en nuestro conocimiento, es la de - cuando mucho - duplicar la oferta monetaria existente y aplicar distintos mecanismos para favorecer el comercio local y agregar un objetivo pedagógico: poner en evidencia que el problema del sistema monetario actual es su desvío de la economía material, de satisfacción de necesidades colectivas, hacia la economía de ficción, es decir, hacia la especulación que concentra el dinero primero y las posibilidades que el

mismo brinda, luego, en pocas manos y que nos llevó a ¿erróneamente? llamar concentración de la riqueza... cuando confundimos riqueza y dinero.

4. DINERO, RIQUEZA Y TRANSDISCIPLINA: ¿ HACIA NUEVAS PRÁCTICAS SOCIALES?

En nuestras investigaciones, hemos planteado distintos tipos de preguntas en relación al estado del arte de las monedas sociales, innovaciones sin duda jóvenes como las que hemos examinado aquí, con excepción, quizás, de la moneda Wir, que ha cumplido sus 81 años pero que - curiosamente - no se ha multiplicado a otros países. Está instalada en Suiza, país de poco más de 8 millones de habitantes con un PIB per capita de 58.923,70 euros (2014), sólo superado por Luxemburgo, Noruega, Qatar y Macau (China).

Nuestro repertorio incluía:

¿Cuáles han sido los desarrollos de monedas sociales más exitosos y duraderos?

¿Qué otras han surgido con tal magnitud?; ¿Por qué no se han multiplicado según las expectativas de sus promotores?; ¿Qué otras podrían proponerse hoy con el avance tecnológico que se dio en ese campo?; ¿En qué espacios?; ¿En qué contextos?; ¿Cómo se puede capitalizar la experiencia anteriores para incrementar su impacto sobre la economía real?; ¿Es ello posible y/o siempre deseable?; ¿Hacia dónde estamos apuntando hoy académicos y activistas?; ¿Seguimos caminando separados?; ¿Con qué otros rumbos podríamos comprometernos?.

No pretendemos contestarlas, por supuesto. Desde el pensamiento complejo y la transdisciplina, fieles a la tradición de Morin (2008) y Nicolescu (1996) contestarlas no forma parte del juego de este encuentro con expertos, activistas y académicos. El texto anterior no pretende sino sugerir algunas pistas que la experiencia ha construido y dejar en abierto las últimas, que son las

que importan en este contexto del III Congreso Internacional de Monedas Sociales y Complementarias. Pero, a los efectos de ejemplificar cómo hemos incorporado el pensamiento complejo y la transdisciplina al campo de estudios de las monedas sociales, reconstruiremos brevemente el derrotero de las fuentes que nos ayudaron a transitar la experiencia argentina de los años '90 primero y, posteriormente, la demás iniciativas con las que estuvimos involucradas desde entonces.

Nuestra primera formación profesional en Ciencias Biológicas nos ha arrojado bastante naturalmente al pensamiento complejo y la transdisciplina, como propuestos por Edgar Morin (2008) y Basarab Nicolescu (1996) para entrar al mundo de las ciencias sociales. De ahí que, con ellos, nos planteemos aquí ir más allá de los propósitos habituales de los congresos y nos lancemos al diálogo de los saberes humanos más diversos que se plantea el mundo como pregunta, aspiración y responsabilidad. Desde esa perspectiva es que pude legitimar la silepsis de persona (hablar en 1a. y no en 3a. como exige el lenguaje académico tradicional, en los laboratorios de cualquier ciencia) y luego la de número (hablar en plural en vez de singular), permitiéndome por ello escribir ese texto a veces desde "yo", a veces desde "nosotras" para hablar de mí, pero en plural por el reconocimiento de que poco he hecho sola. Y en femenino, por comprender que el genérico masculino lleva ya bastantes años en ejercicio, por lo tanto ahora le puede tocar al femenino ser usado como genérico, por un buen rato.

Con la Antropología estructural funcionalista de Antonio Rubbo Müller (1951), aprendí la versión sistémica de observación de las distintas etnias, pasando por comunidades y grupos, llegando a la estructura de la personalidad. La impronta fértil de la Cibernética Social de Waldemar de Gregori (1984) sobre esa teoría, me permitió incorporar una visión del fenómeno del poder como juego (inevitable, permanente, necesario y... creativo) que me ayudaría no sólo a comprender, como, sobre todo, a gestionar conflictos al in-

terior de los grupos de las redes de trueque. Del colega y amigo Martí Olivella (1992), que ensaya al fin su primer proyecto de moneda social para Catalunya, conocí el sistema DELIBERA que permite que en un grupo todos "hablen" y "sean escuchados" todo el tiempo, para intentar alcanzar consensos cuando necesarios y sustentabilidad en los procesos, cuando la situación lo requiere.

En el terreno específico de las monedas locales complementarias gestionadas por sus usuarios, es decir, de las monedas sociales, el fenómeno social del dinero vino de la mano de Bernard Lietaer (2001), quien me permitió conceptualizar la dinámica observada en las ferias de trueque como expresión del paradigma de la abundancia, en situación de liberación de las luces del arquetipo de la Pacha Mama, desde el inconsciente colectivo. Silvio Gesell (1918) con su obra de referencia en la que vincula libre tierra y libre moneda como condiciones para la construcción de un orden económico natural, me permitió un acercamiento distinto al mismo Karl Marx. Pero el golpe de gracia vino con la elegancia rigurosa de Margrit Kennedy (1998) en la demostración del interés bancario como el punto de apoyo de la arquitectura monetaria vigente, que hace imposible desconcentrar y (re)distribuir la riqueza de todos apropiadas por pocos... en nombre de dinero que no existe!

Ceguera cognitiva de tantos ¿cómo es posible que la oferta monetaria M0, M1, M2, M3... Mn se acepte como algo dado e imposible de cambiar?

¿Cómo es posible la victoria de la ficción sobre la materia, que nos haga resignarnos a un relato pre-existente que en Suiza (no precisamente en el Banco Wir, sino en el BIS - Bank for International Settlements, también en Basilea, conocido como el "banco central de los bancos centrales") se decida cuánto dinero puede existir en ambos hemisferios?

¿Cómo es posible nuestra amnesia histórica sobre el origen de las Casas Reales y de los

Bancos que tan bien las atienden?

Con tales aportes, nos pusimos a diseñar preguntas desafiantes a nuestro público usuario de monedas sociales, en las cuales interpelamos algunas instituciones bien establecidas, funcionales a la manutención del statu quo:

¿ Qué es y de dónde viene el derecho de herencia? ¿Está dado para siempre? ¿Qué consecuencias tiene sobre el mundo del empleo?

¿Qué es y por qué existe alquiler de viviendas? ¿Qué es y qué consecuencias tienen las prácticas de ahorro?

¿ Cómo impactan en el planeta que estamos dejando a nuestros nietos nuestras prácticas de consumo innecesario?

¿ Es necesario perpetuar un sistema de dádivas exponencialmente crecientes a quienes nunca han trabajado, en desmedro de quienes quisieran hacerlo?

¿ Existen espacio y recursos suficientes para que todos los habitantes del planeta tengan vivienda y trabajo digno? De quién depende?

Con la contribución de autores de distintos autores a nuestra "fábrica de preguntas molestas", podemos incluir aquí algunos videos disponibles en la internet, que han sido altamente inspiradores en nuestros cursos y consultorías:

¿ Es necesario ser astronauta para impactarse con la sobrecogedora belleza de nuestro planeta azul? (26)

¿ Es forzoso y único el modelo de empresa competitiva para asegurar el futuro de las futuras generaciones? (27)

¿Debemos resignarnos a contaminar menos o más despacio nuestra casa, en vez no hacerlo del todo? (28)

¿ Es viable desarrollar un modelo de producción industrial que se haga cargo de los desechos que se han producido en el último siglo? (29)

¿Si todos los problemas de la humanidad

como familia pasan por el dinero cuando se buscan salidas, podríamos atrevernos a pensar alternativas al sistema financiero internacional? (30)

¿ Seríamos capaces de superar la visión de Adam Smith acerca de la economía con escasez y pasar a otra de abundancia más acorde con el Siglo XXI? (31)

Como la sociedad del conocimiento lo permite, hemos constatado varios parecidos de familia entre autores emancipadores, que apenas enunciaremos aquí para cumplir con la misión de evocar el pensamiento complejo como invitación a salir del cuadro: Gregory Bateson(1998) en sus inquietantes reflexiones en Pasos hacia una ecología de la mente anticipó las consecuencias de la omisión y menosprecio a lo sagrado en nuestro modo de vida (pos)moderno. Charles Eisenstein (2011) ubicó en lo sagrado el carácter faltante en la visión de la economía dominante que entró en crisis y está siendo rescatada hoy, altamente favorecida por la internet, que despertó los flujos abundantes de información, materia y energía en esta era de transición (32).

Fernando Flores, Charles Spinosa y Hubert Dreyfus (1997) sostienen que la apertura de nuevos mundos (que necesitamos para la sobrevivencia de la civilización) sólo es posible si aliamos capacidad emprendedora a la acción democrática y al cultivo de la solidaridad. Kevin Kelly (1994, 2010) propone que las nueve leyes de Dios (el único que con nada hizo todo) nos fueron transmitidas en código y que podemos aplicarlas para producir la complejidad que necesitamos. Ese marco teórico nos resultó muy fértil para la comprensión de las interacciones en las redes de trueque de Argentina y luego para el diseño de prototipos en otros territorios. (Primavera, 2006).

Suzanne Langer (1957) buscó comprender por qué algunas ideas prevalecen sobre otras, en su estudio sobre el simbolismo de la razón, los ritos y el arte. En tiempos de las redes sociales, buscando comprender los fenómenos de viralización "espontánea" para intentar diseñar efectos

virales deseables, los hermanos Dan y Charles Heath (2007) encontraron seis principios comunes a muchísimos casos exitosos de "ideas" que permanecen sobre otras, en distintos terrenos:

1. *poseer simplicidad,*
2. *ser inesperado,*
3. *tener concreitud,*
4. *ser creíble,*
5. *conllevar emociones y*
6. *sostenerse en historias.*

Nuestras investigaciones sobre la multiplicación viral de los clubes de trueque en Argentina en el período 1997-2000, y numerosos casos de no sostenibilidad de otras iniciativas, apoyan fuertemente tales ideas.

Eric Beinhocker (2007) puede ser caracterizado como un enamorado de la economía: la considera la obra prima de la civilización humana. Sostiene que desde los primeros pasos del *Australopithecus africanus*, hace 4 millones de años, pasaron otros millón y medio hasta que el *Homo habilis* empezó a usar su cerebro rudimentario para hacer algunas herramientas de piedra. Ahí ubica el nacimiento de la economía y con ella la construcción imparable de riqueza. Riqueza es el conjunto de oportunidades que tiene un ser humano para desplegar su sobrevivencia. Un indígena Yanomami, de la Amazonia, cuenta sus objetos como uno, dos y muchos. Comparte el mismo patrimonio hereditario que un ciudadano de New York, que dispone de varios millones de posibilidades más que él... para desplegar su sobrevivencia. La producción de riqueza (como incremento de posibilidades) sigue desde siempre tres pasos en su evolución: diferenciación, selección y amplificación. Nuestros estudios de la evolución del prototipo CTA (club del trueque de Argentina) al Palma e-dinheiro encuentran en su trayectoria la moneda card FDE (Fora do Eixo) y permiten reconocer tales fenómenos en los pasos transitados por ambos proyectos de monedas sociales.

Finalmente, los créditos locales van para nuestro compañero de hazañas Alejandro Piscitelli (2009) que sostiene que ya estamos en manos de nativos digitales que piensan, sienten y hacen de una manera que apenas conseguimos vislumbrar, producto de su dieta cognitiva, su adhesión a las múltiples formas de inteligencia colectiva y arquitecturas de participación que nunca hemos transitado. Evidencia de ello puede ser encontrada en el laboratorio de medios desde el cual hemos intentado plasmar la mayor parte de esas ideas convertidas en herramientas, en consonancia con los trabajos de Alfons Cornella (2012), quien sostiene que la innovación consiste en un motor de tres tiempos, en el cual alguien tiene ideas que representen valor para otro(s) y que luego se plasman en resultados que necesariamente generarán nuevas ideas. Una consecuencia (a veces trágica, a veces creativa) es que en tiempos de internet y redes sociales, donde todo está tan inevitablemente conectado con tanto, debemos aceptar que siempre somos prototipos sometidos a una lógica de transformación permanente, que desconocemos. Quizás por ello, según Beinhocker, debemos estar preparadas para diferenciar, seleccionar y amplificar! Para construir nuevos prototipos.

¿Nos permitirán los seis principios de Heath avanzar hacia la viralización de nuestros prototipos de monedas sociales?

Las nueve leyes de Dios según Kevin Kelly ¿nos ayudarán a diseñar más creativamente nuestros prototipos y trascender la lógica particular de modelos de monedas para sistemas integrales de transición?

¿Acaso un buen ejemplo son los colectivos de las Casas Fora do Eixo?

¿O nos hundiremos en la perplejidad y quedaremos sentados en la orilla del camino esperando resultados que comprueben nuestras hipótesis conocidas?

Si nuestro lugar de observación hoy produce resultados que no nos satisfacen, no está mal

cambiar de posición, creemos. Esperamos encontrarlos en las discusiones posteriores, las que se darán entre el 27 y 30 de octubre de 2015, en Salvador de Bahía. Y después.

PD. El encuentro se dio. Fue muy fértil e inspirador. Seguimos avanzando juntas y daremos noticias periódicamente, en las redes sociales y en redlases.org (33).

5. BIBLIOGRAFÍA

- Bateson, G. (1998) **Pasos hacia una ecología de la mente**. Barcelona, Lumen.
- Beinhocker, E. (2006) **The Origin of Wealth**. The Radical Remaking of Economics and What it means for Business and Society. Boston, Harvard Business School Press.
- Blanc, J. (2000) **Les monnaies parallèles**. Unité et diversité du fait monétaire. Paris, L'Harmattan.
- Cornella, A. (2012) **Visionomics**. Barcelona, Deusto.
- De Gregori, W. (1978) **Hacia la Quinta Amerindia**. Tesis doctoral. FESP SP, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.
- De Gregori, W. (1998) **Cibernética Social y Proporcionalismo**. Manifiesto para el Tercer Milenio. Bogotá, ASICS.
- Eisenstein, C. (2011) **Sacred Economics**. Money, Gift and Society in the Age of Transition. New York, Paperback.
- Eisenstein, C. (2012) <http://cor.to/SacredEconomics>
- Flores, F., Spinosa, Ch., and Dreyfus, H. (1997) **Disclosing new worlds**. Entrepreneurship, democratic action and the cultivation of solidarity. Cambridge, MIT Press.
- Galizzi, D. (2002) **Estudio para la formulación de economía urbana: las redes de trueque**. (mimeo) Proyecto de Pasantía, Maestría en Administración Pública, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires.
- Gómez, G.M. (2008) **Making Markets**. The institutional rise and fall of the Argentinean Red de Trueque, Maastricht, Shaker Publishing BV.
- Gregori, W. de (1984) **Hacia la Quinta Amerindia: endoculturación de paradigmas sociopolíticos en las Américas**. Bogotá, ISCA Ed.
- Gregori, W. de (1984) **Cibernética Social: un método interdisciplinario de las ciencias sociales y humanas**. Bogotá, ISCA Ed.
- Heath, Ch. y D. (2007) **Made to Stick**. Why Some Ideas Survive and Others Die. New York, Random House.
- Hughes, N. (2015) **The Community Currency Scene in Spain**. IJCCR, 19, A, 1-11.
- Kelly, K. (1994) **Out of control**. The New Biology of Machines, Social Systems and the Economic World, New York, Addison-Wesley.
- Kelly, K. (2010) **What Technology Wants?** San Francisco, Viking Press.
- Langer, S. (1957) **Philosophy in a New Key**. A Study in the Symbolism of Reason, Rite, and Art. New York, Paperback.
- MacArthur, E. (2010) <http://www.ellenmacarthurfoundation.org/publications>
- MacArthur, E. (2010) <http://cor.to/EconCircular>
- Manier, B (2012) **Un million de révolutions tranquilles**. Travail, argent, habitat, santé, environnement. Comment les citoyens changent le monde. Paris, Les Liens qui Libèrent.
- Morin, E. (2008) <http://www.edgarmorin.org/que-es-transdisciplinariedad.html>
- Müller, A.R. (1957) **Elementos basilares da organização humana**. São Paulo: Ed. Sociologia Política da FEESP (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo).
- Müller, A.R. (1958) **Teoria da Organização Humana**. São Paulo: Ed. Sociologia Política da FEESP

(Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo).

Nicolescu, B. (1996) **La transdisciplinarité**. Manifeste, Monaco, Le Rocher, Collection "Transdisciplinarité".

North, P. (2007) **Money and Liberation**. The Micropolitics of Alternative Currency Movements. London, University of Minnesota Press.

Olivella, M. (1992) **El poder del diner**: la monetica, factor de canvi politic. Barcelona, Paperback.

Olivella, M. (2001) **El método DELIBERA de construcción de consensos y toma de decisiones**: www.delibera.net.

Pauli, G. (2011) **La Economía Azul**. Madrid, Tusquets.

Pauli, G. (2010) **The simple show**: the blue economy: <http://cor.to/simplePauli>

Piscitelli, A. (2009) **Nativos Digitales**. Dieta cognitiva, inteligencia colectiva y arquitecturas de la participación. Buenos Aires, Santillana, Aula XXI.

Primavera, H. (1999) **“La moneda social de la Red Global del Trueque en Argentina: ¿barajar y dar de nuevo en el juego social?”**, ponencia presentada en el Seminario Internacional sobre “Globalización de los mercados financieros y sus efectos en los países emergentes”, organizado por el Instituto Internacional Jacques Maritain, la CEPAL y el Gobierno de Chile, Santiago, 29-31 Marzo.

Primavera, H. (2000) **“Política social, imaginación y coraje** : reflexiones sobre la moneda social de la Red Global del Trueque en Argentina” en Reforma y Democracia, CLAD, N° 17, 161-188, Caracas.

Primavera, H. (2006) **« Le Projet Colibri: un rayonnement de l'économie solidaire ? »** (pp.513-533) en Blanc, J. Exclusion et Liens Financiers. Monnaies sociales. Rapport 2005-2006. Paris, ECONOMICA.

Primavera, H. (2013) **“An Economy for the Common Good with Social Currencies”**, pp.71-93, en Shantz, J. and Macdonald, J.B. BEYOND CAPITA-

LISM. Building Democratic Alternatives for Today and the Future. New York, Bloomsbury.

Primavera, H. (2014) **“Economía Solidaria y monedas sociales: reflexiones sobre movimientos y modelos de desarrollo”**. En Monsalve Roldán, C. y Gutiérrez Avendaño, J. Responsabilidad Social y Biodesarrollo. Experiencias Innovadoras y Saberes. Bello, Colombia, Corporación Universitaria Minuto de Dios.

Primavera, H. (2015) **Monedas sociales veinte años después: reflexiones críticas y pistas para el futuro a partir de la experiencia de Argentina**. <http://slideshare.net/heloisahelena/monedas-sociales-veinte-aos-despus-salvador-2015?related=1>

Ribeiro, D. (1997). **Mestico é que é bom**. Rio de Janeiro, Revan.

Savazoni, R. (2014) **Os Novos Bárbaros**. A Aventura Política do Fora do Eixo. Rio de Janeiro, Aeroplano.

Solla Price, D. (1965), **“Networks of Scientific Papers”**, in Science 149 (3683):510-515.

Solla Price, D. (1970), **“Citation Measures of Hard Science, Soft Science, Technology, and Nonscience”**, in Nelson, C. E. & Pollock, D.K. (eds.), Communication among Scientists and Engineers, Lexington, MA: D.C. Heath and Company, pp. 3-22.

Vasconcelos Freire (2011) **Moedas sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil**. Tese de doutorado accesível em http://cor.to/MarusaVF_tesis

Viveret, P. (2008) **Réconsiderer la richesse**. Paris, L'Aube.

6. Anexo I: Cómo organizar un club de trueque con moneda social.

Veamos, a título de ejemplo, como se organizaba un club de trueque del “modelo argentino” que estuvo vigente entre 1995-2002, y aún sigue

en varios países de la región, cuando se respetan ciertas condiciones de control de la emisión y distribución de la moneda. Un determinado grupo de personas interesadas se reúne para iniciar esa actividad, asesorado por algún grupo de capacitación local o de otra región. Puede tratarse de una organización formal de la sociedad civil, con o sin apoyo de organismos gubernamentales. Es importante que haya de entrada claridad en cuanto a que sea un grupo promotor el responsable de llevar adelante la iniciativa y no una sola persona, para evitar la concentración de tareas y la dependencia excesiva de alguien, porque ella compromete la permanencia en el tiempo y la multiplicación de la experiencia a otros horizontes. Se recomienda que el grupo promotor tenga entre 5-10 personas como mínimo y haga durante un par de meses el ejercicio de encontrarse semanalmente para organizar las siguientes actividades:

1. Determinar el “mercado potencial” del grupo, es decir, verificar qué tipo de productos, servicios y saberes podría cada uno ofrecer y recibir del grupo.

2. Pensar un nombre para una primera moneda que será producida por el grupo y que refleje, en lo posible, alguna particularidad local (talento, mérito, zumbi, bono verde, ecosol, etc)

3. Hacer varias prácticas de ferias, con una moneda provisoria, según el manual de capacitación, para enfrentar las situaciones que podrán ocurrir en el futuro.

4. Cuando se detectan productos o servicios que faltan, se buscarán nuevos participantes que puedan ofrecerlos y se invitarán a las ferias preparatorias.

5. Elegir el nombre y diseño de la moneda que será confeccionada, por consenso, obtener los (pocos) recursos que serán necesarios para imprimirla y

6. Empezar con la primera feria pública a la cual deberán invitarse solamente personas conocidas con cierta predisposición a participar al

menos en esa experiencia.

7. Organizar un eco-banco, como espacio de obtención de monedas sociales a cambio de la productos que cada uno deberá llevar a la feria, previo acuerdo en las reuniones preparatorias; dos personas estarán operando en el eco-banco y procederán de la siguiente forma:

8. Cada persona llevará un total de productos previamente acordado, por ejemplo en US\$ 30. Juana llevará diez tazas de cerámica, por el valor de US\$ 3 cada unidad y el eco-banco le “comprará” 3 de ellas, que guardará como “lastre” (backing o respaldo) de las monedas sociales. Juana recibirá en el acto 9 monedas sociales, equivalentes a US\$ 9, para que pueda empezar a “comprar” aun antes de vender. De esa manera, se pone en circulación cierta cantidad de moneda social, que puede variar según necesario.

9. Los precios deberán ser acordados de antemano, de modo que la moneda social tenga un valor equivalente a la moneda oficial y los precios sean previamente definidos por consenso.

10. Una vez que todos los participantes pasaron por el eco-banco y allí dejaron alrededor del 30% de sus productos, se empieza la feria. Si durante la misma los operadores del eco-banco verifican que hay falta de monedas sociales (iliquidez), pueden ir a los locales de menor demanda y “comprar” productos para que el participante pueda satisfacer sus necesidades y garantizar la liquidez.

11. Al cabo de cierto tiempo, las operaciones cesan y el banco empieza a disponibilizar los productos que conforman su “lastre” para el rescate de las monedas que están en manos de los que más “vendieron”. De esta forma, al final de la feria las personas “gastan” sus monedas sociales comprando productos a su elección. Así, las cuentas cierran en cero, es decir, todas las monedas vuelven al eco-banco y ... se transforman en papel, hasta la próxima feria.

12. Juana llevó 10 tazas, entregó 3 al eco-

-banco, vendió 7 en su puesto de la feria y compró 2 camisas (usadas, recicladas), 3 libros, 4CDs y una torta... sin tocar ni una moneda oficial, que ahorró para otros gastos.

13. Las eventuales “disconformidades”, por ejemplo, María quería un CD que está con Juana, son motivo de conversaciones y negociaciones que no son posibles en los supermercados convencionales...

Existe en el sitio www.redlases.org una versión en Portugués del Manual que enseña detalladamente a organizar ferias de trueque con moneda social, en todas sus etapas. (<http://redlases.wordpress.nodo-obelisco>). Otras versiones más recientes, aplicadas en un programa de escuelas secundarias, pueden ser encontradas en <http://www.slideshare.net/redlases/cartilla-azul-2012es> y www.1a1economia.blogspot.com

1. <http://www.camdipsalta.gov.ar/LEYES/p19841986.htm>
2. <http://www.ejournal.unam.mx/ecu/ecunam6/ecunam0605.pdf>
3. https://redlases.files.wordpress.com/2008/02/es2002_diarioclarin_seccion_opinion_hp.pdf
4. <http://www.taoaproject.org/clubs-de-troc/el-trueque-argentine>
5. www.nudese.furg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=84&Itemid=100
6. (<http://boletimmstrj.mst.org.br/20a-feira-do-cooperativismo-de-santa-maria-reune-movimentos-sociais-no-rs-e-reafirma-os-valores-da-economia-solidaria/>)
7. (<https://www.catarse.me/pt/brechoecosolidario2014>)
8. (www.foradoeixo.org.br)
9. (<https://midianinja.wordpress.com>)
10. (<http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>)
11. ([-moeda-social-mumbuca-marica-rj/\)

 12. <http://www.moneyclip.com.br/palmas/>
 13. \[https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=25194#&panel1-9\]\(https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=25194#&panel1-9\)
 14. \(\[www.stro.org\]\(http://www.stro.org\)\)
 15. \(<http://cor.to/marYsierrasRTS>\)
 16. \(\[www.bancopalmas.org.br\]\(http://www.bancopalmas.org.br\)\)
 17. \[www.bcb.gov.br/pre/acordos_e_convenios/acordo_de_cooperacao_tecnica_BACEN_MTE_SENAES.pdf\]\(http://www.bcb.gov.br/pre/acordos_e_convenios/acordo_de_cooperacao_tecnica_BACEN_MTE_SENAES.pdf\)
 18. \(\[www.senaes.mte.gov.br\]\(http://www.senaes.mte.gov.br\)\)
 19. <http://www.dsi-experts.fr/sol/>
 20. \(\[www.sol-reseau.coop\]\(http://www.sol-reseau.coop\)\)
 21. \(<http://www.sol-reseau.coop>\)
 22. \(\[www.chiemgau.info\]\(http://www.chiemgau.info\) \[www.monnetta.org\]\(http://www.monnetta.org\) \[www.complementarycurrency.org\]\(http://www.complementarycurrency.org\)\)
 23. <https://www.transitionnetwork.org/>
 24. \(<http://cooperativa.cat/es/fair-coop-la-primeira-cooperativa-abierta-mundial-para-una-economia-justa/>\)
 25. \(<http://www.wir.ch/fr/la-banque-wir/>\)
 26. \(<http://cor.to/ef-perspectiva>\)
 27. \(<http://cor.to/EcoBienComun>\)
 28. \(<http://cor.to/eco-azul>\)
 29. \(<http://cor.to/EconCircular>\) \(<http://cor.to/8r3u>\)
 30. \(<http://cor.to/eco-sagrada>\)
 31. \(\[http://cor.to/5_preguntas\]\(http://cor.to/5_preguntas\)\) \(<http://cor.to/ProyectoColibri>\)
 32. \(<http://cor.to/eco-sagrada>\)
 33. \(\[www.conectarlab.com\]\(http://www.conectarlab.com\)\)
 34. \[www.redlases.org\]\(http://www.redlases.org\)](http://www.institutobancopalmas.org/lei-

</div>
<div data-bbox=)



**SUSTENTABILIDADE DE UMA MOEDA
SOCIAL COM BASE EM A GESTÃO
ESTRATÉGICA DE SEU RESPALDO.
RECIPROCIDADE, REDISTRIBUIÇÃO E
MERCADO NA 'COOPERATIVA Y BANCO
DE HORAS OLGA COSSETTINI'
(1998-2014).**

**Sustainability of a social currency sustained in the
strategic management of its baking technology.
Reciprocity, redistribution and market in the
'cooperative and hours bank Olga Cossettini'
(1998-2014).**

**La sustentabilidad de una moneda social a partir
la gestión estratégica de su respaldo. reciprocidad,
redistribución y mercado en la 'Cooperativa y Banco
de Horas Olga Cossettini' (1998-2014).**

Ricardo Orzi (UAI)*

* Economista (UBA), Magíster en Economía Social (UNGS), Doctorando en Antropología Económica (UBA). Profesor Adjunto Ordinario de la Universidad Nacional de Luján (UNLu). Profesor Titular Ordinario de la Universidad Abierta Interamericana (UAI). Argentina.
Email: ricardoorzi@gmail.com

RESUMO

A "Cooperativa e Banco de Horas Olga Cossettini" já ultrapassa 15 anos de operação de uma moeda complementar, o SOL-, cuja característica distintiva é o respaldo em bens produto de doações e horas de trabalho envolvidas. Durante seu processo de desenvolvimento, tem ido com sucesso através de várias crises que têm relação com as tensões e mudanças dentro do grupo e ao

nível do município e da economia do país. O objetivo deste artigo é analisar como, através de um uso original da tecnologia monetária do respaldo na sua moeda social – através da criação “compromissos de trabalho” e uma gestão inovadora de doações – esta experiência posso franquear situações micro, meso e macro diferentes e tem ido recriando-se institucionalmente, persistindo em sua meta de melhorar as condições de vida da população mais pobre da cidade de “Capilla

del Monte". Desde a sua subsistência nas lógicas mistas, esta instituição tem administrado o seu respaldo – na sua história – com diferentes combinações da lógica da redistribuição, da reciprocidade e do mercado, alcançando se resignificar, e superar a crise do que outras grandes redes do troque na Argentina têm sido incapazes de transitar. Integrando os níveis micro, meso e macro para nossa análise, vamos refletir sobre como esta organização conseguiu operar tanto em tempos de crise, em que operava em contra ciclo, como naqueles em que o ciclo econômico era favorável para a economia em geral.

Palavras-chave: Moeda social. Laço social. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The "Cooperative and Hour Bank Olga Cossettini" presents 15 years of operation of a complementary currency, the SOL-, whose distinctive feature is the baking technology sustained in donations and hours of work involved. During its development process it has successfully operated through various crises that have relation to tensions and changes within the group and at the level of the municipality and the country's economy. The aim of this paper is to analyze how, through an original use of baking technology in its social currency -through the creation of "work commitments" and an innovative donations management -, this experience has been franking different micro, meso and macro situations and has been recreating itself institutionally, persisting in its goal of improving the living conditions of the most impoverished population of "Capilla del Monte". From their support in mixed logical, this institution has managed its baking -along its history-, with different combinations of redistribution, reciprocity and market logics, reinventing itself, and overcoming crisis than other major barter networks in Argentina have been unable to prevail over. Integrating micro, meso and macro levels to our analysis, we will understand how this organization has managed to operate both in times of crisis, in which it operated counter-cycli-

cally, as in those where the economic cycle was favorable to the economy in general.

Keywords: Social currency. Social bond. Sustainability.

RESUMEN

La "Cooperativa y Banco de Horas Olga Cossettini" supera ya los 15 años de funcionamiento a partir de una moneda complementaria -el SOL-, cuya característica distintiva es el respaldo en bienes producto de donaciones y horas de trabajo comprometidas. Durante su proceso de desarrollo ha atravesado con éxito diversas crisis que han tenido relación tanto con tensiones y cambios dentro del propio grupo, como a nivel del municipio y de la economía del país. El objetivo de esta ponencia, es analizar cómo, a través de una utilización original de la tecnología del respaldo en su moneda social –mediante la creación de los "Compromisos de trabajo" y una gestión innovadora de donaciones-, esta experiencia ha ido franqueando situaciones micro, meso y macroeconómicas diferentes y se ha ido recreando institucionalmente, persistiendo en su meta de mejorar las condiciones de vida de la población más empobrecida de Capilla del Monte. A partir de su sustento en lógicas mixtas, esta institución ha gestionado su respaldo -a lo largo su historia- con diferentes combinaciones de las lógicas de redistribución, de reciprocidad y de mercado, logrando resignificarse a sí misma, y superar crisis que otras grandes redes del trueque en la Argentina no han podido transitar. Integrando los niveles micro, meso y macroeconómicos a nuestro análisis, veremos cómo esta organización ha logrado funcionar tanto en momentos de crisis, en los que operaba contra-cíclicamente, como en aquellos en donde el ciclo económico era favorable a la economía en general.

Palabras clave: Moneda social. Lazo social. Sustentabilidad.

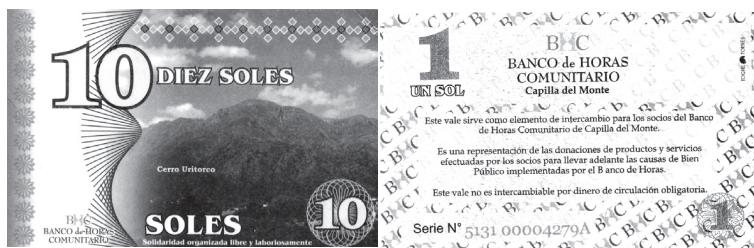
1. INTRODUCCIÓN

La moneda de la “Cooperativa y Banco de Horas Olga Cossettini”, una moneda respaldada en trabajo comprometido y en bienes producto de donaciones, cumplió más de 15 años de funcionamiento ininterrumpido. A lo largo de su historia, ha sufrido diversas crisis -con orígenes en niveles micro, meso y macroeconómico-, que ha podido resignificar a partir de su tecnología de respaldo y de su dinámica combinación de lógicas recíprocitarias, redistributivas y de mercado. Estas crisis tuvieron causas que atraviesan los niveles de la propia organización, así como los locales y nacionales, lo cual nos permitirá discutir el carácter eminentemente contra cíclico con el que se describe -usualmente- a las monedas complementarias y sociales.

El objetivo de esta ponencia, es analizar cómo, a través de una utilización original de la tecnología del respaldo en su moneda, esta experiencia ha ido franqueando situaciones micro, meso y macroeconómicas diferentes y se ha ido recreando institucionalmente, superando crisis que otras grandes redes del trueque en la Argentina no han podido transitar, y persistiendo en su meta de mejorar las condiciones de vida de la población más empobrecida de Capilla del Monte.

1.1. El Sol, la Moneda Social de Capilla del Monte

Figura 1 – Nota de 10 Soles.



Fuente: foto propia.

La “Cooperativa y Banco de Horas Comunitario Olga Cossettini” se ubica en la ciudad de Ca-

pilla del Monte, en las sierras de Córdoba, a 110 km al noroeste de la capital provincial. Este pueblo cuenta con alrededor de 12.000 habitantes y un crecimiento poblacional entre censos superior a la media nacional y provincial. La principal actividad del distrito es la turística.

La experiencia surge en 1999 como un Banco de Horas de Trabajo, que tiene como objetivo prioritario el sostenimiento de una escuela de educación por el arte, y como objetivo secundario atender a la población más empobrecida de Capilla del Monte.

En este sentido, podemos referirnos a la moneda del Banco de Horas como a una moneda que nació con un *uso específico* ⁽¹⁾, pero luego se fue extendiendo a la comunidad que no participaba de la escuela, pero quería intercambiar bienes y servicios que producían, y a la atención de los sectores populares locales. La institución comienza siendo una escuela de educación por el arte, que intentaba dar respuesta a la preocupación de cuarenta familias por suministrar una educación accesible y de calidad a sus hijos. En 1999, la moneda social surge como una forma de superar un conflicto que la “Escuela Cooperativa Olga Cossettini” tenía para llevar adelante su presupuesto y hacer frente a los pagos que habían sido comprometidos. Se decide crear un circuito complementario de moneda social valorando las horas de trabajo de los padres que realizaban trabajo voluntario en la institución, y pagar las horas no curriculares de los maestros en moneda complementaria. Así surgen los Cossettones, una moneda que funcionaba como unidad de cuenta, y se registraba por débitos y créditos en una libreta. Recién en 2001 nacen los SOLES, una moneda papel con respaldo en bienes producto de donaciones y horas de trabajo comprometido. Recordemos que entre 1995 y 2002/3, se desarrollan en Argentina las grandes redes de trueque (Red Global del trueque, RGT, y Red del trueque Solidario, RTS), las cuales entre 2001/2 permitieron el sustento de más de 1.5 millones de familias ⁽²⁾.

En este sentido, los principios que vinculan

a la moneda social de Capilla del Monte con el desarrollo de las redes mayoritarias de trueque son tres: la gestión participativa de la organización, la promoción de la figura del prosumidor y la creación de una moneda, en este caso de tipo comunitaria. Las características que la diferencian de ese fenómeno son: en primer lugar, la particularidad de ser una moneda con pretensión de alternativa frente a la idea de complementariedad de la mayoría de las monedas del trueque; en segundo lugar, la de ser una moneda “con respaldo” bienes producto de donaciones y en horas de trabajo comprometidas de sus asociados y finalmente, que el lugar donde se realiza la mayoría de los intercambios es una proveeduría, mientras que las ferias son organizadas como actividades fuera de la órbita del Banco de Horas. Esta experiencia ha tomado una forma legal de cooperativa de trabajo, por lo cual cumple con las obligaciones de una asociación de estas características. Las decisiones se toman en asamblea, aunque existen instancias que son delegadas a diferentes áreas de la organización.

Para poder comprender los usos de la moneda a partir de su respaldo, debemos realizar primero una descripción general de la misma y luego una breve reseña de la historia de la institución que la gestionó, durante sus más de 15 años de funcionamiento. En el punto 3, trabajaremos las innovaciones tecnológicas en el uso del respaldo que promueve.

1.1.1. Características generales de la moneda en estudio

El SOL muestra las características de una moneda comunitaria local, pero con un matiz diferente: en la ideología de sus creadores se encuentra la visión de un sistema que supla a la moneda oficial.

El Banco de Horas intenta forjar la im-

plementación de un sistema económico alternativo administrado por las organizaciones con fines sociales, que produzca un efecto multiplicador del compromiso de los voluntarios dentro de la institución y la sociedad en su conjunto, que mejore los ciclos de consumo y producción local de recursos (MARCELO CALDANO , entrevista 2006).

Los SOLES presentan un tipo de *localismo monetario comunitario*, siguiendo a Blanc (2006). El fuerte contenido ideológico de la moneda, coloca como principal objetivo *la transformación de la naturaleza de los intercambios*. La dinamización de los intercambios, en este caso está fuertemente asociada a un nuevo proyecto de sociedad.

Esta búsqueda de transformación del mecanismo de mercado se verifica en: i)- La promoción de la figura del prosumidor rescatando las capacidades productivas y recursos ociosos de cada uno, ii)-La proveeduría como centro en el cual se realizan todos los intercambios en SOLES, forma parte de su objetivo de crear un mercado autosustentable. Este mecanismo asegura el cumplimiento del sistema del respaldo y facilita el control de precios. Existen ferias que realizan los socios de forma independiente de la experiencia, también en SOLES, pero no son controladas por los organizadores, iii)-La tecnología de respaldo, el cual permite desarrollar confianza en la moneda, a partir de su garantía en bienes producto de donaciones y “Compromisos de trabajo” de sus miembros, iv)-El alejamiento de la lógica mercantil resulta visible en esta experiencia al crear un mercado más centralizado y controlado, con precios iguales o inferiores a los que se encuentran en los comercios, y un preciso control del circulante, y de los bienes y servicios que se ofrecen. “A principio de año se hace un listado de las necesidades posibles en este sistema de las personas que trabajan en la cooperativa, y se trata que coincida con las posibilidades de las 44 familias” (MARCELO CALDANO, en Plasencia y Orzi, 2007).

Figura 2: exemplos de notas de SOLES

Fuente: Elaboración propia.

El diseño de los SOLES ha sido pensado y trabajado como parte de la forma de apropiación de la experiencia por parte de la comunidad. Cada billete, según su denominación tiene un dibujo distinto, elegidos en un taller donde participaron todos los asociados. Los Billetes de 10 S, tienen una fotografía del cerro Uritorco, al pie del cual está construida la ciudad de Capilla del Monte. Los billetes de menor denominación, tienen como símbolo flora y fauna del lugar: los de 5 S el Cerro Las Gemelas, los de 3 S el algarrobo, y los de 1 S la pishcala, un arbusto medicinal del lugar.

Con respecto a los usos de la moneda (Theret, 2008), es utilizada como de medio de pago y de cambio, además de su principal uso, que es valorar los trabajos que el mercado oficial no valora, pero que resultan imprescindibles para el desarrollo de la comunidad, así que en -este sentido- cumple también con característica de medida de valor.

En relación con los bienes que no produce la comunidad, la moneda guarda paridad con el peso. Los precios de las mercancías no realizadas por la comunidad, se valoran en SOLES, en relación uno a uno con el peso, y siempre considerando que el precio en SOLES, no sea mayor que el precio en pesos. Como medio de atesoramiento,

la moneda queda restringida ya que el mercado en el que se realizan las transacciones es cerrado para los socios, y en su mayoría los intercambios se realizan en la proveeduría, donde las mercancías que se ofrecen no obligan, por el momento a generar capacidad de ahorro significativas.

2. LAS ETAPAS DEL DESARROLLO DE LA EXPERIENCIA

En este punto plantearemos las etapas por las que atravesó la experiencia, y como pudo, resignificándose a sí misma, continuar funcionando en contextos muy diferentes, manteniendo sus metas originales. Podemos diferenciar cuatro etapas principales en el desarrollo de la experiencia. La que va desde su origen hasta fines de 2000, la que transcurre de 2001 a 2006, un período de transición luego de la crisis de 2006, entre 2007/8, y el período de 2008 a 2014, año en el cual finalizamos nuestro trabajo de campo. Recordemos que hoy la institución continúa en funcionamiento (ver cuadro pág. 24). El Banco de Horas tiene como antecedente la “Aldea del Trueque”, donde Marcelo y varios integrantes de la experiencia comenzaron a trabajar con un trueque simple con moneda, al estilo de las grandes redes de intercambio de la Argentina entre 1995 y 2003.

2.1. Primera etapa: de 1998 a fines de 2000

La primera etapa se corresponde con la creación de la escuela y abarca la primera crisis, en 1999, de la que surge la primera moneda, los Cossettones, y la valoración del trabajo voluntario de los padres. En estos primeros años, los docentes de la organización se formaron en la pedagogía de la “Escuela Viva” de las hermanas Cossettini, mientras Marcelo y un grupo de familias abandonaba la experiencia de la “Aldea del Trueque”, para ocuparse del proyecto de creación de la escuela e idear algún mecanismo que ayudara al sostenimiento de la misma.

2.1.1. Origen de la escuela y el Banco de Horas Comunitario

El proyecto se ideó en 1997, a partir de la inquietud de un grupo de cuarenta familias con niños en edad escolar –muchas de las cuales habían participado de la “Aldea del Trueque”-, y que vivían en una zona semi-rural de Capilla del Monte, en el momento en el que hicieron una investigación sobre la oferta educativa de la zona.

Recordemos que -a nivel macroeconómico-, podemos situar el comienzo de la crisis del Plan de Convertibilidad en Argentina a partir de los años 1995/6. Esta crisis tuvo consecuencias nefastas para las prestaciones en educación y salud dentro del país.

A nivel municipal, se estaba viviendo la transición de la intendencia de Marcelo Lucianzoff, un intendente de origen peronista que gobernó hasta 1998, y la gestión de Gustavo de Figueiredo (1999-2007), que resultó más afín a las propuestas de la economía popular en general.

Las actividades comenzaron en marzo de 1998, con cuatro grupos, organizando la escuela por áreas, no por niveles como se realiza en la educación primaria en general.

Antes del inicio del primer año escolar, en Asamblea de padres y docentes se realizó un análisis presupuestario. En él se encontró que los costos operativos se aproximaban a una cuota a los 80 pesos-dólares –estábamos en el uno a uno de la convertibilidad-, mientras que el costo de los otros establecimientos no superaba los 35 pesos-dólares para la formación primaria.

Dado que eran pocos los padres de la comunidad educativa que podían asumir esa cuota, la Asamblea resolvió cobrar una cuota de \$35, y cubrir esa diferencia mediante el trabajo voluntario de los padres y la generación de proyectos productivos en conjunto con la escuela “generar negocios (gestionar donaciones, desarrollar micro-emprendimientos asociados entre los padres y la cooperativa), a partir de la sinergia que

el mismo grupo de familias forjaba” (MARCELO CALDANO, registro de las Jornadas de Moneda Social, UNLu, 2005). La principal condición era sostener la escuela entre todos los integrantes y, para ello, todo el grupo debía asumir esa decisión como propia.

Al final del primer año, tanto padres como alumnos y docentes estaban satisfechos con el funcionamiento a nivel pedagógico de la escuela, pero las cuentas no cerraban. El Consejo de Administración se reunió en el verano del primer año para evaluar el presupuesto. En esa asamblea -en febrero de 1999-, se concluyó que el monto acordado el año anterior, aún con el trabajo voluntario de algunos padres, no alcanzaba para cubrir los gastos.

En esa reunión se expresó un conflicto que venía gestándose durante todo el primer año de funcionamiento de la escuela: la mayoría de los padres que podían pagar la cuota no colaboraba en la forma comprometida, mientras que el trabajo voluntario era realizado por aquellos que estaban desempleados y no podían pagar la totalidad de la misma. Este hecho generó una confrontación entre ambos grupos, tensionados por la diferencia en término de esfuerzos para mantener el proyecto conjunto. La puesta en marcha del trabajo en común había resultado, después de un año de práctica de unos pocos padres, en una tensión creciente que estalló en la reunión del Consejo de Administración.

Las alternativas para equilibrar las cargas eran dos, o se obligaba a todos a poner el mismo tiempo de trabajo, además de la cuota, o se compensaba de alguna manera a los que trabajaban para la escuela. A partir de una idea de Marcelo, planteada en la Asamblea, se construyó una propuesta superadora: “registremos las horas de los que vienen, y evaluemos el valor de esa hora y que se paguen con productos y servicios que vienen como donación” (MARCELO CALDANO, del Registro de Asamblea, 1999).

Fue así que surgió el Banco de Horas Comu-

nitario. Las horas de trabajo efectivamente realizados por los padres se registraban en la libreta, así como los bienes y servicios que se intercambiaban, en una anotación de débitos y créditos, similar a los de otros bancos de horas (por ejemplo, los LETs o los SELs, ver Orzi, 2013). Mientras tanto, los maestros accedieron a cobrar las horas extra-curriculares, en esta nueva moneda social, el Cossettón, con lo cual se disminuía sensiblemente el presupuesto faltante en pesos.

Las horas de trabajo voluntario efectivamente realizado, servían para el pago de las cuotas de la escuela o para comprar los bienes y servicios que ofrecía la Cooperativa y Banco de Horas.

Se acordó tasar en tres pesos la hora de labor para los padres que trabajaban en la confección de material didáctico, mantenimiento, jardinería, mudanza y administración, y registrar el tiempo de actividad de las familias en una libreta de trabajo comunitario.

Por su parte, los docentes se comprometían a cobrar las horas no curriculares de su salario (horas de reunión post-cursada y talleres optativos) en SOLES, mientras que el 100% de las horas docentes se continuaban cobrando en pesos.

La cooperativa se comprometió a pagar las horas de trabajo en especie, fruto de donaciones de terceros (empresas, instituciones o particulares) o de los bienes y servicios ofrecidos por los propios padres. Se intentaba permanentemente coordinar esta oferta con las necesidades de los docentes, quienes conformaban el mayor flujo de demanda en este período.

2.2. Segunda etapa (2001 a 2006): Los SOLES y los “Compromisos de trabajo”.

Esta segunda etapa comienza con la creación de la moneda papel, los SOLES y los “Compromisos de trabajo”, dado que al incrementar la cantidad de transacciones que se real-

izaban, el uso de la libreta resultaba dificultoso. Los “Compromisos de trabajo”, en conjunto con las donaciones, se transforman en el respaldo de la moneda. Conformarán una innovación en la tecnología del respaldo que ayudará a esta comunidad a atravesar un período de fuerte crisis en nuestro país ⁽⁵⁾.

La moneda nace con el objetivo de seguir valorando aquellos trabajos que el mercado oficial no valoraba, pero que eran imprescindibles para el funcionamiento de la escuela, y continuar con el objetivo institucional: sostener el colegio y atender a la población más necesitada de Capilla del Monte.

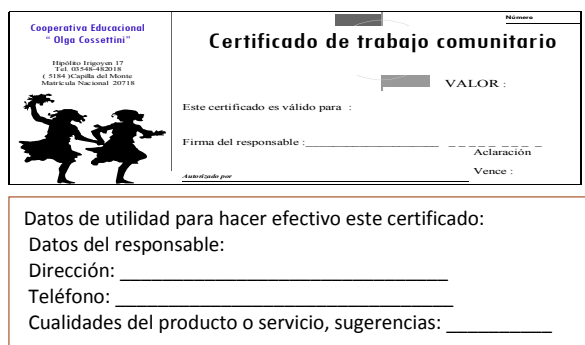
Con el surgimiento del SOL, se crean también los “Compromisos de trabajo”, unos cheques en los que se registraba el trabajo, o los bienes y servicios comprometidos para el mes o meses siguientes, y que servía de crédito —a corto plazo y sostenido en la confianza de la comunidad— para los integrantes de la organización. Estos compromisos permitían una mayor libertad en la emisión de los SOLES, ya que actuaban como respaldo. En conjunto con la gestión de donaciones, constituyen una innovación en la moneda de Capilla del Monte, que trabajaremos en detalle en el punto 3: “El Banco de Horas solidario es diferente a los bancos de horas de Estados Unidos, por ejemplo, ya que estos bancos son más sociales, menos económico, trabajan solo con horas de trabajo y no intercambian bienes ni tienen una moneda propia” (MARCELO CALDANO, entrevista 2011).

Los “Compromisos de trabajo” se convirtieron en el sostén principal del respaldo de la moneda en este período, ya que aún con un intendente a favor de la organización ⁽⁶⁾, la situación macroeconómica había cambiado sustancialmente a partir de la crisis del 2001/2. El período de fuerte crisis que vivió la Argentina entre 2001 y 2003 y la consiguiente recuperación entre 2004-2006, fue una etapa en donde la gestión de donaciones se volvió muy escasa. Asimismo, muchos de los integrantes de la cooperativa que-

daron desempleados. Esto generó un cambio la lógica predominante de la moneda, de redistributiva –sostenida en la gestión de donaciones- a recíprocitaria, sustentada en los nuevos “Compromisos de trabajo”.

Este es un faxímil de los “Compromisos de trabajo”:

Figura 3: Certificado de trabajo comunitario.



Fuente: Banco de Horas Olga Cossetini

Estos cheques funcionaban de la siguiente manera: por ejemplo, se compromete la elaboración de una docena de empanadas, se valúa en S (SOLES)12 y se realiza un cheque por S12, que queda como reserva en ‘el banco central de la organización’ (una caja de cartón donde se guardan los cheques), y se emiten la cantidad de SOLES correspondientes. Cuando se compran las empanadas con SOLES o con pesos, se rescata el certificado correspondiente. Los billetes sólo salen a circulación si cuentan con respaldo.

La moneda no tiene vencimiento, lo que vence y debe ser rescatado en SOLES o en pesos es el “Compromisos de trabajo”, si en dos meses no ha sido demandado. Esto significa que el sistema prevé un crédito de corto plazo, sin intereses, basado en la confianza ⁽⁷⁾ de la comunidad en la organización.

Hasta el año 2006, la organización funcionó de acuerdo a estos estándares.

2.3. La crisis de fines de 2006 y el año de transición (2007)

2.3.1- La crisis

El nuevo conflicto comenzó a fines del año 2006, en el mismo año en que se había cambiado la forma de gestión de la organización de una cooperativa de servicios a una cooperativa de trabajo, en la cual los docentes tenían mayor poder de organización.

Pasado mediados de año, los docentes solicitaron a la cooperativa un incremento salarial del 100%, a partir del mes siguiente. Marcelo relata que lo sorprendió la demanda, pero que nunca dijo que no al aumento. Lo que solicitó en la asamblea es que los docentes, como miembros del Consejo, participaran en encontrar la forma -a través de nuevos emprendimientos o gestión de proyectos y donaciones- de que la cooperativa pudiera pagar ese aumento. Por su parte, los docentes que fueron entrevistados en 2013, dieron a entender que hacía tiempo que no se sentía escuchados por Marcelo Caldano -no nombraron en ningún momento a otros integrantes del Consejo de la Cooperativa-, y que sabían que su requerimiento no iba a ser atendido por ese espacio.

La resolución final del conflicto llevó mucho tiempo, más de un año en el que ambas partes ensayaron formas de funcionar, por lo cual el año 2007 resulta complejo de describir organizacionalmente, en especial, cómo se gestionó la escuela y el Banco de Horas en medio de la incertidumbre sobre su futuro.

A fines de 2006 se plantea un acta de desvinculación, la separación final y definitiva del colegio y del Banco de Horas.

2.3.2- 2007, el año de la transición.

Recién en 2008 surge la Fundación Sol. El año 2007 fue un año en el que tuvieron que atender los compromisos que ya tenían planificados. Durante 2007, se continuaron los servicios del Banco, a los que se había comprometido con la cooperativa, por ejemplo, el apoyo escolar gratuito a los más de 20 niños inscriptos, que se remuneraba en SOLES. Entre 2007 y 2011 el Banco de Horas mantuvo el servicio apoyo escolar gratuito y educación complementaria para niños con dificultades de aprendizaje de las escuelas públicas, articulando con los docentes de la cooperativa y el 100% en SOLES. La Universidad a Distancia prosiguió funcionando hasta 2011, en el que los costos operativos resultaron demasiado altos para seguir sosteniéndola ⁽⁸⁾. También se continuó con la Mesa de la Infancia, desde la cual se buscaba garantizar los derechos de los niños y su protección integral ⁽⁹⁾.

Por otra parte, se financiaron 20 proyectos de talleres para la escuela: proyectos para capacitar sobre violencia familiar, taller de vivero, construir un noviazgo sin violencia, etc., consiguiendo recursos tanto de la Fundación Arcor como del Municipio.

También se definió con el Ministerio de Desarrollo de la Nación, un proyecto integral de desarrollo local, en conjunto con otra organización, llamada Quillagua: el proyecto se denominó "Capilla del Monte Comunidad Productora" ⁽¹⁰⁾. A partir de este proyecto se generaron: un emprendimiento en costura, una red de siete de viveros para producir gírgolas, y tres talleres de hilandería, los cuales a partir de un programa del INTI de Cadena de Valor recibieron ruecas y telares como insumo, y capacitación.

La escuela después del conflicto, tomó la forma de organización cooperativa, aunque más cercana a la dinámica de una escuela privada. La cuota aumentó alrededor de un 300%, pasó a 800 \$ en valores del 2013, permitiendo una financiación de solamente el 10% de la misma en una

nueva moneda que crearon y que volvió a tomar el nombre original de Cossettón. Esto obligó a alrededor de la mitad de las familias que llevaban a sus hijos a la escuela cooperativa, a cambiar de institución (cerca de 16 familias).

2.4. Tercera etapa: de 2008 a 2013

2.4.1. Los cambios organizacionales en el Banco de Horas Comunitario, como consecuencia de la crisis.

La experiencia de los SOLES, funcionaba en la búsqueda de configurar una alternativa al mercado formal. Sus valores, contrapuestos a los del mercado, le permitieron sostener una escuela cooperativa por una década, y lograr un mayor bienestar para sus integrantes.

Por otro lado, su gestión fue alimentando una mayor tensión entre los objetivos comunitarios y los individuales y entre liderazgo y participación, ya que la estructura de valores no había sido internalizada de igual forma por todos los integrantes de la comunidad ⁽¹¹⁾.

Este tipo de tensiones, presentes en los procesos de desarrollo de la mayoría de las organizaciones comunitarias, puede encaminar tanto a una mayor democratización del liderazgo, como a un resquebrajamiento de la organización en el mediano plazo. En este caso, originaron el último gran cambio que sufrió la experiencia en 2007, la disolución del vínculo con la escuela cooperativa, que había sido el origen y el eje del Banco de Horas Comunitario.

Charlando informalmente con algunos docentes, estos explicaron el quiebre de la construcción conjunta por la necesidad que tenían los integrantes de la escuela cooperativa de crecer personalmente, y la oportunidad que le ofrecían algunos padres de sus alumnos, de abrir una escuela privada.

El banco continuó funcionando en la sede alquilada, manteniendo las actividades de la red de intercambio local, la proveeduría y las ferias, además de los compromisos ya contraídos con la escuela. A nivel macro, desde 2004 se venía reactivando el nivel de actividad económica, lo cual llevó a un resurgimiento de la gestión de donaciones. En el municipio, en 2008 comienza la gestión de Roxana Olmos, una intendenta vecinalista que no mantuvo los acuerdos a los que se habían llegado con de Figueiredo, y dejó a la organización –al final de su gestión en 2011- con una deuda por servicios de agua de \$ 3000.

A fines del 2008 el Banco de Horas se transforma en la Fundación Sol ⁽¹²⁾. La fundación tomó como meta la “comunidad sustentable” de acuerdo a los principios de la “Carta de la Tierra” ⁽¹³⁾, teniendo como objeto social la promoción de estas comunidades.

La propuesta diferenciadora, el aporte en términos de ESS, continúa siendo el Banco de Horas (hoy Centro de Recursos Cooperativos) y sus innovaciones en la gestión de su moneda. La Fundación trabaja también sobre cuestiones que hacen a la comunidad ampliada de Capilla del Monte, los derechos participación ciudadana de niños, niñas y adolescentes, la mesa de infancia y los derechos a la comunicación ⁽¹⁴⁾, concentrándose en la población más necesitada de la villa.

En relación con el respaldo de los SOLES ganó –como en sus inicios- mayor importancia la gestión de donaciones en relación con los “Compromisos de trabajo”. Ya en 2013, con la gestión de donaciones se cubría más SOLES que se necesitaban para la circulación. De todas formas, se continúa trabajando con “Compromisos de trabajo” en el caso de prestar servicios o si se necesita tomar un crédito a corto plazo en SOLES.

El nuevo intendente que asumió en 2011, Gustavo Sez, de extracción radical, ha centrado su gestión en la recaudación tributaria. Su compromiso con la Fundación SOL fue apoyar los proyectos que surgen del “Consejo de Niños y Niñas”. En su

gestión se comienza a saldar la deuda de \$3000 con gestión de donaciones, y se inicia el proyecto de pago de impuestos atrasados con trabajo, acciones que detallaremos en el punto 3.

2.4.2. Las actividades en esta nueva etapa

En esta etapa, las actividades de la Fundación Sol se centran especialmente en la atención de la población más desprotegida de Capilla del Monte.

La dinamización de la gestión de donaciones y la reducción del porcentaje de salarios docentes en SOLES permitieron relajar el control del circulante, ya que el respaldo excede la emisión necesaria.

La proveeduría abre los lunes, miércoles y viernes de 17 hs a 19hs. Los viernes hay más movimiento porque se incluyó una feria, promovida por el mismo Centro de Recursos Cooperativos. Ésta dura alrededor de dos horas, mientras va llegando la gente. Posteriormente, se accede a la proveeduría.

Marcelo dinamiza la actividad de la feria comprando en SOLES algunos bienes que ofrecen los asociados, abasteciendo con ellos al local de la proveeduría. Al finalizar la actividad, se abre la proveeduría, donde los socios van a conseguir lo que no encontraron en la feria.

Hubo un importante cambio de modalidad, ya que ahora los “Compromisos de trabajo” no son obligatorios, aunque se continúan utilizando. Marcelo compra una parte de lo que traen los emprendedores, paga en SOLES y acelera la circulación.

Hoy la hora de trabajo está valuada en 25 SOLES, recordemos que, en el inicio de la experiencia, se había valuado en 3S.

En la feria y la proveeduría se intercambian ropa, artesanías, productos de limpieza y perfumería, también alimentos frescos (brotes de diferentes semillas, harina, pan, pastas frescas, pepas,

etc.). En la actualidad no hay verduras para comercializar, pero siempre se intenta contactar con productores de la zona, con lo que el abastecimiento es intermitente.

A nivel de cooperación con el Municipio, en la nueva gestión de Gustavo Sez, Marcelo plantea el proyecto de cambiar la deuda generada por los impuestos atrasados, a partir del trabajo comunitario de los integrantes de la fundación en Capilla del Monte.

Los costos de gestión institucional del Centro de Recursos Cooperativos son bajos, rondando un 5% del total de las operaciones.

Los proyectos más relevantes financiados o sostenidos en SOLES son: i)- talleres de la escuela de artes y oficios (financiados en SOLES).ii)- recuperación de esculturas (organización de vecinos para mejorar el barrio, financiada con SOLES)., iii)- pago de impuestos atrasados en trabajo para el municipio, iv)- promoción de la autogestión y los talleres familiares, v)- gestión de proveedores: vi)- padrinazgo de actividades financiando en SOLES: la escuela de artes y oficios, la mesa de gestión para el Centro de Gestión Comunitaria -por ejemplo-, vii)- la gestión de donaciones viii)- talleres de capacitación laboral para jóvenes en riesgo, etc.

Algunas de estas acciones serán trabajadas en el punto 3 ya que su gestión en SOLES y en una combinación de SOLES y pesos representa una innovación en el uso del respaldo.

3. LAS INNOVACIONES TECNOLÓGICAS DE LA MONEDA EN LAS DIFERENTES ETAPAS

Trabajaremos sobre las dos etapas más relevantes para su estudio: el período 2001-2006, con predominio de la lógica recíprocaritaria a través de los “Compromisos de trabajo” y el período 2008-2013, en que predomina la lógica redistributiva a partir de la gestión de donaciones.

3.1. Los SOLES en la etapa de los “Compromisos de trabajo” como base del respaldo (período 2001-2006)

Esta etapa tiene como antecedentes los Cossettones y antes aún la ‘Aldea del Trueque’. Nosotros nos ocuparemos de la moneda papel -el SOL- que surge en 2001, ya que es la que involucra las innovaciones de las que queremos dar cuenta.

Las características generales de la moneda han sido desarrolladas en el punto 1.1. La peculiaridad de este período es que el respaldo se compone especialmente por los llamados “Compromisos de trabajo”, cuestión que se explica tanto por el contexto macroeconómico de estos años, como por la situación micro (la necesidad de financiamiento de la escuela), cuestiones analizadas en el punto 2.1.1. En esta etapa, la moneda circula sostenida más fuertemente en la confianza entre los integrantes de la organización, y en la lógica recíprocaritaria, ya que la gestión de donaciones se vuelve difícil (ver cuadro pág. 24).

3.1.1. La circulación de los SOLES y el respaldo en “Compromisos de trabajo” en el período 2001-2006

La característica específica de los SOLES que los diferencia de otras monedas sociales que han circulado en la Argentina, es que han adoptado una forma de emisión contra respaldo en bienes y “Compromisos de trabajo”.

El SOL resulta, entonces, una moneda comunitaria, que circula en un mercado compuesto por sus asociados, y que está respaldada al 100%, en bienes obtenidos por donaciones y en trabajo comprometido. El sistema monetario es cerrado, a diferencia de otros sistemas monetarios locales. Para acceder a cualquiera de las prestaciones de la cooperativa y el Banco, hay que ser socio. Para hacerse socio hay que ser recomendado por otro socio y pasar por una capacitación de cuatro ho-

ras.

En el período 2001-2006, cuando la escuela formaba parte de la institución, la moneda entraba en circulación cuando la organización ejecutaba su presupuesto, en especial en el pago de un porcentaje de los salarios de los docentes (aquellas horas dedicadas a actividades extracurriculares) y del personal administrativo de la escuela, en SOLES. Por ejemplo, un docente emitía un cheque solidario por el cual comprometía su trabajo del mes siguiente. En ese cheque figuraban las horas de trabajo comprometidas, valuadas según acuerdo de Asamblea, en SOLES. Luego se emitían los SOLES correspondientes, que se le entregaban al docente y entraban en circulación.

El pago de la cuota de la escuela también permitía crear SOLES, en el caso de que, en lugar de pagar en efectivo (pesos o SOLES), lo hicieran a través de un compromiso mensual de trabajo, contra el cual se emitía moneda. Lo mismo sucedía con la cuota de socio de la cooperativa para aquellos que no mandaban sus hijos al colegio, pero participaban como reciprocantes ⁽¹⁵⁾.

También se emitían SOLES a partir de la gestión de donaciones. Cuando se recibían donaciones, se valuaban y se emitían los SOLES correspondientes, en caso de ser necesario.

Entonces, el Banco obtenía sus productos y servicios de dos fuentes principales:

1)- Las familias que firmaban un compromiso de pago en especie –en bienes o servicios-, mensual por un valor de la cuota del colegio (alrededor de \$35 en el primer año).

2)- Los recursos en especie que obtenía la institución por medio de su gestión de donaciones.

En este período de crisis económica, la fuente principal del respaldo eran los “Compromisos de trabajo”, ya que había muchos padres desempleados (que podían trabajar para la organización), y las donaciones eran difíciles de conseguir.

La moneda no tenía vencimiento, lo que vencía eran los “Compromisos de trabajo”. El período de prescripción era de dos meses. Si no se solicitaban los servicios ofrecidos (por ejemplo, el servicio de un albañil, o de un plomero), se les pedía a los socios que “movieran” sus certificados (que dieran a conocer los productos o servicios que ofrecían), o que los cambiaran por SOLES o por pesos, porque no habían podido cumplir con el trabajo que habían comprometido en ese certificado.

¿Cómo retornaba la moneda a la organización?

Los SOLES eran reabsorbidos por el Banco cuando eran gastados en la Proveeduría Institucional.

Las familias tenían tres vías para gastar sus SOLES:

- 1)- Los productos y servicios que ofrecía la Proveeduría de la Cooperativa.
- 2)- Los productos y servicios que ofrecían las otras familias.
- 3)- El pago de sus compromisos con la institución.

También circulaban los SOLES en las ferias que se realizaban de manera esporádica y auto-organizada por los integrantes reciprocantes de la cooperativa. En estas actividades la autoridad monetaria no participaba.

Figura 4: La circulación de los SOLES (período 2001-2006).



Fuente: Elaboración propia.

Hasta 2008, el faltante del presupuesto de la escuela cooperativa fue cubierto por la gestión de los SOLES, especialmente a través de los “Compromisos de trabajo”, que permitieron rescatar las capacidades invisibilizadas y los recursos ociosos de los padres que la integraban.

Desde el año 2008 a la fecha la Escuela se separó del Banco de Horas. El funcionamiento general de la moneda a partir del respaldo en bienes producto de las donaciones y en “Compromisos de trabajo” continúa siendo el mismo, aunque ha cambiado su composición adaptándose a la nueva realidad de la institución. Estos cambios en la forma de gestión del respaldo, le han permitido a la organización sostenerse, tanto luego de la crisis que atravesó en 2001, como luego de la profunda transformación del 2006.

3.2. Los SOLES en la etapa de la “gestión de donaciones” como base del respaldo (período 2008-2014).

3.2.1. Introducción

Aun cuando nuestro trabajo de campo terminó en 2014, el Banco de Horas y su moneda continúan funcionando en la actualidad. Lo hace como Centro de Recursos Cooperativos, a través de la Fundación SOL – también a cargo de Marcelo Caldano-, la cual se creó como un espacio para la generación de emprendimientos productivos y provisión de servicios educativos. La Fundación Sol se encarga de tres actividades principales: el Centro de Recursos Cooperativos (el Banco de Horas), la promoción del desarrollo local y la atención de la población más desprotegida de Capilla del Monte.

Desde 2008, la Fundación SOL se encuentra trabajando en un Proyecto Integral, subsidiado por el Ministerio de Desarrollo Social de la Nación, el cual plantea la creación de un fondo rotatorio para la compra de equipamiento y financiamiento de emprendimientos, con eje en el

Banco de Horas Comunitario y los SOLES. A partir de este plan conjunto, la organización tomó a su cargo dos proyectos centrales: por un lado, la creación de una Empresa Social de Jóvenes Jardineros, promoviendo los valores de la ESS en la construcción de proyectos comunitarios con centro en la población marginada de Capilla del Monte. Por otro, la integración de un Centro Educativo y Productivo de Hongos Comestibles, asociados al corredor de productores de gírgolas del Valle de Punilla.

A su vez, una interesante gestión de donaciones le permite multiplicar el valor de las mercancías donadas generando una mejora sustancial en la calidad de vida de los integrantes de la institución y de la comunidad más necesitada de Capilla del Monte.

Seguidamente, ampliaremos sobre este punto.

3.2.2. La gestión de donaciones:

En este período, pasada la crisis macro y recuperación entre los años 2001-2006, la gestión de donaciones había resurgido y ya se hallaba aceptada -luego de más de 10 años de trabajo-, excediendo lo que el banco puede utilizar como respaldo de su moneda.

En este momento la gestión de donaciones, por lo que yo tengo construido de base de confianza con empresas, resulta nuevamente abundante, pero ya no tengo donde poner las donaciones. El espacio que tenemos es chico, entonces yo tengo todo el lugar con mercadería hasta el techo, y los costos profesionales ¿cuáles son?: administración del banco, y los proyectos que financiamos en SOLES... (MARCELO CALDANO, entrevista 2013).

Por otro lado, ya no era necesario emitir tantos “Compromisos de trabajo”, ya que la Fun-

dación no sostiene más a la escuela cooperativa. El respaldo compuesto principalmente de donaciones se encuentra nuevamente vinculado a una lógica de tipo redistributivo, como en los primeros años. “No es yo te doy, vos me das, tiene que ver con los regalos...” (MARCELO CALDANO, entrevista 2012). Se gestionan donaciones con empresas y organizaciones sociales ⁽¹⁶⁾.

Describiremos un ejemplo de gestión de una donación de cereales de Granix, el cual muestra que la complicada logística necesaria para hacerla efectiva de manera eficiente, requiere de un trabajo especializado. La gestión de los cereales, explicada por Marcelo:

La empresa Granix avisa por mail al Centro de Recursos Comunitarios que tiene una partida de 80 bolsones de cereales azucarados para donar. En ese momento se pone en marcha la logística que consiste -en primer lugar- la gestión del pasaje a Buenos Aires gratuito (conseguir la donación del pasaje). En Granix se gestiona la donación de la mercadería prometida y se elabora un informe de lo que se hizo y de las características de la donación. Aquí se gestiona su traslado, buscando una empresa que lo done: se consigue una encomienda por la empresa General Urquiza. El flete que lleve las 80 bolsas a Retiro se consigue pagar en SOLES, ya que la hija del chofer vive en Capilla del Monte, y puede comprar en la proveeduría. Recién cuando llegan a la terminal de Capilla del Monte, el Centro de Recursos Cooperativos se hace cargo de la donación. (MARCELO CALDANO, entrevista, 2013).

Ahora trabajaremos la forma en la que circulan las donaciones en el circuito de los SOLES, potenciando su valor.

3.2.3. Las donaciones en el circuito de los SOLES:

El año pasado fuimos a la Secretaría de Niñez de Córdoba, que tenían una oficina acá, y están con familias muy de última, y entonces también les di SOLES y les pedí que les dijeran a estas familias que vengan a buscar, lunes miércoles o viernes, cosas a la proveeduría, les di SOLES 200 por familia... Ahí también entran en circulación los SOLES...Esto lo podés hacer porque tenés detrás la gestión de las donaciones, tiene un colchón para que vos puedas hacer... Yo ahora tengo más de 10.000 \$ en mercadería donada. Ahora imagínate que, si yo no traigo más mercadería donada, lo único que queda es el nivel de reciprocidad... (MARCELO CALDANO, entrevista 2013).

En este punto, vamos a describir dos actividades que son posibles gracias a la gestión de donaciones con SOLES. El listado completo de actividades que promueve la Fundación Sol ha sido detallado en el punto 2.4.2. “Cada iniciativa genera su impacto indirecto en SOLES, con su sistema de compensación de esfuerzos, con su capacidad ociosa” (MARCELO CALDANO, entrevista un viernes en la feria, 2013).

La institución dinamiza el impacto de las donaciones, haciéndolas circular a partir del uso de una moneda complementaria con respaldo, permitiendo multiplicar las capacidades y los recursos ociosos de los asociados.

Dedicaremos los siguientes apartados para analizar dos proyectos que se pudieron realizar a partir de la circulación de las donaciones: el corredor de las esculturas y el pago de deuda impositiva municipal con horas de trabajo.

3.2.3.1. El corredor de las esculturas.

Marcelo, quien recorre de manera continua el territorio de Capilla, se encontró en 2010, con la siguiente situación: había vecinos en un barrio, quienes durante 5 o 6 meses y de manera espontánea, se dedicaron a la restauración de

las esculturas que se habían deteriorado en un espacio público. Era una calle delimitada por esculturas, la cual había sido parte de una estancia. La noticia comenzó a correr y atrajo a pobladores de otros barrios, llamando incluso la atención del Municipio. Este grupo le pidió a Marcelo si el centro los podía becar en SOLES. Como había excedente de respaldo en donaciones, les entregaron alrededor de \$2000 SOLES por mes, los cuales eran distribuidos por los propios vecinos. “Nosotros tenemos capacidad de financiar como una fundación donante, iniciativas afines a nuestra misión institucional que es la comunidad sustentable” (MARCELO CALDANO, entrevista un viernes en la feria, 2013).

La circulación de las donaciones permitió que vecinas y vecinos, gente sin dinero, pero con vocación solidaria, comenzaron a cobrar en SOLES por su trabajo voluntario y se integraron a la dinámica de las ferias y la proveeduría. La feria creció mucho en ese momento.

Esta es para nosotros la creación de riqueza. Que haya proyectos comunitarios que haya vecinos que apoyan esos proyectos comunitarios. Cuando yo cuento cómo funciona el sistema, les digo que todos pueden colaborar, aunque sea indirectamente con el sistema. No tengo ganas de limpiar el barrio, pero yo soy abogado mi consulta vale \$ 200, entonces puedo donar 1000 mangos en consulta de abogacía... Cada iniciativa vecinal va generando su propio respaldo en directo, indirecto. Sostener de manera voluntaria un bien público resulta difícil, cuando realmente es un sistema de compensación de esfuerzos como este, ya es otra cosa... (MARCELO CALDANO, entrevista 2013).

3.1.3.2. Proyecto de pago de impuestos atrasados con trabajo para el municipio.

Otra propuesta que estaba proyectando en la última de nuestras visitas, era cancelar impues-

tos locales atrasados con trabajo para el municipio, a partir de la incorporación de los SOLES al circuito.

Para esta acción, se realizó un relevamiento en 2013, sobre las familias asociadas al Centro de Recursos que tenían problemas de impuestos atrasados. La situación local había cambiado y el intendente Gustavo Sez, quien había asumido en 2012 con un fuerte perfil tributarista, basaba su gestión en la recaudación. La presión sobre los vecinos era muy fuerte, llegando a incautarles los medios con los que generaban sus ingresos (por ejemplo, sus motos).

El Centro de Recursos realizó un inventario de los parajes que estaban descuidados, las calles con carteles rotos o inexistentes y la zona del peri-lago que recibía a turistas y no estaba en condiciones óptimas. Con registro fotográfico de estas situaciones, le propusieron al intendente pagar los impuestos atrasados con trabajo. La idea era dejar a Capilla lista para recibir a los turistas, y a los integrantes del Centro de Recursos libres de deudas impositivas.

Detrás de esto, estaba la circulación de los SOLES, que, en palabras de Marcelo, conformaban para el municipio, una “caja negra”, de la que prefería que el intendente no se enterara, ya que, si lo hacía, podrían comenzar las trabas burocráticas nuevamente.

¿Cómo funciona la circulación de los SOLES (la “caja negra”) en este proyecto?

La circulación de los SOLES permite que aquellas familias que puedan ocuparse de las tareas de limpieza y reparación del paraje, lo hagan cancelando la deuda que tienen en impuestos atrasados, y cobren las horas de trabajo que supere ese monto, en SOLES.

Esta distribución de los ingresos por el trabajo completo –cobrando lo que supera el pago de su deuda impositiva en SOLES– habilita a que los vecinos o familias que no tiene las capacidades o el deseo de realizar esa tarea, puedan también

disminuir su carga de deuda tributaria a partir de “Compromisos de trabajo”, ofreciendo bienes y servicios en la proveeduría o las ferias de la organización. En este caso se esperaría a la efectiva realización de lo comprometido para informar al municipio el pago de esta deuda ⁽¹⁷⁾ .

A partir de esta “caja negra”, que no es más que la potenciación del circuito a través de una inteligente utilización de la moneda complementaria, se logra multiplicar el ingreso de los que participan de este circuito y se comienza a saldar la deuda atrasada de impuestos con el municipio.

Esta “caja negra” produce mejoras en el espacio público, esto tiene un precio, es lo que yo les doy... Y que hago yo incluso a los que no pueden trabajar en ello..., una vieja por ejemplo que no puede limpiar el peri-lago ni hacer un cartel, puede hacer una torta por mes, quizás son 40 \$ por mes, pero se va acumulando son 400, luego son 800... (Marcelo Caldano, entrevista 2013).

Para el municipio, el cual tiene el compromiso de generar mejoras en el espacio público, el convenio es una ventaja, ya que no tiene que disminuir su liquidez, cancelando el trabajo de saneamiento con deuda impositiva de difícil recupero ⁽¹⁸⁾ .

4. CONCLUSIONES PRELIMINARES

Las lógicas mixtas conforman la forma habitual de funcionamiento de las organizaciones que se sostienen en valores diferentes a los del mercado total capitalista actual. Las experiencias que provienen de la ESS trabajan también con combinación de lógicas, como los sistemas de moneda complementaria (Laville, 1994).

Lo que invita a la reflexión a partir de la experiencia del Centro de Recursos Cooperativos

(ex Banco de Horas), es por un lado, cómo a través de la regulación de estas lógicas mixtas ha logrado funcionar en períodos de crisis macroeconómica (con un predominio de “Compromisos de trabajo” en su respaldo), como así también, en períodos de ciclo favorables (con predominio de donaciones en su respaldo), y por otro, cómo ha potenciado la gestión de donaciones, poniendo en movimiento las capacidades y los recursos que estaban invisibilizados u ociosos, a través de su circulación.

El Centro Recursos Cooperativos fue modificando el uso de las lógicas recíprocitaria, redistributiva y de mercado, en función de la realidad que vivían día a día la comunidad de la que forma parte. Comenzó sosteniéndose en la distribución de donaciones durante el primer año, hasta que la agudización de la crisis, llevó a que fuera muy difícil conseguirlas y a una intensificación del desempleo en la zona.

A partir de ese momento, tomó impulso la lógica recíprocitaria, basada en la gestión de los “Compromisos de trabajo”. En 2005/2006 se llegó a tener como reservas de la organización alrededor de 30.000 SOLES en “Compromisos de Trabajo”. La gestión de este período permitió sustentar la escuela de educación por el arte “Olga Cossetini” por una década, resolviendo el faltante presupuestario de manera comunitaria.

En la nueva etapa de la organización, cuando a partir del año 2008 se crea el Centro de Recursos Cooperativos, el nivel de actividad a nivel macroeconómico ya se había estabilizado, y la gestión de donaciones se reactivó. Vuelve, entonces, a predominar la lógica redistributiva sosteniendo el respaldo del Centro principalmente con donaciones potenciadas por su incorporación al circuito de los SOLES, mientras se mantienen marginalmente algunas actividades a partir de “Compromisos de Trabajo”.

Esta dinámica en la combinación de lógicas, permitió a la organización consolidarse frente a diferentes tipos de contexto macro y meso

5. BIBLIOGRAFIA :

AGLIETTA y ORLÉAN

- (2002) *La monnaie entre violence et confiance*. Editions Odile Jacob. París.

- (1998). *La monnaie souveraine*. Editions Odile Jacob. París.

BLANC, Jérôme,

- (2004). *Karl Polanyi et les monnaies modernes : un réexamen*. En Gilles Lazuech et Pascale Moulévrier, *Sociologie des conduits économiques*. París. L'Harmattan.

- (2006). *Les monnaies sociales : un outil et ses limites*. En *Monnaies Sociales – Exclusion et liens financiers - Rapport 2005/6*. Éditorial Economica. Paris, Francia.

HINTZE, Susana, FEDERICO SABATÉ, Alberto y CORAGGIO, José Luís (2003). *Documento de base de la Jornada nacional sobre trueque y Economía Solidaria*. En *Trueque y Economía solidaria*. Susana Hintze editor. UNGS.

LAVILLE J. L. (1994). *Vers une économie sociale et solidaire*. RECMA N° 281. París.

ORZI, Ricardo,

- (2012). *“Moneda Social y Mercados Solidarios II: La moneda social como lazo social”*. Organizador y autor de dos artículos. Editorial CICCUS, 2012. ISBN 978-978-1599-90-5.

- (2015) *International Journal of Community Currency Research – Volume 19 – 2015 – Section D 1-X. “French complementary currency systems: exploring contributions to promote social currency Argentina”*. International Journal of Community Currency Research 19 (D) X-X. www.ijccr.net ISSN 1325-9547.

PARRY, J., BLOCH, M. (1989). *Money and the morality of exchange*. Cambridge University Press.

POLANYI, Karl

- 1992, [1957]). *La gran transformación: los*

orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo. Editorial Fondo de Cultura Económica. México.

- (1975, [1957]). *El sistema económico como proceso institucionalizado*. Antropología y economía. Maurice Godelier (compilador). Pág. 155-178.

PLASENCIA Adela y ORZI, Ricardo (2007): *Moneda Social y Mercados Solidarios*. Potencial emancipador y pedagógico de los sistemas monetarios alternativos. Editorial CICCUS. Buenos Aires

SAIAG, Hadrien (2008). *La monnaie dans le Trueque en Argentine: une approche institutionnaliste*. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Paris.

SCHULDT, Jürgen (1997). *Dineros alternativos para el desarrollo local*. Universidad del Pacífico, Centro de Investigación (CIUP). 1° edición.

SIMMEL, Georg (1977, [1900]). *Filosofía del dinero*. Instituto de estudios políticos. Madrid.

THÉRET, Bruno (Dir.) (2008). *La monnaie dévoilée par ses crises*. Éditions de l'EHESS, Paris.

TRINCHERO, Héctor Hugo, BALAZOTE, Alejandro (2007). *De la economía política a la antropología económica*. 1° edición, EUDEBA, Buenos Aires.

ZELIZER, Viviana (1994). *The social meaning of money*. Basic Books. Nueva York.

(1)Ver (Blanc 2004, en discusión con Polanyi, 1975), también el planteo de Zelizer (1994) al describir el proceso de marcación social del dinero.

(2) Para profundizar en este estudiado fenómeno, ver Hintze et al. (2003).

(3) Marcelo Caldano, junto con su compañera de vida, Susana Carlos son los líderes carismáticos de esta experiencia.

(4) Esta pedagogía se basaba en la construcción del conocimiento a partir de la praxis. El contacto con la naturaleza y con la comunidad se transformaba –en el aula–, en el desarrollo y la integración de los contenidos, siempre vinculados al contexto social. Se trabajaba con material pedagógico producido por los propios alumnos y sus padres quienes estaban fuertemente integrados a la institución.

(5) Nos referimos a la etapa más fuerte de la crisis de la Convertibilidad, en 2001/2, cuando el 50.3% de la población argentina quedó por debajo de la línea de pobreza y se registró un 25% de desempleo abierto.

(6) A nivel meso económico se está todavía en la gestión de Gustavo de Figueiredo, quien fue intendente de Capilla del Monte de 1999 a 2007. Este intendente de origen peronista, tuvo una buena relación con los proyectos de ESS y los programas que organizaba Marcelo, aunque hubo muchos proyectos que no pudieron realizarse por trabas de tipo burocrático.

(7) Para un análisis de la confianza en la moneda, los SOLES, ver Orzi, 2012.

(8) En 2005 se realiza un convenio con la Universidad del Litoral (UNL) y el Municipio de Capilla del Monte, por el cual el Banco de Horas de hacía cargo del servicio de educación a distancia, y en contraprestación, el municipio le pagaba el alquiler del local donde funcionaban además el banco y la proveeduría (Ver Orzi, 2012).

(9) La Mesa de la Infancia era un espacio de gestión multi-sectorial: participaban el Municipio, el sector privado, y las organizaciones sociales. Duró hasta el año 2011.

(10) El proyecto, que se ejecutó 100% en Capilla del Monte, planteaba la moneda social como una incubadora, ya que permite que puedan producir aún aquellos que no son integrados por el mercado formal, lo cual desató el entusiasmo de las mesas locales y el Ministerio de Desarrollo de la Nación.

(11) A partir de los análisis posteriores se detectó una heterogeneidad en la apropiación del proyecto inicial conjunto, la cual terminó generando una distancia cada vez mayor entre sus participantes. Para un análisis de los determinantes de la crisis, ver Orzi (2012).

(12) La decisión del cambio de forma organizacional, de cooperativa a fundación se debió a la propia crisis que habían atravesado en la cooperativa, ya que al cambiar de razón social se aseguraban la continuación de la decisión de los socios fundadores, evitando que personas recién llegadas, generasen cambios en los objetivos institucionales.

(13) <http://www.earthcharterinaction.org/contenido/pag-es/%C2%BFQu%C3%A9-es-la-Carta-de-la-Tierra%3F.html>

(14) Por ejemplo, el “Proyecto Cámara – Acción” con técnicas audiovisuales que le permiten instalar a la comunidad joven de Capilla del Monte sus temas y su agenda, que se expresó en una radio comunitaria.

(15) Eran socios que no tenían hijos en el colegio, pero participaban de las ferias y del intercambio en la proveeduría.

(16) Con el Banco de Alimentos en Córdoba, por ejemplo,

el Centro figura como una organización eventual, recibiendo sólo los excedentes, lo que no se utiliza en comedores y otras acciones sociales de Córdoba.

(17) Esta propuesta requiere una cierta evaluación y planificación previa. Planteamos el ejemplo que nos dio Marcelo. Supongamos que el total del trabajo de limpieza signifique \$10.000, y tres familias lo realicen. Éstas cobrarán una parte en la cancelación de la deuda tributaria (que supongamos asciende a \$7.000), pero como han trabajado por \$10.000, el resto les será remunerado en SOLES (\$3.000). Las familias que quieran cancelar su deuda, pero no hayan participado del trabajo de limpieza, podrán hacerlo emitiendo ““Compromisos de trabajo””, que se integra al fondo de respaldo que la Fundación ya tiene en SOLES. Cuando estos compromisos se vuelvan efectivos, se informará al municipio para que cancele la deuda tributaria de este otro grupo.

(18) Marcelo ya había realizado el pago de parte de la deuda del servicio de agua (que le quedaba al Centro de Recursos Cooperativos de la gestión de Roxana Olmos, unos \$3000.-), entregando cereales –producto de donaciones- al municipio, el cual lo utilizó para la merienda de las escuelas. Con ello el Centro logró liquidar su deuda.



**CONFIGURAÇÕES E USOS DAS
MOEDAS SOCIAIS NO BANCO
COMUNITÁRIO DENDÊSOL
(FORTALEZA-CEARÁ-BRASIL)**

**Configurations and uses of Social Currencies
in Community Bank DendêSol
(Fortaleza, Ceará, Brazil)**

**Configuraciones y usos de las Monedas
Sociales en el Banco Comunitario DendêSol
(Fortaleza, Ceará, Brasil)**

Victoria Régia Arrais de Paiva (UFCA)*

*Bacharel em Ciências Sociais pela UENF, Mestre em Sociologia pelo IESP-UERJ e doutorando em Sociologia pelo mesmo IESP-UERJ. Vinculado ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro IESP-UERJ.
E-mail: danielsoaresrodrigues@gmail.com.

RESUMO

O Banco Comunitário DendêSol foi criado em 2011 pela Associação de Mulheres DendêSol, tendo definido a moeda social dendê como foco de sua ação. O nome da moeda faz alusão a uma planta nativa existente no lugar quando da sua ocupação, nos anos 1980. O referido empreendimento está localizado na comunidade

do Dendê, na periferia leste da cidade de Fortaleza, em meio aos nobres bairros Edson Queiroz e Água Fria. As fronteiras entre espaços sociais tão distintos no que se refere à infraestrutura urbana, renda, etc., faz emergir uma série de contrastes geradores de conflitos e relações sociais vinculantes, no dizer de Gaiger (2011). Por um lado, os altos índices de violência, associada notadamente ao tráfico de drogas, além de uma forte especulação imobiliária, fruto das grandes

obras construídas no seu entorno, impelem a população a buscar resistir a essas situações com estratégias de mobilização diversas sob o signo da solidariedade e do trabalho associado, tais como a Feira de Economia Solidária, a Rádio Comunitária e o próprio Banco Comunitário. Essa iniciativa agrega diferentes parceiros e integra a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, criada a partir de um modelo difundido pelo Banco e Instituto Palmas. Nesse sentido, apresentam-se as seguintes questões: Quais as características e distinções dessas experiências organizadas na perspectiva das finanças solidárias em relação ao microcrédito? Como ocorre a inserção das mulheres? Quais as suas potencialidades, limites e desafios?

Palavras-chave: Bancos Comunitários. Moedas sociais. Mulheres.

ABSTRACT

The DendêSol community bank was created by DendêSol association of women in 2011. This bank defined the social currency dendê as the focus of its action. The currency name alludes to an existing native plant when its occupation in the 1980s. This development is located in the Dendê community, which lies among affluent neighborhoods like Edson Queiroz and Água Fria, on the eastern outskirts of Fortaleza city. The boundaries among different social spaces in relation to urban infrastructure, income, etc. bring out a series of conflicts and interconnected social relations. High levels of violence linked to drug trafficking and strong property speculation due to neighbors affluent neighborhoods led to Dendê community to adopt strategies of resistance based on solidarity and work community, such as the Fair Solidarity Economy, Community Radio and Community Bank. This initiative brings together different partners and it's a member of the Brazilian Network of Community Banks, which was created from a model disseminated by the Banco Palmas. In this regard, the following questions will be presented:

What are the characteristics and distinctions of these experiences in the perspective of finance solidarity and in relation to microcredit? How the inclusion of women occur? What are the potentials, limitations and challenges?

Keywords: Community Banks. Social Currency. Women.

RESUMEN

El Banco Comunitario DendêSol fue creado en 2011 por la Asociación de Mujeres DendêSol, definiendo la moneda social dendê como foco de su acción. El nombre de la moneda alude a una planta nativa existente en el lugar, en el momento de su ocupación, en los años 1980. Este emprendimiento se encuentra en la comunidad Dendê, ubicada en la periferia de la ciudad de Fortaleza, entre los barrios ricos Edson Queiroz y Agua Fría. Los límites entre los espacios sociales diversos no que se refiere a la infraestructura urbana, ingresos, etc. han traído muchos contrastes generadores de conflictos y relaciones sociales vinculantes, según Gaiger (2011). Por un lado, los altos índices de violencia, ligados sobre todo a el tráfico de drogas, además de una fuerte especulación inmobiliaria, resultado de las grandes obras construidas en sus alrededores, impulsan a la gente a buscar resistir a estas situaciones por intermedio de diferentes estrategias de movilización bajo el signo de la solidaridad y del trabajo asociado, como la Feria de Economía Solidaria, la Radio Comunitaria y el propio Banco Comunitario. Esta iniciativa reúne diferentes actores sociales y parte integrante de la Red Brasileña de Bancos Comunitarios, creados a partir de un modelo difundido por el Banco y Instituto Palmas. En este sentido, se presentan las siguientes preguntas: ¿Cuáles son las características y distinciones de estos experimentos organizadas desde la perspectiva de las finanzas solidarias en relación con el microcrédito? Como ocurre la inclusión de las mujeres? ¿Cuáles son sus capacidades, limitaciones y desafíos?

Palabras clave: Bancos Comunitarios. Moeda Social. Mujeres.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Aspectos gerais do tema pesquisado

Este texto é fruto das reflexões expostas em minha tese de doutorado, cujo tema foi o processo de institucionalização dos bancos comunitários no Brasil, com ênfase na experiência cearense, que adquiriu visibilidade nacional e internacional devido à projeção da imagem do Banco Palmas, criado em 1998, na cidade de Fortaleza, Região Nordeste do Brasil.

Fundamentados no referido modelo organizacional foram criados mais de cem bancos comunitários pelo país, mediante fomento público advindo do Governo Federal brasileiro desde 2003, tendo envolvido diferentes setores da sociedade, entre eles destacam-se: i) os bancos públicos (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal) e outras instituições do sistema financeiro (a exemplo do Banco Central do Brasil); ii) as universidades, principalmente por meio das incubadoras tecnológicas de empreendimentos populares; iii) organizações não governamentais (ONGs); iv) os parlamentos nas diferentes esferas, entre outros. O trabalho de campo ocorreu em três bancos comunitários localizados em territórios de baixo IDH ⁽¹⁾, geridos por entidades vinculadas a associações comunitárias, sindicatos e grupos de mulheres, jovens e agricultores familiares, a saber: o Banco DendêSol (Fortaleza, capital do estado do Ceará), o Banco Paju (Maracanaú) e o Banco Quinamuiú (Tauá). Porém, devido ao formato do artigo, o foco será o Banco DendêSol. Devido à complexidade do fenômeno, este foi analisado sob diversas perspectivas, envolvendo diferentes áreas de conhecimento, principalmente, a Economia (OLIVEIRA, 2004), a Sociologia (PAULINO, 2010;

PAIVA, 2015), a Administração (RIGO, 2014), o Direito (FREIRE, 2011), entre outras.

Nesse sentido, para situar o leitor quanto ao método de exposição aqui empregado, o texto dispõe de três partes, sendo a primeira dedicada a uma introdução geral ao tema, contextualizando no tempo e no espaço o surgimento das seguintes categorias: finanças solidárias, bancos comunitários e moedas sociais no Brasil. Em seguida, tratarei especificamente do Banco DendêSol, destacando suas características, estratégias de atuação e usos do microcrédito “solidário”, voltado à inserção das mulheres. Por fim, apresentarei as suas potencialidades, limites e desafios.

1.2. A emergência dos termos finanças solidárias, bancos comunitários e moedas sociais

De início, é importante demarcar que o processo de formulação e legitimação das finanças solidárias toma como base as experiências organizadas por diferentes grupos sociais tradicionalmente excluídos do sistema financeiro convencional, com o intuito de criar possibilidades de acesso a crédito nos meios rurais e urbanos, tendo como princípios norteadores a solidariedade, a confiança, a autogestão e o desenvolvimento sustentável de base local e territorial.

Nessa direção, foi fundamental o papel de diversos atores sociais, entre os quais destaco as pessoas que atuam diretamente no banco comunitário, os parceiros/apoiadores da ideia e os intelectuais (a maioria deles, intelectuais orgânicos, no dizer gramsciano), por sua dedicação ao processo de legitimação das finanças solidárias a partir da conceitualização e análise do percurso histórico das experiências. Fruto dessa reflexão histórica e teórica sobre a práxis das diferentes formas de manifestação da economia solidária fora publicado o Dicionário da Outra Economia ⁽²⁾, e, dentre os verbetes contidos

nessa publicação, notadamente em sua 2ª edição (2009) encontram-se os termos finanças solidárias, bancos comunitários e moedas sociais.

Na edição de 2003, o primeiro verbete foi desenvolvido por Dias Coelho (2003), professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), que ressaltou os aspectos da democratização do sistema financeiro. Para o autor:

Finanças solidárias se constituem em formas de democratização do sistema financeiro ao procurar adequar produtos financeiros às necessidades básicas das populações e ao fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional, constituindo-se num elo de ligação e sustentação de uma relação mais duradoura entre economia e sociedade, construída sob a égide da ética e da solidariedade e criando condições para um desenvolvimento humano que necessariamente terá de ser integrado e sustentável. (DIAS COELHO, 2003, p. 153).

Partindo de uma noção ampla de finanças, contrária àquela corriqueiramente apresentada nos dicionários do mercado financeiro, o autor compõe uma história das finanças solidárias, atribuindo à noção de microfinança a ruptura com a visão restrita de finança, tal como difundida ao longo do tempo pela história econômica. A esse respeito, designa a microfinança como uma alternativa para a população sem acesso ao sistema bancário e financeiro tradicional.

Diretamente ligada ao conceito de microfinança aparece à noção de microcrédito como a principal ferramenta de implementação das iniciativas. Nesse caso, referindo-se ao papel do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como difusores das práticas de inclusão financeira, o microcrédito é definido da seguinte forma: “[...] um pequeno crédito concedido em larga escala

por entidade financeira a pessoas físicas ou jurídicas cuja principal fonte de renda seja as vendas provenientes da realização de atividades empresariais de produção de bens e serviços” (DIAS COELHO, 2003, p. 03).

Na visão do autor, com a qual eu concordo, a principal limitação ao conceito de microfinanças seria a redução da ideia a um sistema de “pequenos créditos”, centrados em produtos financeiros compatíveis com a renda da população excluída do sistema convencional, parcela também considerada “pequena”, embora dados do próprio Banco Mundial (2011) indiquem que metade da população mundial adulta não dispõe de nenhum serviço financeiro (conta em banco, poupança, cheque ou cartão de crédito) – ou seja, há um contingente considerável de pessoas enquadradas na situação de exclusão financeira e bancária.

No Brasil, as iniciativas na área microfinanceira são ainda recentes, com expansão em meados dos anos 1990, tendo como referências exitosas os programas e ações públicas voltadas ao microcrédito para geração de trabalho e renda, a exemplo do Crediamigo, implementado pelo BNB. Ainda dentro dessa tipologia, podem ser citadas as experiências desenvolvidas principalmente por ONGs, a exemplo da Visão Mundial, Cáritas Brasileira e tantas outras iniciativas desenvolvidas por associações de moradores, como a própria Associação de Mulheres DendêSol.

Retomando a discussão conceitual, a 2ª edição do Dicionário Internacional da Outra Economia, publicada em 2009, traz outro verbete ao tratar das finanças solidárias, tendo sido este elaborado pela economista Ruth Muñoz (2009), do Instituto del Conurbano de la Universidad Nacional de General Sarmiento, na Argentina. Tal como na edição anterior, a autora reconstruiu a trajetória das diferentes modalidades de finanças solidárias no mundo, iniciando pelo movimento cooperativista (século XIX), passando pelo surgimento das microfinanças (a partir de

1950), até chegar ao momento atual. Contudo, ela agregou outras duas formas de expressão: as finanças éticas e os instrumentos monetários e financeiros surgidos no contexto mais recente (moedas sociais, sistemas de trocas, etc.), em razão da crise enfrentada nos anos 1990 pelos países latino-americanos.

Em relação aos instrumentos monetários, a autora destacou a hibridação de lógicas, notadamente na captação de recursos relacionados a organizações do Estado, do mercado e da sociedade, contando com doações de sócios, entre outros. Nesse quesito, há uma referência positiva ao Brasil, citando o Banco Palmas, ao lado da Red de Útiles Financieros Alternativos y Solidarios, da Espanha, e a Fiducie Du Chantier de l'Économie Social, do Canadá, como modalidades inovadoras. No campo das políticas públicas, houve destaque para a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), destacando os incentivos às experiências em andamento no país.

Passados pouco mais de dez anos da elaboração da primeira sistematização do conceito de finanças solidárias é possível observar que essas ações não somente cresceram quantitativamente como também se complexificaram, passando a atuar de modo mais articulado, em redes, buscando fortalecer aquilo que fora definido na I Conferência Temática de Finanças Solidárias (2010), como “campo” ou “segmento” das finanças solidárias.

Uma vez expostos os passos trilhados no percurso da democratização do acesso ao sistema financeiro e também de busca por um sistema financeiro alternativo, cumpre, portanto, desvendar as lógicas que vão configurar as finanças solidárias, com enfoque no contexto atual, marcado pela mundialização financeira, nos termos definidos por Chesnais (1996). Para tanto, emergem algumas questões: O que faz com que essas experiências se diferenciem das práticas microfinanceiras centradas no microcrédito ou do sistema de crédito cooperativista já instituído? Por que precisaram de uma nomeação

específica diferente daquelas já difundidas internacionalmente? Como foi criado o termo “banco comunitário” em meio às demais experiências existentes no campo/segmento?

Para seguir no aprofundamento das questões, recorrerei uma vez mais à 2.ª edição do Dicionário da Outra Economia (2009), obra que incluiu o termo banco comunitário de desenvolvimento, tendo sido este elaborado pelos professores Genauto de França Filho, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e Jeová Torres Silva Júnior, da Universidade Federal do Cariri (UFCA). De acordo com os autores:

Os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares situadas em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano. Estruturados a partir de dinâmicas associativas locais, os BCDs apoiam-se em uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território. Para tanto, articulam-se quatro eixos centrais de ações em seu processo de intervenção: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária (FRANÇA FILHO e SILVA JR, 2009, p. 31).

Sob esse enfoque, haveria uma distinção das práticas de microcrédito convencionais, baseadas principalmente no compromisso com o desenvolvimento local/territorial, conforme citação a seguir:

Diferente das práticas de microcrédito convencionais, orientadas à pessoa ou organização individual, os BCDs preocupam-se com o território ao qual pertencem, seja ele uma comunidade, um bairro, seja um pequeno município. Nesse sentido, os BCDs procuram investir simultaneamente nas capacidades de produção, geração de serviços

e consumo territorial. Para tanto, financiam e orientam a construção de empreendimentos socioprodutivos e de prestação de serviços locais, bem como o próprio consumo local. Isso porque, para além da disseminação de microcréditos com múltiplas finalidades conforme as linhas de crédito definidas pelos bancos, seu maior objetivo e compromisso são a construção de redes locais de economia solidária mediante a articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais (FRANÇA FILHO e SILVA JR, 2009, p. 31).

Entretanto, o termo Banco Comunitário de Desenvolvimento parece ainda não ter sido plenamente incorporado pelos sujeitos integrantes das práticas, pois, ao observar as publicações existentes sobre o tema, bem como as falas dos interlocutores, o termo mais usual é simplesmente o “banco comunitário”, sendo a sigla BCD mais utilizada no meio acadêmico. Atualmente, o conceito difundido pelos meios de comunicação e divulgação das principais instituições ligadas às experiências, marcadamente o Instituto Palmas e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, segue a definição abaixo:

Bancos Comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo [...] (REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2007).

Conforme se observa, a noção de rede é central à concepção do modelo de banco comunitário criado pelo Banco Palmas, tendo sido fruto das reflexões dos participantes

do II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado em 2007 – quase uma década após a criação do Banco Palmas. Assim, esses bancos oferecem modalidades de serviços financeiros, tanto em moeda social, como em moeda vigente, ocorrendo uma interação entre o sistema financeiro convencional e o sistema dito alternativo, por meio de instrumentos diversos, como a moeda social, o repasse dos programas sociais do Governo e os serviços de correspondência bancária. Por isso, conforme afirmou a equipe de coordenação do Instituto Palmas, entrevistada durante a pesquisa de campo, a moeda circulante local (Palmas) pode dialogar direta e indiretamente com os serviços prestados pelos correspondentes bancários, sem que isso se constitua numa “quebra de princípios”, por assim dizer. Para ilustrar o fluxo econômico criado, segue imagem do circuito socioeconômico fomentado pelo Banco Palmas:

Figura 1 – Funcionamento do Banco Palmas



Fonte: Página do Instituto Palmas na internet ⁽³⁾.

Diante do processo de expansão

desencadeado pelo estímulo da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) foi criado o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, com sede em Fortaleza, constituindo-se juridicamente como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cuja missão é: “contribuir para a superação da pobreza urbana e rural desenvolvendo produtos e serviços solidários, sob o controle das comunidades, que assegure o desenvolvimento sustentável dos territórios de baixa renda ⁽⁴⁾” (INSTITUTO PALMAS, 2012). Sua definição institucional disposta na internet é a seguinte:

É uma OSCIP de Microcrédito, fundada em 2003 pela ASMOCONP (Associação de Moradores do Conjunto Palmeira). A principal função do Instituto Palmas é fazer a difusão tecnológica do Banco Palmas, ajudando a criar outros Bancos Comunitários no Brasil (e em outros países), integrando-os em rede. O Instituto Palmas serve como um guarda-chuva para os novos Bancos oferecendo crédito, correspondente bancário e microsseguro. O Banco Palmas se relaciona com o Instituto Palmas do mesmo jeito que os outros Bancos Comunitários: utilizando as linhas de crédito, correspondente bancário e microsseguro do Instituto Palmas ⁽⁵⁾. (INSTITUTO PALMAS, 2012).

Embora o termo utilizado seja o “microcrédito”, durante entrevista realizada com a Coordenadora de Projetos do Instituto Palmas, Sandra Magalhães ⁽⁶⁾, foi destacada uma distinção do segmento das finanças solidárias em relação à modalidade de microcrédito convencional, pois, via de regra, as políticas de microcrédito são desenvolvidas pelos bancos comerciais, com taxas de juros de mercado, mediante exigência de garantias reais etc., fatores que acabam limitando o acesso ao crédito produtivo para pequenos negócios. Já no caso das finanças solidárias ocorreria uma maior flexibilidade de acesso, o

que oportuniza crédito a uma população que não se enquadraria nos critérios do microcrédito convencional.

A interlocutora demarca a distinção das iniciativas de microcrédito “tradicional”, como sendo funcionais ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) e integrantes do processo denominado de “bancarização” – ou seja, a inclusão das camadas mais pobres da população no sistema bancário. No caso do trabalho desenvolvido pelo banco e Instituto Palmas, ela argumenta que a ação dos bancos comunitários iria além do uso dos serviços bancários, principalmente pelas ações de educação financeira desenvolvidas e pelo modo como o crédito é concedido e acompanhado.

O Instituto Palmas é responsável pela gestão dos bancos comunitários criados à imagem e semelhança do Banco Palmas, no Brasil. Tal fato criou uma espécie de “Sistema Palmas”, conforme destacou Joaquim Melo, numa entrevista concedida na fase exploratória da pesquisa de campo (2012). Contudo, o processo de expansão originou uma trama de relações baseadas na hibridização entre a lógica de mercado (“racionalidade utilitária”) e a lógica não-mercantil (da dádiva). Tais questões vão ter um rebatimento nas relações estabelecidas com outras entidades integrantes do movimento de economia solidária, que vão culminar com a criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Ao Instituto Palmas caberia, portanto, o gerenciamento da carteira de crédito que dá suporte financeiro ao funcionamento do “Sistema Palmas”, constituída a partir de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Existem também as parcerias com a Caixa Econômica Federal para viabilizar os demais serviços financeiros ofertados pelos Bancos Comunitários (como as linhas de crédito voltadas à habitação, por exemplo) e a atuação dos Bancos como Correspondentes Bancários. O Instituto desempenha, portanto, o papel de mediador do crédito entre os bancos públicos e os bancos comunitários, o que é feito por meio da

assinatura de um documento chamado “Convênio de Cooperação Socioeconômica e Financeira”, envolvendo o Instituto Palmas e as entidades gestoras dos bancos (Associações, Sindicatos, ONGs etc.), pois, a rigor, estas organizações não possuem marco regulatório⁽⁷⁾.

Em síntese, pode-se afirmar que os bancos comunitários articulados pelo Instituto Palmas atuam em três eixos de atuação: o acesso ao crédito (via empréstimos para produção e consumo, com taxas que variam de acordo com o tipo e os valores); a emissão de moedas sociais (empréstimos também voltados para produção e consumo, mas sem juros) e os serviços do correspondente bancário, atualmente prestados mediante convênio com a Caixa Econômica Federal (recebimentos de contas de água, luz, telefone, abertura de contas, pagamento dos benefícios sociais diversos, entre os quais o Programa Bolsa Família tem maior destaque).

Conforme se observa, o diálogo com as políticas públicas foi fundamental para o fortalecimento da organização dos bancos comunitários na sua configuração atual. Nesses termos, um importante documento que serve como parâmetro ao desenho das políticas de apoio e fomento ao setor é o Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Texto esse que exhibe um conjunto de regras balizadoras do funcionamento dos empreendimentos e que expõe suas características e sintetiza o seu modo de atuação, demarcando princípios e valores que vão construir fronteiras porosas entre a inclusão financeira e bancária e a própria noção de finanças solidárias. Os princípios são:

1. É a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária;
2. Os bancos comunitários oferecem duas modalidades de crédito: uma em real e outra em moeda social circulante;
3. Suas linhas de crédito estimularam a criação de uma rede local de produção e consumo,

promovendo o desenvolvimento endógeno do território;

4. Apoiam os empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros);

5. Atuam em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social;

6. Estão voltados, sobretudo, aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias,

7. Sua sustentabilidade, em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas (RBBC, 2007).

Ainda de acordo com o documento, a estrutura de gestão dos bancos comunitários incorpora componentes associativistas e mecanismos de controle social, decorrentes do próprio caráter comunitário de uma instituição cujo principal produto ofertado é crédito:

Os Bancos Comunitários são geridos no interior de estruturas de organizações de caráter comunitário (como associações, fóruns, conselhos) ou outros tipos de iniciativa da sociedade civil que estejam inseridas na comunidade (sindicatos, ONGs, igrejas). Seu funcionamento supõe, portanto, a constituição de uma equipe de coordenação executiva no seio da própria organização associativa. Sua gestão implica, desse modo, numa dimensão compartilhada, com forte componente de controle social local baseado em mecanismos de democracia direta (RBBC, 2007).

O mesmo documento explicita a quem se destinam os serviços prestados:

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento voltam-se prioritariamente para um público caracterizado pelo alto grau de

vulnerabilidade social. Contudo, pela sua condição de iniciativa cidadã focada no desenvolvimento do território, tais experiências devem também envolver outros tipos de público em alguma segmentação de mercado, como exemplo: jovens, mulheres, comerciantes, novos empreendedores, etc. (RBBC, 2007).

Nesse quesito, a maioria dos bancos pesquisados mostra um perfil de público constituído, sobremaneira, por mulheres, principalmente nos locais onde os serviços de correspondência bancária incluem o pagamento dos benefícios de Programas Sociais do Governo Federal (especialmente, o Programa Bolsa Família), como é caso do Banco Paju e Banco Palmas.

Outro atributo que compõe a singularidade da concepção teórico-metodológica dos bancos comunitários integrados à Rede Brasileira de Bancos Comunitários é a moeda social, tanto pelas suas características, como pelo modo de implantação e circulação. É possível, inclusive, afirmar que, a moeda social na modalidade “circulante local” se constitui num traço que distingue um banco comunitário de outras iniciativas do campo/segmento das finanças solidárias no país. A seguir, o conceito contido no Dicionário Internacional da Outra Economia (2009):

Moeda social é uma forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários, logo, sua emissão é originada na esfera privada da economia. Entre ela e a moeda nacional não há qualquer vínculo obrigatório, e sua circulação baseia-se na confiança mútua dos usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária. (SOUSA, 2009, p. 255).

De acordo com o verbete (2009), as características e funções das moedas sociais são

semelhantes às dos meios de troca em geral:

Assim como qualquer outro “equivalente universal de troca”, a moeda social deve cumprir (e tem condições para tanto) as funções de: a) medida de valor/unidade de conta – facilita o acordo sobre os valores relativos das diversas mercadorias; b) meio de pagamento – permite que os intercâmbios ocorram diferidos no tempo, no espaço e entre agentes distintos; c) reserva de valor – permite, se a moeda social estiver sendo bem administrada, que seu valor varie muito pouco, ou moderadamente, de tal forma que ela poderá ser utilizada para fins de poupança. (SOUSA, 2009, p. 255).

De acordo com informações dos coordenadores do Instituto Palmas, a moeda social palmas foi criada com o intuito de transformar o bairro num grande Clube de Trocas: “[...] os produtores, os comerciantes, os prestadores de serviço, cada qual no seu local de trabalho integravam um grande clube de trocas, aceitando fazer negócios em seus estabelecimentos com a moeda social” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2005, p. 14).

Assim, as moedas sociais adotadas pelos bancos comunitários integrados à Rede Brasileira de Bancos Comunitários apresentam as seguintes características: a) possuem lastro em reais; ou seja, para cada moeda social circulando há um real correspondente no Banco Comunitário (bem ao contrário daquilo que se vê no sistema financeiro convencional, baseado na alavancagem e no capital fictício); b) o sistema de trocas com moeda social se relaciona diretamente com o sistema de créditos do banco comunitário, permitindo que os tomadores de crédito possam optar pela moeda social ou a moeda vigente (o real); e c) é possível converter moedas sociais em reais (fazer o câmbio), a fim de facilitar a adesão e circulação da moeda social (tanto pela via do interesse como da confiança).

Sobre o último item citado, trata-se de mais uma adaptação metodológica feita pelo Instituto Palmas: a convertibilidade da moeda social em determinadas situações, acordadas previamente com os tomadores de crédito. Por exemplo, aos comerciantes que aceitam as moedas sociais nos seus estabelecimentos fica resguardado o direito de fazer o que denominam de “câmbio” (a conversão das moedas sociais por reais (R\$), a fim de estimular a adesão e um público mais amplo à moeda).

Ao observar a imagem de uma moeda social é possível visualizar uma série de elementos que merecem ser analisados. Um dos traços característicos das moedas integrantes da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que ratifica a concepção difundida pelo Banco e Instituto Palmas é o selo holográfico representado pela palmeira, impresso no canto superior esquerdo, juntamente com uma imagem do lugar onde o banco está instalado (no caso da cédula de 10 Dendês, uma capela da Igreja Católica) e a logomarca da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (em amarelo, no canto inferior esquerdo), que faz alusão a uma construção com vários tijolos. No verso, há um texto que expressa a finalidade da moeda social e orienta o seu uso como um bônus. Cada unidade monetária Dendê (D\$) vale um Real (R\$). Geralmente, o conjunto de moedas sociais é composto por cinco tipos de cédulas, variando de 0,50 a 10,00, dispondo das cédulas de 0,50; 1,00; 2,00; 5,00; e 10,00.

Figura 2 - Moeda Social Dendê



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Conforme Primavera ⁽⁹⁾ (2006), consultora

que atuou na implantação do projeto que criou a moeda social Palmas no Conjunto Palmeiras, as moedas passam a ter a denominação de “sociais” quando são produzidas e administradas pelos próprios usuários, distribuindo riqueza ao invés de concentrá-la – como ocorre com a moeda convencional, graças ao mecanismo de juro bancário. Para a autora, que atua junto a diversos projetos de difusão e implantação dos Clubes de Trocas com moedas sociais mundo afora, a finalidade primeira da moeda social é ser instrumento de reconceitualização do fenômeno antropológico e social do dinheiro, reorientando a utilização da moeda para o seu princípio criador, a saber: instrumento de intercâmbio, socialização e desenvolvimento local.

Uma vez lançadas as bases para o entendimento do fenômeno dos bancos comunitários no Brasil, tratarei a seguir da experiência do Banco DendêSol.

2. TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO BANCO DENDÊSOL

2.1. Contexto de criação

O Banco Comunitário DendêSol foi criado em 2011, pela Associação de Mulheres DendêSol, tendo definido a moeda social *dendê* ⁽¹⁰⁾ como foco de sua ação.

Conforme esclareceram as interlocutoras durante a pesquisa de campo, o nome da moeda social faz alusão a uma planta nativa existente no lugar, quando da sua ocupação pelos primeiros moradores que lá chegaram, nos anos 1980 – embora atualmente, os dendezais quase não existam devido ao processo de ocupação desordenada do espaço urbano.

A comunidade ⁽¹¹⁾ está situada na periferia leste da cidade de Fortaleza, numa área que faz limite com a Universidade de Fortaleza (Avenida Washington Soares) e as margens do Rio Cocó.

De acordo com Pordeus et al ⁽¹²⁾ (2012), a maioria das famílias que hoje mora no local foi removida das favelas Verdes Mares, Dom Luiz, Cervejaria Brahma, Cidade 2000, Hospital Geral de Fortaleza e Praia do Meireles.

A localização da comunidade do Dendê, em meio a dois grandes e nobres bairros, Edson Queiroz e Água Fria faz emergir fronteiras de segregação entre espaços sociais bastante distintos no que se refere à infraestrutura urbana, renda, etc., faz emergir uma série de contrastes. Por um lado, os altos índices de violência, associada notadamente ao tráfico de drogas, além de uma forte especulação imobiliária, fruto das obras construídas no seu entorno (o Fórum Clóvis Beviláqua, a Universidade de Fortaleza, entre outros) impelem a população a criar estratégias de resistência a essas situações com mobilizações em diversas frentes, assentadas sob o signo da solidariedade e do trabalho associado, tais como a Feira de Economia Solidária (que acontece semanalmente, aos sábados), a Rádio Comunitária e o próprio Banco DendêSol. A essas ações, geradoras de um tipo especial de relação social, Gaiger (2011) denominou de relações sociais vinculantes.

Conforme mencionado anteriormente, a iniciativa foi criada de acordo com o modelo difundido pelo Banco e Instituto Palmas e faz parte da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Nesse sentido, retomo as seguintes questões: Quais as características e distinções dessas experiências organizadas na perspectiva das finanças solidárias em relação ao microcrédito convencional? Como ocorre a inserção das mulheres? Quais as suas potencialidades, limites e desafios?

2.2. A criação do Banco e suas primeiras movimentações

O Banco Comunitário DendêSol funciona num pequeno espaço cedido pela Associação de Mulheres DendêSol, situado à Av. Presidente Arthur Bernardes, 371, na comunidade do Dendê,

em Fortaleza – atualmente, em sede própria.

A nova sede, embora com espaço reduzido, continua abrigando as várias atividades desenvolvidas pela Associação, a saber: espaço para as reuniões, a cozinha experimental e a exposição dos produtos do Grupo (artesanato, bijuterias e confecção). O lugar dispõe de apenas uma divisória, entre a “sala” (onde se dá o atendimento do Banco, da Associação e exposição do material produzido pelo grupo – vide fotografias a seguir) e a cozinha (local onde elas produzem alimentação para eventos, principalmente, doces e salgados, uma das principais atividades econômicas das mulheres participantes da Associação). É importante salientar que embora mantendo o foco de atuação com as mulheres, no mandato recente, a atual diretoria definiu a ampliação do público participante, tendo incorporado a discussão de gênero e pessoas do sexo masculino na diretoria. A seguir, algumas imagens da fachada externa e do ambiente interno:

Figuras 3 e 4- Sede atual do Banco DendêSol



Fonte: Arquivos da autora

O Banco DendêSol iniciou suas atividades no dia 10 de janeiro de 2011, com recursos oriundos de uma emenda parlamentar do então Deputado Federal Eudes Xavier ⁽¹³⁾, no valor de cem mil reais. O referido projeto previu uma série de ações, dentre elas, a formação/capacitação da equipe para operacionalizar o empreendimento, a impressão das moedas sociais (dendês), a

aquisição de equipamentos e mobiliário, como cadeiras, mesas, notebook, etc. No que concerne à infraestrutura e mobiliário, outro importante apoiador do Banco foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mediante projeto desenvolvido pelo Instituto Palmas.

Por ocasião da pesquisa de campo, as interlocutoras narraram os desafios que estavam enfrentando, no aprendizado de se tornarem “banqueiras” e também que haviam definido uma estratégia diferente de atuação: iniciar as atividades com o uso da moeda social e não com a prestação dos serviços de correspondência bancária. Ao observar a firmeza da postura da então presidente da Associação, indaguei o porquê, e ela foi enfática: “porque o principal de um banco comunitário não é ter a sua moeda social? Se a gente começar logo com empréstimo em dinheiro e recebendo conta [contas de água, luz, telefone e boletos bancários] o povo não vai entender o que realmente queremos com o banco”. E acrescentou: “foi difícil, mas eu finquei o pé e acabamos definindo assim” (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO, 2012) Na sequência, ela colocou outras razões de ordem mais objetiva, sendo uma delas o risco que consiste em operar com dinheiro na comunidade, pela insegurança do local onde o banco está sediado, principalmente em razão do tráfico de drogas, cada vez mais crescente na periferia das grandes cidades brasileiras.

Cilene Silva, ou Dona Cilene, como é conhecida, atuou como presidente da Associação de Mulheres DendêSol por dois mandatos, até o ano de 2013. Ela é uma das lideranças reconhecidas pelo movimento de economia solidária no âmbito da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES) e atualmente continua compondo a diretoria da Associação. Trata-se de uma entidade originada a partir da organização socioproductiva das mulheres na comunidade do Dendê, localizada nas proximidades do Fórum Clóvis Beviláqua e da Universidade de Fortaleza (Unifor), uma das maiores instituições privadas de ensino superior da capital cearense. O Dendê

está situado numa zona de alto valor imobiliário, para onde a cidade mais tem se expandido nos últimos anos. Contudo, é uma localidade marcada pelo contraste entre uma área extremamente pobre, rodeada de toda uma infraestrutura urbana voltada para as camadas abonadas da sociedade, fazendo emergir fronteiras de distintas naturezas que separam dois mundos, tão grande é a desigualdade social que salta aos olhos.

Conforme narraram as coordenadoras do banco, no início das atividades, apenas quatro pessoas atuavam na organização, sendo uma responsável pela coordenação dos trabalhos e outros três agentes de crédito, todos moradores da comunidade. O papel desses profissionais foi de prospectar clientes, realizando visitas de casa em casa, para levantar as demandas por crédito, sensibilizá-los para a utilização da moeda social Dendê e acompanhar a devolução dos empréstimos contraídos.

A carteira de crédito, no valor de 30 mil reais, foi colocada à disposição dos clientes mediante processo de concessão de empréstimos operacionalizado da seguinte forma: a) após preenchimento de uma ficha cadastral e a solicitação de empréstimo, encaminhava-se o pedido ao Comitê de Análise de Crédito (CAC), composto por uma pessoa do Banco DendêSol, uma da Associação de Mulheres Dendê Sol e outra do Instituto Palmas. Este Comitê, após avaliação do perfil do tomador de crédito, considerando critérios objetivos e morais, concedia ou não os empréstimos, tal como declara a coordenadora do Banco: “A gente vai levantar informações sobre quem é aquela pessoa perante a comunidade: se é “bom pagador”, se mora há pelo menos dois anos na comunidade, se a moradia é própria, se trabalha e etc. Aí quando a gente libera o crédito a pessoa recebe o carnê com as prestações”.

Em relação ao público atendido pelo Banco, a coordenação esclarece que, embora a prioridade sejam as mulheres, o atendimento aos homens também ocorre, contudo, a busca maior, principalmente pelos empréstimos de menor

valor, é feita pelas mulheres, especialmente, aquelas que desenvolvem atividades de artesanato, confecção e alimentação integradas à Feira Solidária promovida semanalmente pela Associação de Mulheres Dendê Sol a cerca de 15 anos. Essa entidade é responsável pela gestão do Banco.

A situação descrita acima coaduna com as características de um grande número de iniciativas de economia solidária geridas por mulheres, pois elas enfrentam dificuldades de acesso ao crédito bastante específicas devido a várias questões, dentre elas, a baixa escolaridade, dificuldade de acesso à renda, além de barreiras culturais ainda bem arraigadas.

Como o Banco Dendê optou por não operar com o correspondente bancário, todas as informações geradas são processadas pelo Instituto Palmas (cadastro dos clientes, valores de empréstimos, inadimplências e etc.), fato que tem gerado algumas situações conflituosas entre as partes. Em vários trechos da fala da coordenadora do Banco é possível perceber a aflição de quem se vê cotidianamente confrontada com os dilemas da gestão de um empreendimento sem fins lucrativos, mas cujo “produto” ofertado deve gerar receitas mínimas para custeio da infraestrutura física e de pessoal. Instaura-se, portanto, um debate sobre a natureza dos serviços prestados pelo Banco Comunitário e a sua relação com as instituições parceiras, incluindo o próprio Sistema Financeiro. Na percepção da coordenadora do Banco DendêSol, o problema seria, além da falta de capacitação técnica para lidar com as operações bancárias rotineiras, os critérios para a concessão do crédito, conforme a seguir:

O problema é que a gente ainda não aprendeu a fazer certas coisas. [...]. Eu não sei mexer direito no sistema, mas quero aprender. [...] Eu lembro de uma vez que a gente foi lá no Palmas e a [coordenadora administrativa do Banco Palmas] nos deu uma lição: ela disse que banco tem que pensar com a cabeça e

não com o coração. Banco não é como casa de mãe. E a gente demorou muito pra entender isso porque a gente achava que trabalhar com economia solidária era trabalhar com o coração também. Mas ela disse: o Palmas é um Banco! (DEPOIMENTO DA COORDENADORA DO BANCO DENDÊ SOL).

O discurso da interlocutora ratifica os tensionamentos causados pela intersecção das distintas lógicas de atuação que perpassam as iniciativas que articulam ao mesmo tempo a dimensão “solidária” (não-utilitária), traduzida no depoimento analisado como “trabalhar com o coração”; com a lógica econômica ou financeira (essencialmente utilitária), situação que pode ser analisada à luz de diversas perspectivas, dentre elas, o paradigma da dádiva, desenvolvido por Mauss (2003), atualizado contemporaneamente pelos pesquisadores integrantes do Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS).

Na situação concreta apresentada residem algumas dificuldades de contemporizar a racionalidade utilitária do campo econômico com os elementos subjetivos que vão, em última instância, nortear a decisão de conceder ou não um crédito, com base nos riscos de retorno deste. Assim, a lógica da reciprocidade ou o circuito da dádiva (MAUSS, 2003), baseado na tríplice obrigação de dar – receber – retribuir, seja reconhecidamente um fato social total (cuja ideia é que a dádiva produz alianças políticas, religiosas, econômicas e jurídicas), também incorpora vários paradoxos.

Esses são alguns dos principais indícios que motivam a compreensão desse fenômeno, que, devido à natureza dos serviços prestados e pela forma como os recursos são captados articulam diferentes lógicas na sua ação, o que França Filho (2007) denomina de hibridação.

Outro aspecto mencionado pela interlocutora é a circulação da moeda social, definida como estratégia prioritária de atuação do Banco Dendê. Conforme narra, alguns

comerciantes mais diretamente ligados ao Banco ou com alguma proximidade com a economia solidária aceitam a moeda dendê. No depoimento a seguir a coordenadora do Banco realça as razões que levam os comerciantes a aceitar as moedas:

O próprio comerciante vê que aquilo ali é dinheiro e também pela credibilidade do banco. Eles sabem que na hora que é preciso trocar a moeda por dinheiro é só vir aqui que a gente troca, e sem enrolação. Então, é essa confiança que eles têm no banco, porque cada moeda que a gente solta tem uma aqui com a gente. (DEPOIMENTO DA COORDENADORA DO BANCO DENDÊ SOL).

Nesse quesito, ela esclarece que há um número limitado de pessoas que o Banco consegue atender com crédito em moeda vigente (o Real) e que o empreendimento está em busca de mais recursos para atender a essas pessoas que estão na lista de espera dos empréstimos convencionais. “A maioria vai pagando um empréstimo e já vai tirando outro. Aí não fica dinheiro em caixa pra emprestar pra mais gente porque o recurso é pouco”, explicou a coordenadora do Banco.

Com relação aos meios de sensibilização para o uso das moedas sociais, apresentarei a seguir alguns pontos de uma das entrevistas realizadas com uma usuária do banco, a qual expressa de modo emblemático os desafios ao processo de circulação da moeda social. Ela atua num pequeno comércio de bombons e lanches, na sua própria residência, localizada num dos “becos⁽¹⁴⁾” da comunidade.

2.3. A percepção de uma cliente do Banco DendêSol

O acesso à casa da cliente foi um tanto difícil, pois não há um endereço formal. Depois de caminhar em meio a pequenas ruelas bem

estreitas, sem nenhuma infraestrutura urbana de saneamento básico ou arruamento é que consegui chegar à residência da interlocutora, literalmente, num “beco sem saída”. Para dar uma dimensão mais objetiva, a largura do espaço entre a casa visitada e a da frente era de cerca de dois metros.

Imagem 5 - Cliente do Banco Dendê Sol no espaço onde vende seus produtos



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Logo que cheguei, fui bem acolhida e convidada a sentar no sofá. A casa abriga o pequeno comércio (vide fotografia Nº 05), bem próximo à porta da frente, onde estão dispostos os produtos comercializados em expositores improvisados: bombons, pirulitos, doces, “xilitos⁽¹⁵⁾”, pipocas, entre outros.

A interlocutora afirmou ser usuária do banco desde quando começou suas atividades e todos os empréstimos contraídos até então foram em moeda social, tendo sido a fonte inicial de

recursos para a criação do seu pequeno negócio. E, mais que isso, cumpre realçar a relação de confiança estabelecida, conforme ressalta:

Eu trabalho com o banco [DendêSol] desde quando abriu e sempre gostei muito do banco, porque essa oportunidade de pegar dinheiro emprestado eu não tinha em canto nenhum. E sempre que eu preciso eu vou lá aí o banco me ajuda. [...] já tá com cinco ou seis vezes que eu pego.

Devido ao pequeno porte do empreendimento os empréstimos são também reduzidos e apenas em moeda social. Contudo, o valor chegou a dobrar, sendo o mesmo destinado a uma dupla finalidade: o apoio no sustento familiar e também ao capital de giro, segundo seu relato:

No começo eu pegava só 50 dendês aí depois eu passei a pegar 100 [dendês]. De primeiro faltava muito as coisa aqui em casa, mas depois do banco nunca mais faltou, graças a Deus. [...] Eu não compro o dinheiro todo de xilito e bombom não. Eu divido: faço 50 de compra [itens de alimentação para a família] e os outros 50 eu compro as coisas de vender aqui.

A entrevistada é beneficiária do programa Bolsa Família e uma parte do dinheiro do benefício ela direciona para o seu pequeno negócio, a fim de gerar renda e buscar contribuir com a renda familiar, conforme declarou: “[...] é muito ruim a gente depender do marido. Meu marido trabalha, mas eu não gosto de esperar só por ele. [...] Eu sempre gostei de depender de mim mesma. E agora todo dia eu tenho o dinheiro pro pão dos meus filhos”.

Ainda no âmbito das relações familiares, ela realça que sua mãe também é usuária dos serviços do banco comunitário. Contudo, é a

única consumidora que utiliza a moeda social: “Só minha mãe é que paga com Dendê. Ela faz desinfetante e ela manda pra mim e eu mando troco em dendê pra ela”.

O intercâmbio entre as duas usuárias do banco dá origem a uma espécie de “troca solidária” com a mediação da moeda social, o que só é possível pelo fortalecimento (ou criação) de laços de proximidade e confiança entre as pessoas. No caso, a relação é sedimentada pelo parentesco, ainda não tendo atingido um maior contingente de pessoas, fato que também foi identificado nas demais entrevistas realizadas, que apontam a necessidade do que fora denominado como “conscientização para o uso da moeda social”.

No tocante às relações com o comércio local, ela esclarece que a aquisição dos produtos que comercializa é feita no próprio bairro, o que atinge um dos principais objetivos esperados de um banco comunitário quando implanta uma moeda social: a circulação de riqueza no local: “Eu compro na bomboniére daqui [da comunidade]: os xilitos, chiclete, bombom, pirulito e compro coisa pra fazer dindin também [frutas, achocolatado, etc]”.

No que se refere à economia doméstica, a interlocutora mais uma vez destaca a melhoria na aquisição de alimentos da cesta básica e na qualidade de vida da família, pois a feira da semana também é feita num mercadinho do bairro: “Pra mim é bom usar o dendê porque recebe no JC [mercadinho], onde eu faço compra e na Bomboniére daqui também”.

Chama a atenção a pequena escala dessa economia associada a uma racionalidade diretamente relacionada à sobrevivência. No entanto, o padrão de consumo parece não fugir à regra da maioria das famílias integradas aos programas de transferência de renda do Governo Federal, ainda desprovido de uma maior reflexão sobre a importância do consumo de alimentos saudáveis. Observe-se, por exemplo, o tipo de produto comercializado: guloseimas e alimentos de baixo valor nutricional, em sua maioria,

industrializados e associados à obesidade infantil.

Eis aqui um dos desafios para os empreendimentos de economia solidária em geral, especialmente, aqueles apoiados pelos bancos comunitários: impulsionar quantitativa e qualitativamente a adesão à moeda social nos territórios onde estão inseridos, incorporando temas correlatos à economia solidária, a exemplo do consumo consciente e sustentável.

A entrevistada mostrou confiança, gratidão e reconhecimento ao trabalho das “meninas do Banco ⁽¹⁶⁾”, revelando, ainda, o interesse em saber mais sobre a economia solidária e também a colaborar com a divulgação das iniciativas. A afeição ao banco foi tanta que ela plastificou uma cédula da moeda social Dendê e fez questão de posar para a foto com a moeda, declarando o sentido que essa assumiu para ela, que até então não havia conseguido acessar crédito em nenhuma instituição bancária tradicional: “Eu gostei tanto desse Banco e dessa moeda que na primeira vez que eu peguei eu plastifiquei uma nota e ando com ela na minha carteira. Eu sou apaixonada por essa moeda. Eu amo de paixão!”.

Imagem 6 – Imagem de uma Cliente do Banco DendêSol com a Moeda Social Dendê



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Ao final da entrevista, ao mesmo tempo

em que avalia positivamente as ações do Banco DendêSol, a interlocutora manifesta uma demanda:

Eu gostei muito, muito, muito... e queria que esse Banco crescesse cada vez mais e que tivesse não só o Dendê pra mim – porque eu queria pegar em cédula mesmo, em Real, normal, porque eu queria comprar também outras coisas pra revender (como calcinha, sutiã). Aí pra isso eu tenho que comprar no Centro [da cidade] e lá não aceita dendê. Então, eu queria pegar empréstimo normal também.

Sobre o assunto levantado, a coordenadora do banco esclareceu que a entrevistada foi cadastrada para receber a moeda Dendê e também pagar o empréstimo em moeda social. Portanto, pelas regras de funcionamento do banco, não lhe seria permitido fazer o câmbio (trocar a moeda social pela moeda oficial, o Real) nem tomar crédito em moeda convencional, fato que é permitido apenas aos comerciantes que recebem a moeda social nos estabelecimentos da comunidade (supermercados, lanchonetes, padaria etc.) e àquelas pessoas que oferecem menor risco nas operações de crédito, pois os recursos emprestados devem retornar para manter-se em circulação e garantir a sustentabilidade do banco comunitário.

Para manter o bom funcionamento das ações do banco as parcerias são fundamentais, sendo a relação com o Instituto Palmas a principal delas, pois, partilham a mesma carteira de crédito, além da integração à Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Em razão disso, acessam recursos oriundos de projetos de apoio e fomento mediados pelo Instituto Palmas junto a diversas instituições, dentre eles a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Contudo, há conflitos e demandas que ainda não foram dissipadas, principalmente no tocante ao aprofundamento do processo de formação para

a gestão operacional do banco. Em relação aos governos nas esferas municipal e estadual, o Banco DendêSol afirma não manter relacionamento de nenhuma natureza, embora já tenham havido muitas tentativas, o que denota um recuo no papel do poder público nessas esferas, o que implica em limitações à capacidade de atuação do banco comunitário, pois as experiências exitosas no segmento geralmente firmam parcerias com o poder público, especialmente, municipal.

Ainda que brevemente pontuados, os relatos aqui dispostos são fundamentais para compreender como são firmadas as relações sociais vinculantes (GAIGER, 2011), permeadas por laços de afetividade, confiança e também por conflitos advindos das dificuldades sentidas no processo de gestão das rotinas diárias de um banco comunitário. A dimensão conflituosa emerge de uma lógica de funcionamento dita “solidária”, que conjuga distintas racionalidades (mercantil e não-mercantil, interesse e desinteresse; objetividade e subjetividade, público e privado) atuando dentro de um sistema financeiro mais amplo, onde ainda impera hegemonicamente a lógica privada de acumulação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, os aspectos levantados no decorrer do texto, considerando o levantamento bibliográfico sobre o tema, os depoimentos das pessoas diretamente envolvidas com a gestão do banco DendêSol e as observações de campo, expressam os desafios das experiências em finanças solidárias. Tais desafios são comuns às várias iniciativas organizadas sob o signo da economia solidária (SINGER, 2002), principalmente aquelas cuja gestão é feita pelas mulheres, pois, geralmente, elas buscam integrar as lógicas de reprodução da vida com a produção material gerada pelo trabalho, acarretando conflitos de diferentes matizes.

No Brasil, as práticas de finanças solidárias,

notadamente, os fundos rotativos solidários, os bancos comunitários e as cooperativas de crédito solidário possuem maior reconhecimento e visibilidade institucional e buscam interlocução com os poderes públicos com vistas à incorporação de suas pautas nas políticas de desenvolvimento do país, com vistas a ampliar a democratização do acesso ao crédito. Nacionalmente, há um comitê temático no âmbito do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), que tem buscado criar sinergias entre essas modalidades, tendo como perspectiva uma atuação mais articulada visando fortalecer o segmento.

Para apreender a dinâmica desse processo, a pesquisa empírica realizada junto ao banco DendêSol mapeou algumas percepções emblemáticas atribuídas ao crédito pelos sujeitos sociais envolvidos nas experiências, mediante pesquisa de caráter qualitativo, realizada por meio de entrevistas, participação em reuniões e eventos promovidos pela Associação DendêSol. Portanto, a discussão de fundo (o processo de democratização do acesso ao crédito pela via dos bancos comunitários) incorpora distintas perspectivas na sua ação, pois se relaciona mutuamente com processos globais de financeirização da economia e de regulação estatal (exercida principalmente pelo Banco Central do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, instituição responsável pela operacionalização dos serviços de correspondência bancária); e, localmente, observa-se uma dimensão inovadora e inclusiva de populações até então destituídas de direitos básicos, a exemplo do ingresso no sistema financeiro nacional, fato que acena para os ideais das alternativas microfinanceiras preconizados pelas finanças solidárias, ainda em escala bastante reduzida, nos interstícios do sistema hegemônico.

4. REFERÊNCIAS

FRANÇA FILHO, G.F e SILVA JR, JT. *Bancos*

Comunitários de Desenvolvimento. CATTANI, A.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.) Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009.

_____, **Genauto Carvalho**. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. II Encontro Nacional dos Bancos Comunitários. Iparana/Caucaia/Ce, 2005.

DIAS COELHO, F. **Finanças Solidárias**. In: CATTANI, A. D (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, RS: Unitrabalho e Veraz Editores, 2003.

FREIRE, Marusa V. **Moedas Sociais: Contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes no Brasil**, 2011. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Direito. Disponível na internet pelo: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9485/1/2011_MarusaVasconcelosFreire.pdf

GAIGER, L I. **A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes**. *Katálysis*, (11): 11-19, 2008. Disponível na internet pelo <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/4755>, acesso em 01 de novembro de 2011.

II ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Relatório final**, disponível na página (atual) do Instituto Palmas: Disponível na página internet pelo endereço: <http://www.institutobancopalmas.org.br>.

INSTITUTO PALMAS DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA. **Termo de referência dos Bancos Comunitários**. Disponível na página internet pelo endereço: <http://www.institutobancopalmas.org.br>.

MAUSS, Marcel. **O Ensaio sobre a Dádiva**. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MUÑOZ, Ruth. **Finanças Solidárias**. CATTANI, A.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.) Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009.

PAIVA, Victoria R. A. P. **Dilemas e Perspectivas da institucionalização das finanças solidárias: a experiência dos Bancos Comunitários no Ceará**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

PAULINO, Antonio George Lopes. **Economia solidária como um projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

PRIMAVERA, Heloisa. **Finanças solidárias e moedas sociais: Alternativas para uma outra economia**. Instituto Humanitas. São Leopoldo/RS, 2006.

RIGO, Ariadne S. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas**. 2014. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

(1)A sigla se refere ao índice de desenvolvimento humano, utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Trata-se de um indicador de desenvolvimento que analisa a qualidade de vida de uma determinada população, considerando escolaridade, renda e saúde.

(2) O verbete finanças solidárias consta da 1.ª e da 2.ª edição do Dicionário Internacional da Outra Economia, organizado por David Cattani (2003), tendo sido elaborado por Dias Coelho e, posteriormente, em Cattani et al. (2009), por Ruth Muñoz.

(3)(www.bancopalmas.org.br). Acesso em 15 de outubro de 2013.

(4) <http://www.inovacaoparainclusao.com>

(5) Disponível na internet pelo <http://www.inovacaoparainclusao.com>, acesso em 05 de setembro de 2012.

(6) Sandra Magalhães era graduada em Serviço Social e

em Ciências Econômicas. Foi uma das militantes mais engajadas no movimento de economia solidária no Brasil e, particularmente, na articulação de projetos para o fortalecimento do banco e Instituto Palmas. Lamentavelmente, ela foi acometida por um grave problema de saúde e veio a falecer em 14 de junho de 2013, ano em que o Banco Palmas comemorou 15 anos de existência.

(7) O documento está disponível na internet pelo endereço do Instituto Palmas: http://www.inovacaoparainclusao.com/uploads/4/2/2/8/4228830/convnio_instituto_palmasxbancocomunitrio.pdf. Destaque-se que no aludido documento constam as responsabilidades das partes envolvidas, os serviços prestados pelo empreendimento, o modelo de gestão, entre outras informações, que serão detalhadas no capítulo sobre o funcionamento dos Bancos Comunitários.

(8) Observe-se aqui a influência dos intelectuais na concepção dos termos. Veja-se que o termo adotado é o mesmo verbete já mencionado anteriormente, contido no Dicionário Internacional da Outra Economia.

(9) Brasileira, doutora em Sociologia pela USP. Vive na Argentina desde os anos 1970, onde é professora da Universidade de Buenos Aires (UBA). Mais informações estão disponíveis em: <<http://www.heloisaprimavera.com.ar/>>.

(10) O dendzeiro é uma palmeira nativa da África e trazida para o Brasil, da qual se extrai um óleo chamado de azeite de dendê, muito usado na culinária baiana e também na fabricação de sabão e velas.

(11) O termo comunidade é empregado como categoria êmica presente no discurso dos interlocutores e também em algumas fontes de pesquisa, como os programas sociais desenvolvidos por diversas entidades parceiras.

(12) Mais informações estão disponíveis no artigo publicado pela autora, intitulado: Comunidade do Dendê: um diagnóstico de suas famílias, publicado na Revista Brasileira em Promoção da Saúde, v. 12, n. 1, p. 09-17, 2012.

(13) O ex-parlamentar petista é comerciante, e presidiu a Central Única dos Trabalhadores (CUT/CE) nos anos 1990, tendo exercido mandato de Deputado Federal de 2006-2014. Foi um dos idealizadores do Instituto Florestan Fernandes, tendo construído a sua plataforma política na militância em prol da economia solidária, tendo uma forte atuação na comunidade do Dendê, onde reside até hoje.

(14) Termo nativo empregado pela coordenadora do banco e por algumas pessoas entrevistadas.

(15) Termo utilizado para definir salgadinhos feitos à base de milho, consumido por crianças das camadas populares, principalmente pelo baixo preço (custa R\$0,50 centavos de real). “No Ceará é o nome dado aos salgadinhos de milho, queijo ou de outros sabores”. <http://www.dicionarioinformal.com.br/xilito/> - acesso em 10 de outubro de 2012.

(16) Na época da entrevista, a coordenação do banco era composta exclusivamente por mulheres, bem como a diretoria da Associação, fato que veio a ser modificado no contexto recente (2014), quando foi aberta a participação aos homens.

(17) Segundo o Artigo 192 da Constituição Federal, o Sistema Financeiro Nacional deve promover o desenvolvimento equilibrado do país e servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõe.



CONSOLIDANDO UMA REDE DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA NA BAHIA: O CASO DA REDEMOINHO

Consolidating a Solidarity Collaboration
Network in Bahia: The Case of RedeMoinho

La consolidación de una Red de Colaboración
Solidaria en Bahía: el caso de la RedeMoinho

Diogo Ferreira de Almeida Rego*
Ariadne Scalfoni Rigo**

* Mestrem Desenvolvimento e Gestão Social em Administração
pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
E.mail: diogofar@gmail.com

** Doutorado em Administração pela Universidade Federal da
Bahia (UFBA). Professora da Escola de Administração da UFBA e do
Programa de Pós-Graduação em Administração (NPGA).
E.mail: ariadnescaltoni@gmail.com

RESUMO

Este texto nos apresenta a história da RedeMoinho – Comércio Justo e Solidário a partir do relato de um membro dessa, carinhosamente chamada, Rede. Ele começa abordando o seu surgimento e segue narrando a sua trajetória e estratégias construídas ao longo de sua trajetória. Por fim, trata sobre suas conquistas e desafios.

Palavras-chave: Redes de colaboração solidária.

Comércio justo e solidário. Empreendimentos econômicos solidários.

ABSTRACT

The text present the history of the RedeMoinho – Comércio Justo e Solidário from the account of a member of it, affectionately called, Rede. He begins by addressing its inception and

continues narrating his trajectory and strategies built along its path. Finally, comes on their achievements and challenges.

Keywords: Solidarity collaborative networks. Fair trade. Solidary economic enterprises.

RESUMEN

En este trabajo se apresenta la historia de la RedeMoinho – Comércio Justo e Solidário hecho por un miembro del mismo, cariñosamente llamada, Rede. El empeza abordando sus inicios y sigue narrando su trayectoria y estrategias construido a lo largo de su trayectoria. Por ultimo, viene sus logros e desafios.

Palabras clave: Redes de colaboración solidaria. Comercio justo e solidario. Empreendimientos econômicos solidarios.

1. O COMEÇO DA REDE

O sonho da RedeMoinho começou na Bahia, mais precisamente em Salvador, a partir da iniciativa para a criação de um grupo de consumo que faria uma relação direta com os produtores da agricultura familiar e economia solidária. A proposta foi alimentada pelo desejo das pessoas praticarem o consumo responsável sem terem que pagar um preço absurdo por isso nos poucos lugares existentes na capital baiana (nenhum com a bandeira do consumo responsável até então) e aproveitando o forte caráter produtivo que a Bahia tem no interior do Estado com muitos produtos de qualidade e com uma variedade impressionante.

A ideia surgiu a partir da parceria de troca de serviços no ano de 2007 entre o BanSol – Associação de Fomento à Economia Solidária, que atuava na assessoria a empreendimentos de economia solidária, com a Colivre – Cooperativa de Tecnologias Livres, que trabalha com a construção

de softwares em plataformas livres. Nela a Colivre prestava assistência técnica aos computadores do BanSol, em troca a Colivre demandou ao BanSol que este organizasse um processo de compras coletivas entre os membros das duas organizações. Com o passar do tempo esta proposta não conseguia sair do papel pois a dedicação para organizar um processo como este exigiria bastante tempo, estrutura e um certo montante de recurso. Então, em janeiro de 2008, foi fomentada a criação de uma cooperativa de consumo para dar sustentação a este processo de compras coletivas. Entretanto, a equipe inicial da “cooperativa” somente se formou em abril desse mesmo ano e as primeiras compras foram feitas em novembro de 2008. Após 6 meses a sua primeira feira houve a adesão de novas pessoas para a organização desse grupo de consumo. A partir de então passamos a fazer feiras semanais. Esse foi um momento importante para a Rede, de muitos acertos e desacertos. Passamos por problemas de desabastecimento dos produtos, em especial os hortifrutis, mas conseguimos superar as dificuldades.

1.1. A transformação para uma rede

Durante o processo percebemos que somente trabalhar sendo um grupo estritamente de consumo limitava a nossa atuação e desejo. E porquê isso? Primeiro entendemos que os grupos tem necessidades e limitações anteriores a fase de comercialização de seus produtos. Além disso nossa proposta é atender pessoas que não são cooperadas apenas. Por fim, na economia solidária partimos do pressuposto que todas as pessoas são produtoras e consumidoras, os chamados prosumidores. Sendo assim o antigo grupo de consumo virou a RedeMoinho – Comércio Justo e Solidário, virando um grupo de serviços na área do Comércio Justo e Economia Solidária, tendo na produção e consumo de produtos da agricultura familiar, agroecológicos e da Economia Solidária seu principal objetivo.

Atuamos em duas frentes, uma com o produtor, buscando ampliar a sua venda e dando o suporte necessário para a comercialização, e também aproximando ele da realidade de consumo das pessoas da Região Metropolitana de Salvador. A outra frente é com o consumidor, buscando produtos que este tenha interesse com um preço justo e de qualidade.

Mas por que esse nome? O nome RedeMoinho por si só é um símbolo que representa bem os nossos ideais, pois remete à natureza transformadora. Assim como a rede representa a relação entre os seres humanos, o moinho nos remete ao trabalho e a produção. E esse é o conceito base desse grupo (rede + moinho = redemoinho) que nasceu do sonho de se criar uma estrutura de comércio diferente, integrando a produção e o consumo com base numa relação de confiança, transparência e parceria, com base nos princípios da economia solidária, do comércio justo e do consumo responsável.

Em março de 2010 houve a primeira reunião da RedeMoinho enquanto uma Rede, com os produtores já parceiros na época onde foi explicada a mudança de rumo do grupo e convidando-os para fazerem parte desse novo momento. Três meses depois houve outra reunião, mas dessa vez tendo as pessoas, tanto da zona rural como urbana, produzindo e consumindo dentro dos princípios do comércio justo e solidário, como associados. Os produtores eram todos do Estado da Bahia, de diversas regiões, boa parte já participavam de espaços comuns de articulação, já eram fornecedores da Rede e produziam sobretudo alimentos. Estavam organizados ainda em grupos, de diferentes tamanhos, mas que tinham diretrizes políticas comuns.

Vale salientar que também nos identificamos enquanto cooperativa, mesmo não sendo legalizada ainda enquanto tal, pois entendemos que é o formato jurídico ideal para as ações que a Rede quer realizar e por também estarmos de acordo com os princípios do cooperativismo. Nesse

mesmo período, pela primeira vez a Rede passou a ter pessoas trabalhando exclusivamente nela.

No final de 2010 e começo de 2011 passamos momentos difíceis. Ocorreram duas mudanças de sede em apenas 6 meses e ainda fomos roubados. Além disso, as vendas da Rede estavam caindo assustadoramente pelo difícil acesso aos locais das sedes. As coisas precisavam ser repensadas e assim foram. Na reunião de planejamento da Rede em janeiro de 2011 foi decidido que iríamos suspender as feiras de sábado e focar na abertura de uma loja virtual.

1.2. O salto qualitativo

Entre março e maio a Rede passou por uma reformulação, foi repensada e se aperfeiçoou para melhor atender seus associados, parceiros e consumidores. Com isso em maio de 2011 foi inaugurado o nosso site (www.redemoinho.coop.br) com um espaço para pedidos. A partir desse momento passamos a pedir os hortifrutis com base em pedidos anteriormente feitos no site, evitando com isso desperdícios.

Houve de imediato um aumento nos pedidos e estimulou que novas pessoas se aproximassem da rede, o que serviu de estímulo para a consolidação dessa ligação direta entre produtores e consumidores e para a melhoria na qualidade dos produtos a partir dos “feedbacks” recebidos. Também nesse período começamos a fazer parte da Rede de Coletivos de Consumo Responsável, criada em agosto, da Plataforma Faces do Brasil e da Coordenação Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Atualmente a RedeMoinho está num processo de melhorar os seus serviços, aperfeiçoar o processo produtivo existente nos grupos, ampliar a diversidade de produtos, aperfeiçoar o site, criação dos núcleos de consumo e realização de feiras itinerantes.

2. OBJETIVO DA REDE

A Cooperativa tem como principal objetivo a criação de uma Rede de Colaboração Solidária (RCS) visando a promoção econômica e social por meio de ajuda mútua, libertando os produtores e consumidores do comércio intermediarista, através da comercialização e beneficiamento de produtos oriundos de uma produção socialmente justa, ambientalmente sustentável e biologicamente saudável, tendo em vista a melhoria de qualidade e preço dos mesmos ou facilidades no seu abastecimento.

A cooperativa segue os princípios da economia solidária, comércio justo, agricultura familiar e agroecologia. Para isso, fomentamos internamente na rede a colaboração entre os cooperados, cidadãos que produzem e consomem, tendo o consumo responsável como um ato político e consciente de mudança social e de fortalecimento mútuo para a transformação e melhoria da qualidade de vida das pessoas e as comunidades onde elas estão inseridas.

3. JUSTIFICATIVA PARA CRIAÇÃO DA REDEMOINHO

Um dos grandes desafios para os produtores da agricultura familiar e economia solidária é a comercialização. Em ambos os casos há uma dependência muito forte do atravessador.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES realizaram um mapeamento da Economia Solidária que se iniciou em 2006 e está em andamento ainda hoje. Foram registrados mais de 1660 grupos produtivos que trabalham sob essa lógica no Estado da Bahia, em números absolutos perde apenas para São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará. Considerando a importância da Economia Solidária para geração

de trabalho e renda, os números se mostram bastantes significativos para o desenvolvimento do estado. Cerca de 65% desses grupos trabalham na zona rural. Se por um lado os números refletem uma oferta bastante extensa de produtos, por outro, a dificuldade de comercialização desses mostra uma realidade bastante árdua. Desses grupos cerca de 70% remuneram em menos de um salário mínimo seus trabalhadores e 65% deles apontam a comercialização como a principal dificuldade a ser superada.

Diante dessa situação, os produtores ficam obrigados a venderem para os atravessadores, o que os tornam vulneráveis, seja pelo pagamento muito aquém do preço adequado, ou ainda pela descaracterização dos seus produtos. No intuito de articular a produção e consumo, surge a ideia da construção dessa cooperativa para a comercialização desses produtos, atenuando os prejuízos causados pela ação dos atravessadores e levando ao desenvolvimento do segmento.

Em relação à agricultura familiar, de acordo com o IBGE (2009), os Agricultores Familiares (AF) representam 87% do total de estabelecimentos rurais baianos e ocupam 34% da área total e representam 76% da População Economicamente Ativa Rural do Estado e são responsáveis pela produção de 77% do nosso alimento. Recebem, no entanto, cerca de 25% do financiamento destinado a agricultura. A Bahia possui o maior número de agricultores familiares do Brasil, ou seja, 15% dos agricultores familiares brasileiros estão na Bahia.

Porém nem sempre esses números em nossos Estados se refletem em uma condição digna para esses produtores e produtoras rurais, pois ainda segundo o IBGE (2009) 46% são pobres (renda per capita < R\$ 140,00/mês) e 18% são extremamente pobres (renda per capita < R\$ 70,00/mês). Enquanto que no restante do Brasil o Rendimento Médio da AF (R\$/ha/ano) chega a R\$ 1.462,00, na Bahia são de apenas R\$ 375,00. Mesmo assim todos esses números da Agricultura Familiar na Bahia são maiores que o da agricultura

não familiar.

Mesmo com números que demonstram a importância da AF para a soberania alimentar na Bahia e no Brasil, percebe-se que essas pessoas se encontram em situação de fragilidade econômica e dependem das políticas direcionadas a esse setor, um desses resultados mais visíveis atualmente é a alta no preço dos alimentos brasileiros.

Essa situação é dramática, mas não irreversível, pois ultimamente surge a nível global e também no Brasil a consciência dos consumidores. Segundo o Instituto Akatu (2006), cerca de 30% dos consumidores brasileiros tem uma tendência a consumir de forma consciente, ou seja, se preocupando com o ato de consumir em três etapas: compra (escolha), uso e descarte. Desse número, 20% já praticam o consumo consciente em seu cotidiano. Esses consumidores atualmente estão desorganizados e sem uma referência para praticarem suas compras baseados nesses princípios.

Essas pessoas em geral têm uma média de idade que não envolve a terceira idade, pois essa prática de consumo responsável é recente (CENTRO VIRTUAL DE COMÉRCIO JUSTO, 2007). Esse público tem uma postura de vida não materialista, escolhem profissões de maior retorno intelectual que financeiro, e por isso sua relação de consumo não é financeira. Eles também têm uma forte percepção do impacto do meio ambiente sobre a própria saúde (SEBRAE, 2004; AKATU, 2006).

4. FILOSOFIA DE AÇÃO DA REDE

Abaixo, veremos a filosofia geral que guiam as ações da Rede Moinho, além da metodologia de atuação da própria rede com/entre os seus associados. A Rede parte do princípio das Redes de Colaboração Solidária (RCS). Considerando o seu aspecto econômico, trata-se de uma estratégia

para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONGs, etc.) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, autossustentável, antagônico ao capitalismo (MANCE, 2000).

As RCS são uma forma de organização de pessoas e grupos que buscam gerar alternativas de autossustentação comprometida com a transformação estrutural da sociedade, conectando seus anseios políticos e suas ações de produção e consumo em uma ampla rede de colaboração solidária. A proposta é que grupos que comunguem dos mesmos valores possam se juntar e criar um mercado alternativo, com a circulação de informação/conhecimento, valor e produtos, gerando consigo trabalho e renda aos participantes, além de promover uma articulação política dos mesmos (MANCE, 2000).

Quando uma RCS é organizada, ela passa a atender demandas imediatas da população por trabalho, melhoria no consumo, educação, reafirmação da dignidade humana das pessoas e do seu direito ao bem-viver, ao mesmo tempo em que combate as estruturas capitalistas de exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão, e começa a implantar um novo modo de produzir, consumir e conviver em que a solidariedade está no cerne da vida (MANCE, 2000).

As Redes de Colaboração Solidária, portanto: a) permitem aglutinar diversos atores sociais em um movimento social orgânico com forte potencial transformador; b) atendem demandas imediatas desses atores por emprego de sua força de trabalho e por satisfação de suas demandas por consumo, entre outras; c) negam estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo e de dominação política e cultural, e d) passam a implementar uma nova forma pós-capitalista de produzir e consumir, de organizar a vida coletiva afirmando o direito à diferença e à singularidade de cada pessoa, promovendo

solidariamente as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas (MANCE, 2000).

Segundo Mance (2003), quatro são os critérios básicos de participação na rede: a) que nos empreendimentos não haja qualquer tipo de exploração do trabalho, opressão política ou dominação cultural; b) busque-se preservar o equilíbrio ecológico dos ecossistemas (respeitando-se todavia a transição de empreendimentos que ainda não sejam ecologicamente sustentáveis); c) compartilhar significativas parcelas do excedente para a expansão da própria rede; d) autodeterminação dos fins e autogestão dos meios, em espírito de cooperação e colaboração. Entendemos que assim como há a transição para a agroecologia e para a economia solidária, também estamos num processo de consolidação da Rede com todos os princípios que almejamos, ou seja, alguns dos itens acima não estão plenamente consolidados dentro da RedeMoinho.

4.1. A realidade do cotidiano

A realidade da cooperativa, ou seja, o seu dia a dia, mudou bastante desde a sua primeira reunião, que ocorria na sala das casas dos fundadores e fundadoras. Atualmente estamos sediados no Bairro do Santo Antônio, em Salvador. Temos como desafio envolver mais as pessoas do bairro na dinâmica da Rede, além de darmos nossa parcela de contribuição para transformar esse território na mesma medida em que somos transformados. Para as pessoas fazerem parte da Rede há um estímulo para que tanto os que consomem e produzem na Rede se envolvam e fomentem essa relação direta entre todos, fazendo com que as realidades urbana e rural dialoguem.

Alguns incentivos são dados aos associados da Rede para que ela atinja seus objetivos. Para todos que consomem na Rede, por exemplo, após um ano de compras o(a) consumidor(a) associado(a) tem direito a um bônus em novas compras de 10% do valor total consumido na Rede

no período. No final de 2011 se deliberou em reunião geral que cada pessoa para se configurar enquanto associado deveria:

1- consumir ou fornecer, ao menos, R\$ 360,00 no ano, participar das atividades e dedicar voluntariamente uma parte de seu trabalho na Rede, e;

2- Estar de acordo com os princípios do comércio justo e solidário e da agroecologia.

Para os grupos produtivos há a diluição dos custos operacionais ligados a comercialização, principalmente, para acesso a mercados e promoção dos seus produtos em Salvador, pois a Rede sempre participa de feiras e eventos, além da constante busca por apoios e projetos para investir no processo produtivo e nos produtos dos associados. Nesse ponto tentamos investir no aumento da diversidade de produtos e maior qualificação dos próprios produtos, comprando equipamentos e investindo em embalagens que comuniquem melhor o produto e consiga condicioná-lo de forma mais adequada. A parceria com uma empresa de design nesse sentido é fundamental também para a construção de materiais de (in) formação e sensibilização para os consumidores.

Outra iniciativa da Rede, que partiu dos grupos produtivos, é a adoção de um Fundo Rotativo Solidário (FRS). O FRS é uma metodologia de apoio financeiro às atividades produtivas de caráter associativo mediante compromissos devolutivos voluntários, considerando formas flexíveis de retorno monetário ou de equivalência por produtos ou serviços, ou ainda, sem retorno, dirigidos para o atendimento de comunidades ou grupos associativos produtivos que adotam princípios de gestão compartilhada e convivência solidária. Na RedeMoinho com a captação de recurso em projetos tanto com organizações da sociedade civil como através das políticas públicas, foi encaminhado que todo o recurso disponível e executado para equipamentos deveria ser

devolvido em produtos ou dinheiro para um fundo coletivo para ser reinvestido em equipamentos para outros grupos da rede. O prazo para devolução é de até quatro anos tendo um juro básico apenas para repor a inflação do período. Esta é uma importante iniciativa para nos tornarmos independentes com relação ao investimento para a melhoria e aumento da diversidade dos próprios produtos.

Para intensificar a interação entre os associados fazemos intercâmbios sempre que possível. Esse é um dos principais espaços de formação da Rede. A estrutura destes intercâmbios pode variar de acordo com cada contexto. Alguns grupos da Rede fazem atividades festivas de divulgação de seus produtos e de suas cadeias produtivas periodicamente como as festas e festivais do umbu, licuri e da cachaça, por exemplo. Sempre que possível fazemos reuniões e atividades da Rede nesses eventos.

A forma como é construído o preço também fortalece as relações entre os membros. O desafio constante é adotarmos um preço justo ao mesmo tempo em que buscamos tornar a cooperativa viável economicamente, mesmo assim a precificação dos produtos da Rede sofreu poucas variações com o tempo. Há ainda um desafio a mais na Rede, se considerarmos a realidade dos demais grupos de consumo responsáveis no Brasil. A RedeMoinho tem que arcar com despesas fixas como aluguel, água, luz, internet e mão de obra. No começo adotávamos uma taxa única de 30% para todos os produtos, mas com o tempo os custos da cooperativa aumentaram devido a proposta de crescimento da mesma, com o aumento nos custos operacionais (ligações, comunicação) e necessidade de pessoas trabalhando em sua estrutura, com isso a taxa média cobrada “em cima” dos produtos é de 50% atualmente. Essa porcentagem incide em cima do valor do produto e é adicionado ao preço final eventuais custos decorrente do transporte desse produto, ou seja, os produtos tem a seguinte composição de preço: preço de compra (pago ao produtor) * taxa da

cooperativa (50%) + mais custos operacionais do produto (transporte principalmente) = valor de venda. Mesmo com esse aumento a maior parte dos produtos da cooperativa se mantém com um preço abaixo de mercado (principalmente nos produtos orgânicos).

É importante ressaltar que há uma avaliação permanente dos preços praticados pelos produtores na tentativa de adoção de um preço justo para quem consome e para quem produz o produto. Por falta de uma equipe técnica a adoção do preço justo tem sua limitação, pois não conseguimos fazer um estudo detalhado e formativo com o produtor para construir de forma mais objetiva essa precificação. Alguns produtos que estão com um preço muito acima do preço praticado pelo mercado procuramos junto ao produtor entender a composição do preço para a partir daí diminuir ou repassar os motivos do aparente alto preço ao consumidor. A negociação é feita na base do diálogo e o preço final é construído conjuntamente. As condições de pagamento são negociadas da mesma forma, como a cooperativa não possui capital de giro, então vemos quais produtores tem condições de receberem seu pagamento à vista (que seria o ideal) e qual tem condição de receber a prazo. É importante destacar que as compras à prazo são mais viáveis para se pedir em grande quantidade, barateando assim os custos de transporte.

A divulgação da RedeMoinho é feita basicamente por e-mail, inclusive a divulgação da distribuição dos produtos. Sabemos da limitação desse meio de comunicação, mas é a forma que tem um melhor custo benefício e pode ser feito sem disponibilizar uma pessoa para tratar exclusivamente dessa área. O site tem papel central na estruturação da comunicação da Rede, concentrando lá informações sobre os produtos, produtores, como entrar na rede, como chegar em nossa sede, notícias, dentre outras questões que consideramos importantes. As pessoas devem fazer o pedido antecipadamente no site para assegurar os seus produtos que são entregues

semanalmente aos sábados. As pessoas podem pegar os seus produtos na sede ou recebê-los em casa mediante a cobrança de uma taxa de entrega. Estamos em um processo de estímulo a retirada dos produtos na própria sede, principalmente para os moradores do bairro. Estamos investindo, no momento, na criação dos núcleos de consumo. Os núcleos são grupos de pessoas que residem ou trabalham próximos e podem fazer pedidos conjuntos.

Por fim, a RedeMoinho procura sempre participar dos espaços do que podemos chamar de “construção política”. Consideramos que somente a articulação em rede com outros grupos possibilitará alguma mudança sistêmica na estrutura dessa sociedade. Atualmente participamos do Fórum Baiano de Economia Solidária, da Articulação Baiana de Agroecologia, do Faces do Brasil, dos Conselhos Estaduais de Seguranças e Soberania Alimentar (CONSEA) e de Economia Solidária (CEES). Além disso, fazemos parte de uma articulação de uma Rede Nacional de Grupos de Consumo Responsável e de Comercialização Solidária (Rede ComSol).

5. A GESTÃO DA REDEMOINHO

A busca na RedeMoinho pela autogestão é constante, portanto buscamos a transparência em nossas ações para que democraticamente os membros fiscalizem e contribuam em suas ações. Cada pessoa que se relacione na rede tem direitos iguais de voz e voto em suas decisões.

Temos na Rede uma equipe que faz a gestão cotidiana da Rede. Há um esforço cotidiano para que essas pessoas sejam remuneradas, e seu tamanho depende do contexto de momento que permita esta remuneração. Para isso a Cooperativa busca projetos tanto para atuar com os produtores no aperfeiçoamento e diversificação dos seus processos produtivos, além disso estes projetos ajudam a manter uma equipe maior e multidisciplinar para operacionalizar as ações da

RedeMoinho.

Atualmente a rede tem uma “coordenação” colegiada que damos o nome de Secretaria. Há ainda um comitê gestor do Fundo Rotativo Solidário.

A proposta é que num curto prazo todos os cooperados que dedicarem suas horas para a cooperativa terão essas horas computadas num banco de horas, que será trocado por produtos e/ou serviços dentro da própria rede, mas isto ainda é uma construção.

A Rede, historicamente, se divide nas seguintes atividades:

- Administrativo/ financeiro: gere os recursos financeiros, inclusive planejando investimentos, avalia e efetua o pagamento.

- Relação com o produtor: contacta os produtores, faz pedidos, prospecta novos fornecedores, mapeia a necessidade desses grupos, estrutura a logística de recebimento dos produtos, condicionamento dos produtos, controle de estoque.

- Relação com o consumidor: recebe pedidos, prospecção de novos consumidores, organização das feiras semanais, entrega dos pedidos.

- Comunicação: responsável pela comunicação interna e externa da Rede.

Na prática, muitas vezes essas ações são executadas por todos da secretaria executiva e conta com o apoio pontual de alguns voluntários e cooperados, embora haja a divisão de responsabilidades por áreas, ou seja, quanto menor a equipe menos essa divisão acontece na prática.

6. DESAFIOS

6.1. A autogestão na Rede

Caminhamos um passo por vez rumo à autogestão, mas essa jornada é bastante

desafiadora. Tornar as decisões da Rede as mais coletivas possíveis nos espaços de construções políticas e nas suas questões operacionais é um enorme desafio. Devido a dificuldade de comunicação e mesmo a não realização de reuniões dentro de uma periodicidade, a construção coletiva de determinadas decisões não se viabiliza. E isso põe em xeque a própria autogestão da Rede.

Uma constatação na Rede foi com relação ao voluntariado. Percebemos que apenas com o voluntariado não conseguiríamos realizar todas as atividades cotidianas necessárias ao seu funcionamento da Rede, por isso se optou por mesclar o trabalho voluntário com o trabalho remunerado, assim como na constituição de uma secretaria executiva, o que ajudou no aumento dos seus custos.

Há ainda um desafio maior no campo da autogestão. Com a “profissionalização” da secretaria executiva, os membros se desobrigaram em fazer parte de atividades operacionais da Rede. Com isso perde-se o protagonismo dos associados nas atividades cotidianas da Rede, passando pelo risco de centralização excessiva das ações e decisões, podendo fortalecer entre os membros e outras pessoas externas uma relação clientelista e meramente de compra e venda de produtos, e não de construção de uma outra lógica de organização. Esse é um desafio constante: a busca por um caminho onde não percamos o princípio da autogestão, dentro de um contexto onde a participação voluntária tem seus limites e uma dedicação de tempo mínima da rede é necessária.

6.2. Em busca da sua sustentabilidade financeira

Outro desafio bastante importante se refere a sustentabilidade financeira e ponto de equilíbrio da Rede. Como já destacado no texto dependemos de algumas políticas públicas para investimos na rede e termos uma equipe de

trabalho consolidada. Embora já tenhamos dado passos em direção ao fortalecimento de uma maior autonomia da Rede com relação a esses subsídios, como a adoção do FRS e incentivo para a ampliação do consumo na Rede, muita coisa ainda precisa ser feita, principalmente com relação ao aumento nas receitas da Rede a partir da produção, comercialização e consumo dos seus membros.

Vale salientar que esse debate sobre o subsídio do Estado é amplo, e entendemos que todas as grandes empresas recebem apoios públicos, sejam em isenções de impostos ou de apoio em infraestrutura. Por isso consideramos que é um dever do Estado direcionar políticas públicas para os empreendimentos de economia solidária.

7. ALGUMAS CONQUISTAS

Abaixo destacamos apenas alguns resultados que consideramos mais expressivos nessa nossa curta história:

- Realização permanente da distribuição dos produtos, que é o principal espaço de interação da RedeMoinho com o público em geral. Como chamamos, as feiras, hoje contam com uma dinâmica própria, tendo consumidores fixos. Espaços como estes são uma vitória, pois há muito poucos na capital baiana. Aos poucos a sede da Rede começa a dialogar com os moradores do Bairro do Santo Antônio e redondezas;

- Criação e consolidação, na Bahia, de uma rede de produção, comercialização e consumo de produtos com base na agricultura orgânica, familiar, na Economia Solidária e agroecológica. Tanto produtores já estruturados que inclusive exportam (pois para eles é mais fácil exportar do que vender para o mercado interno) como pequenos produtores que não comercializavam seus produtos para além de sua região hoje conseguem expor seus produtos na RedeMoinho e consequentemente, em Salvador. E os

consumidores que antes não tinham espaços para o consumo desses produtos tem um espaço onde todo o processo é transparente e feito de forma dialogada;

- Aproximação de produtores e consumidores. Não é incomum terem produtores nas feiras ou até em outros espaços em que a Rede participa. Isto propicia a aproximação com os consumidores, para que eles possam entender melhor sobre o produto e o produtor, assim como o produtor pode aprender com a opinião, críticas e sugestões de quem consome o seu produto;

- Consolidação de um processo de integração logística entre os produtores e consumidores. Em geral, não há estudos e nem sistematizações acerca do transporte de pequenas quantidades de cidades pequenas para importantes polos consumidores. A RedeMoinho já conseguiu estabelecer parcerias e estruturar uma práxis que contempla o transporte de pequenas quantidades através, por exemplo, das caronas solidárias, das compras coletivas com outras organizações e estímulo a melhoria da embalagem dos produtos para que eles possam ter mais durabilidade e assim possamos comprar em maior quantidade. O desafio agora é integrar os transportes entre seus associados, ou seja, aproveitar rotas comuns e compartilhar a entrega dos produtos, além de aproveitar a abertura de outros espaços de comercialização no Estado e fazer a entrega coletiva de produtos. A Rede pretende expandir sua ação para outras cidades, tendo pontos de divulgação e comercialização de seus produtos em outros territórios além da Região Metropolitana.

Uma experiência como a da RedeMoinho, embora seja nova com relação ao seu tempo de fundação, já é bastante intensa, principalmente, no contexto que ela foi criada, onde há produtores e consumidores interessados na constituição dessa rede. Sabemos que, devido ao pequeno número de pedidos, boa parte da renda desses grupos não provem ainda das vendas oriundas da RedeMoinho, porém a meta é que cada vez mais possamos

fortalecer essa rede produzindo, comercializando e consumindo os produtos provenientes dela.

8. CONCLUSÃO

Por fim, a experiência da RedeMoinho nos mostra que é praticamente inviável consumirmos e produzirmos com base nos princípios da agroecologia e da economia solidária de forma isolada, é preciso nos articularmos em rede. Cada vez mais temos a certeza que uma estratégia de emancipação econômica e política desse sistema hegemônico somente são possíveis através do trabalho coletivo e da articulação dos diversos atores do processo produtivo.

Enfim, mostramos todos os dias que outro comércio existe e outra economia acontece.

9. REFERÊNCIAS

AKATU, Instituto. Pesquisa nº. 7 - **2006: como e por que os brasileiros praticam o consumo consciente?**. Disponível em <[http:// www. empresaresponsavel.com](http://www.empresaresponsavel.com)>. Acessado em 20 de julho de 2012

CENTRO VIRTUAL DE COMÉRCIO JUSTO. **Apertura de una Tienda de Comercio Justo:: Aspectos y pasos fundamentales**. Disponível em: <[http:// comerciojusto.eurosur.org/guias_ creartiendas. htm](http://comerciojusto.eurosur.org/guias_creartiendas.htm)>. Acesso em: 10 maio 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário – 2006**. Rio de Janeiro, 2009

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes - A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual**. Editora Vozes, Petrópolis, 2000

MANCE, Euclides A. **Redes de Colaboração Solidária**. Petrópolis, Vozes, 2002

MANANCE, Euclides. **Palavras sobre a economia solidária no Brasil**. Mídia da Paz, maio 2003. Disponível em:< <http://www.midiadapaz.org/entrevistas/solidaria.htm>>. Acesso em: 06.jun. 2003

SENAES. **Ministério do Trabalho e Emprego - Mte**. Sistema nacional de informações de economia solidária –sies – disponibiliza nova base de dados: Divulgação do dados do SIES 2013. 2013. Boletim Senaes Acontece - Edição Especial. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3D183F81013D274F4D3F6E19/Acontece SENAES 2012 - n31.ed.especial.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3D183F81013D274F4D3F6E19/Acontece%20SENAES%202012%20-%20n31.ed.especial.pdf)>. Acesso em: 27 dez. 2013.

Este processo está sendo debatido agora e podem mudar algumas dessas condições aqui citadas.

POLÍTICA EDITORIAL

O Periódico Cadernos Gestão Social (CGS) foi criado em 2007 pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS), da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EA/UFBA). Os Cadernos Gestão Social perseguem o objetivo ser um espaço plural, aberto às contribuições de pessoas preocupadas com as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas do desenvolvimento de territórios e com as diferentes temáticas relacionadas à gestão social.

No final de 2011, os CGS passaram por um processo de reestruturação administrativa e reformulação editorial. Mesmo mantendo-se vinculada institucionalmente ao CIAGS/EA/UFBA, os CGS assumem-se - em sua nova proposta editorial - como uma publicação semestral da Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS).

A missão dos CGS é disseminar o conhecimento produzido no campo da Gestão Social e áreas correlatas, por meio do oferecimento de trabalhos, originais e inéditos, sob as formas de artigos, ensaios, relatos de prática, resenhas de livros e pensatas. Os CGS estão abertos a propostas diferenciadas e não convencionais que demonstrem o caráter multi e transdisciplinar do campo da Gestão Social. Diante disso, os CGS tem como visão para o futuro tornar-se, nos próximos 05 anos, o periódico científico de referência para o campo da Gestão Social no Brasil.

Além das chamadas contínuas e edições especiais, os Cadernos de Gestão Social estão também abertos ao recebimento de trabalhos provenientes de fast track de importantes eventos relacionados à gestão social, a exemplo do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS) e do Colóquio Internacional sobre Poder Local. Em todos os casos, os trabalhos recebidos se submeterão às normas e ao processo de avaliação da revista.

A avaliação dos trabalhos submetidos aos CGS é realizada pelo método de revisão cega (blind review), por pelo menos dois avaliadores com experiência e competência profissional na respectiva área do trabalho, que emitirão parecer com base nos critérios de avaliação estabelecidos pelo corpo editorial dos CGS. Os trabalhos podem cobrir as temáticas afins da Gestão Social na sua variedade de sub-temas, teorias e práticas em diferentes setores, espaços territoriais e tipos organizacionais.

Sobre as temáticas afins da Gestão Social, os quais podem gerar trabalhos publicáveis nos CGS, podem ser apontadas, dentre outras:

- Desenvolvimento Territorial, Redes e Arranjos Institucionais, Redes Solidárias;
- Gestão Pública, Esfera Pública, Co-produção de Bens e Serviços Públicos, Políticas Públicas e Sociais,
- Accountability, Governo Eletrônico;
- Terceiro Setor, Movimentos Sociais, Organizações da Sociedade Civil, Participação e Cidadania;
- Autogestão, Cooperativismo, Economia Solidária, Incubação de Empreendimentos Solidários e de Cooperativas;
- Empreendedorismo Social, Inovação Social, Negócios Sociais, Tecnologia Social; • Gestão Ambiental, Sustentabilidade, Responsabilidade Social, Consumo Consciente, Comércio Justo; e
- Formação em Gestão Social, Ensino-Aprendizagem e Avaliação em Gestão Social, Metodologias Integrativas e Não-convencionais, Residência Social.

Os trabalhos submetidos com foco em sub-temas relacionadas as temáticas expostas ou, ainda, que tratem de outras temáticas poderão ser avaliados para publicação a depender da relevância e impacto do trabalho ou temática para o público dos CGS e para a Gestão Social. Com isso, o foco da CGS é atingir um público alvo interessado e preocupado com o desenvolvimento do campo da Gestão Social, dentre pesquisadores, estudiosos, gestores sociais e gestores públicos.

Finalmente, a partir da ação conjunto dos autores, avaliadores e todo corpo editorial dos CGS, as expectativas de impacto deste periódico estão relacionadas à: a) compreender melhor o campo da Gestão Social e temáticas afins, seus limites, desafios e perspectivas; b) contribuir com abordagens diferenciadas para o campo da Gestão Social; c) estabelecer e oferecer relações interessantes entre a Gestão Social e diferentes temáticas; d) Aprofundar a discussão teórica, epistemológica, metodológica e prática da gestão social e de duas áreas relacionadas; e e) oferecer análises das agendas para o campo da Gestão Social.

EDITORIAL POLICY

The periodical Social Management Journal/Cadernos Gestão Social (CGS) was created in 2007 by the Interdisciplinary Center for Development and Social Management (CIAGS), tied to the Business School at the Federal University of Bahia (EA/UFBA). Since 2011, the CGS has remained technically and institutionally linked to CIAGS/EAUFBA, but its editorial coordination is under the responsibility of the Brazilian Researchers of Social Management Network /Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS).

The CGS aims to disseminate the knowledge generated in the field of Social Management and related areas, through the publication of original and unpublished works as articles, white papers, essays, practical reports and book reviews. The CGS is open - through continuous requests for publication and special editions - to different and unconventional proposals that demonstrate the multi- and transdisciplinary character of Social Management. Therefore, the CGS's vision for the future is to become, in the next few years, a journal of reference for this field in Brazil.

Papers submitted to the CGS are evaluated using a blind review. At least two reviewers with expertise and professional competence in their area of work analyze the paper, which will give an opinion based on evaluation criteria established by CGS editorial staff. The papers may cover topics related to Social Management in their variety of sub-themes, theories and practices in different sectors, territorial spaces and organizational types, such as:

- Territorial Development, Networks and Institutional Arrangements, Solidarity Networks;
- Public Management, Public Sphere, Co-production of Public Goods and Services, Social and Public Policy, Accountability, Electronic Government;
- Third Sector, Social Movements, Civil Society Organizations, Participation and Citizenship;
- Self-Management, Cooperatives, Solidarity Economics, Incubation of Solidarity Enterprises and Cooperatives;
- Social Entrepreneurship, Social Innovation, Social Business, Social Technology/Innovation;
- Environmental Management, Sustainability, Social Responsibility, Consumer Awareness, Fair Trade; and
- Social Management Training, Teaching-Learning and Evaluation in Social Management, Integrative and Non-conventional Methodologies, Social Housing.

POLÍTICA EDITORIAL

La revista Cuadernos de Gestión Social/Cadernos Gestão Social (CGS) fue creado en 2007 por el Centro Interdisciplinario para el Desarrollo y Gestión Social (CIAGS), de la Escuela de Administración de Universidad Federal de Bahía (EA/UFBA). Desde 2011, los CGS permanecen técnicamente e institucionalmente ligado a CIAGS/EAUFBA, pero su coordinación editorial está bajo la responsabilidad de la Red Brasileña de Investigadores en Gestión Social (RGS).

Los CGS tiene como objetivo difundir el conocimiento generado en el campo de la Gestión Social y áreas afines, a través de la publicación de ponencias originales e inéditos en forma de papers, ensayos, reportes de prácticas y reseñas de libros. Los CGS están abiertos - por medio de llamadas continuas y ediciones especiales - para propuestas diferentes y no convencionales que demuestren el carácter de campo multi y transdisciplinario de la Gestión Social. Ante esto, la visión de los CGS para el futuro es convertirse para los próximos años, en una revista de referencia para este campo en Brasil.

La evaluación de las ponencias presentadas a los CGS se lleva a cabo mediante la revisión ciega (blind review) por al menos dos evaluadores con experiencia y competencia profesional en su área de trabajo, el cual emitirán comentarios sobre la base de los criterios de evaluación establecidos por el equipo editorial de los CGS. Las ponencias pueden abarcar temas relacionados a la gestión social en su variedad de subtemas, teorías y prácticas en diferentes sectores, espacios territoriales y tipos de organización, entre los que se pueden mencionar:

- Desarrollo Territorial, Redes y Acuerdos Institucionales, Red de Solidaridad;
- Gestión Pública, Espacio Público, Co-producción de Bienes y Servicios Públicos, Políticas Públicas y Sociales, Accountability, Gobierno Electrónico;
- Tercer Sector, Movimientos Sociales, Organizaciones de la Sociedad Civil, Participación y Ciudadanía;
- Autogestión, Cooperativas, Economía Solidaria, Incubación de Emprendimiento Solidarios y Cooperativas;
- Empreendedorismo Social, Innovación Social, Tecnología Social;
- Gestión del Medio Ambiente, Sostenibilidad, Responsabilidad Social, Consumo Consciente y Comercio Justo; y
- Capacitación en Gestión Social, Enseñanza-Aprendizaje y Evaluación en Gestión Social, Metodología Integradora y Non Convencionales.

Orientações Gerais para Submissão de Trabalhos (Submission Guidelines/ Instrucciones para el Envío)

- Artigos, ensaios, relatos de prática, resenhas de livros e pensatas são os tipos de trabalhos científicos aceitos para avaliação nos Cadernos Gestão Social CGS. Estes trabalhos podem ser submetidos em português, inglês ou espanhol;
- As chamadas abertas para publicação indicarão os tipos de trabalho que serão aceitos para a respectiva edição. As edições dedicadas com exclusividade para trabalhos oriundos de eventos terão a definição da quantidade e dos tipos de trabalhos a serem publicados, a partir de uma deliberação conjunta entre o editor da CGS e a organização do evento;
- Todos os trabalhos deverão ser submetidos unicamente via web por meio do site da CGS - www.cgs.ufba.br;

- O trabalho deve traduzir-se em uma contribuição original e inédita. Não serão aceitos trabalhos que estão em processo de avaliação em outro(s) periódico(s);
- Todos os trabalhos submetidos serão avaliados, pelo método de revisão cega (blind review), por pelo menos dois avaliadores com experiência e competência profissional na respectiva área do trabalho, que emitirão parecer com base nos critérios de avaliação dos trabalhos dos CGS;
- Os critérios para avaliação dos trabalhos incluem: originalidade, contribuição para corpo de conhecimento da área, adequação metodológica, clareza, atualidade, formato e apresentação dos resultados;
- Após a avaliação pelos avaliadores, os autores serão comunicados, eletronicamente, se o trabalho foi aceito, rejeitado ou aceito com necessidade de alterações. Neste último caso, será estabelecido um prazo para reenvio do trabalho com as alterações;
- Todos os trabalhos aceitos para publicação passarão por uma revisão ortográfica para se adequar as normas da língua a qual o trabalho foi submetido. Caso exista a necessidade de ajustes no texto, relativos à língua, estes trabalhos serão novamente enviados para os autores. Uma vez alterado, os autores postam a versão final do trabalho;
- A versão final dos trabalhos aceitos para publicação, ainda poderão sofrer adequações editoriais para facilitar sua clareza e entendimento sem alterar seu conteúdo;
- Os CGS permitem citações de seus conteúdos em outros veículos de informação técnico-científica, desde que seja citada como fonte;
- O tempo para conclusão de uma avaliação é de até 180 dias após a submissão. As submissões devem respeitar os deadlines das chamadas de trabalhos para as edições dos CGS;
- Já o tempo para publicação do trabalho aprovado e disponibilizado – pelos autores – em sua versão final é de até 360 dias a contar da data do upload desta versão no sistema. Em casos de chamadas de trabalhos para edições especiais dos CGS este prazo poderá ser maior, mas nunca deverá ultrapassar os 540 dias.

Normas para Apresentação dos Trabalhos Submetidos (Appearance Standards / Normas para la Presentación)

O trabalho submetido deverá considerar todos os itens a seguir, sob pena de ser bloqueado para avaliação e devolvido para os autores do arquivo.

1. Aspectos Gerais

- a) O trabalho submetido para avaliação deverá atender os requisitos propostos na Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direito Autoral no Brasil); as normas gramaticais da língua a qual o trabalho foi submetido (Português, Inglês ou Espanhol); e as normas técnicas para redação do texto acadêmico da ABNT. O acesso para conhecimento acerca do que estabelece cada uma destas regulamentações é de absoluta responsabilidade dos autores;
- b) O texto deverá seguir, também, os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos

no arquivo DiretrizesABNTparaAutores.pdf, disponível para download no site dos Cadernos Gestão Social (www.cgs.ufba.br);

c) A identificação de autoria do trabalho deverá ser removida do arquivo submetido, inclusive nas informações de propriedades e segurança do arquivo.

2. Formato

a) O trabalho deve ser digitado em software editor de texto MsOffice ou OpenOffice, e o arquivo deve ter tamanho máximo de 2MB.

b) Tratando-se de artigo, o texto submetido deve conter no mínimo 14 e no máximo 22 páginas. Em caso de relatos de práticas e ensaios, o texto deverá ter entre 08 e 15 páginas. Já para resenhas ou pensatas a quantidade páginas do texto deve ser limitada entre 03 e 08 páginas;

c) O trabalho deverá ser formatado em A4 e as margens inferior (2,0cm), superior (3,0cm), direita (2,0cm) e esquerda (3,0cm);

d) O título e o texto do trabalho deve ser em fonte “Times New Roman”, tamanho 12, com espaçamento 1,5 cm entre linhas. Já o resumo, palavras-chave, abstract, keyword, resumen, palabras clave, notas de fim de texto, título e fonte das tabelas, figuras, gráficos, mapas e imagens que deve ter fonte 11, com espaçamento simples;

e) Os trabalhos não devem utilizar notas de rodapé no texto. As notas devem estar ao final do texto;

f) Os autores não devem agrupar figuras, gráficos e tabelas no final do texto ou colocá-los como anexos ou apêndices. As tabelas, figuras e gráficos deverão ser inseridos ao longo do texto, logo depois de citados;

g) Os trabalhos que contenham imagens (fotos, desenhos ou gravuras) devem ser encaminhados com as matrizes ou originais desses para garantir a fidelidade da reprodução. Recomenda-se que os autores providenciem as imagens que queiram incluir em seus textos com formato de – pelo menos – 300 dpi;

h) Todos os endereços de páginas da internet (URLs) citados devem ser incluídos como nota de final texto.

3. Título, Resumo, Palavras-Chave, Abstract, Keywords, Resumen e Palabras Clave

a) A primeira página do trabalho submetido deverá conter os seguintes elementos, na sequência exposta aqui: título do trabalho (em Português, Inglês e Espanhol), resumo, palavras-chaves, abstract, keywords, resumen e palabras clave. Nesta primeira página, jamais deverão ser indicado os nomes dos autores (faça o download do modelo de primeira página);

b) Caso exista espaçamento suficiente na primeira página após todos estes elementos serem dispostos, os autores poderão continuar ainda na primeira página a apresentação dos aspectos introdutórios do trabalho;

c) O título do trabalho, na primeira página, independente da língua no qual o trabalho foi submetido, deverá ser exposto em língua portuguesa, língua inglesa e língua espanhola. O

título deve ser conciso e explicativo de forma que represente o conteúdo do trabalho;

d) O resumo em língua portuguesa – precedido da palavra “RESUMO” – deve ter no mínimo 150 e no máximo 350 palavras. Em seguida ao texto do resumo, devem vir as “Palavras-Chave”. Devem ser 03 palavras-chave digitadas com inicial maiúscula, em espaçamento simples sucedidas por ponto.

e) O abstract (resumo) em inglês – precedido da palavra “ABSTRACT” – deverá retratar, com o mesmo limite de palavras, o conteúdo do resumo em português e obedecer as normas gramaticais da língua inglesa. Após o abstract, devem vir “Keywords” – que traduzam e representem os mesmos significados das palavras-chave – digitadas com inicial maiúscula, em espaçamento simples sucedidas por ponto.

f) O resumen (resumo) em espanhol – precedido da palavra “RESUMEN” – deverá retratar, com o mesmo limite de palavras, o conteúdo do resumo em português e obedecer as normas gramaticais da língua espanhola. Após o resumen, devem vir as “Palabras Clave” – que traduzam e representem os mesmos significados das palavras-chave – digitadas com inicial maiúscula, em espaçamento simples sucedidas por ponto

Política de Privacidade (Privacy Policy / Política de Privacidad)

Os nomes e endereços informados nos CGS serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

O Periódico **Cadernos Gestão Social (CGS)** foi criado em 2007 pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS), da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EA/UFBA). Os Cadernos perseguem o objetivo de ser um espaço plural, aberto às contribuições de pessoas preocupadas com as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas do desenvolvimento de territórios e com as diferentes temáticas relacionadas à gestão social.

No final de 2011, a revista passou por um processo de reestruturação administrativa e reformulação editorial. Permanece técnica e institucionalmente sob a responsabilidade do CIAGS/EAUFBA, mas integra-se agora à Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS).

O periódico visa disseminar o conhecimento produzido no campo da Gestão Social e áreas correlatas, por meio da publicação de trabalhos, originais e inéditos, sob as formas de artigos, ensaios, relatos de prática, resenhas de livros e pensatas. Os CGS estão abertos a propostas diferenciadas e não convencionais que demonstrem o caráter multi e transdisciplinar do campo da Gestão Social, tendo como visão de futuro tornar-se, nos próximos anos, o periódico científico de referência para esse campo no Brasil.

Além das chamadas contínuas e edições especiais, os Cadernos Gestão Social estão também abertos ao recebimento de trabalhos provenientes de fast track de importantes eventos relacionados à gestão social, a exemplo do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS) e do Colóquio Internacional sobre Poder Local.

www.cgs.ufba.br
www.rgs.wiki.br | cgs@ciags.org.br

ISSN 1982-5447



1982-5447